



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A FUMICULTURA NO PASSO DOS OLIVEIRAS, CANGUÇU-
RS: CONSEQUÊNCIAS NA REORGANIZAÇÃO DO SETOR AGRÁRIO**

ÉDER JARDEL DA SILVA DUTRA

RIO GRANDE, MAIO DE 2010.

**A FUMICULTURA NO PASSO DOS OLIVEIRAS, CANGUÇU-
RS: CONSEQUÊNCIAS NA REORGANIZAÇÃO DO SETOR AGRÁRIO**

ÉDER JARDEL DA SILVA DUTRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre sob a orientação da Prof^a Dr^a Jussara Mantelli.

RIO GRANDE, MAIO DE 2010.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Jussara Mantelli (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande, ICHI - FURG

Profª Drª Giancarla Salamoni
Universidade Federal de Pelotas, ICH - UFPEL

Prof Dr. Cesar de David
Universidade Federal de Santa Maria, DGEO- UFSM

Prof Dr. Marcelo Vinicius de la Rocha Domingues (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande, ICHI- FURG

Linha de pesquisa: Análise Urbano – Regional.

RIO GRANDE, 25 DE MAIO DE 2010.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus pelas oportunidades concedidas em minha vida. Em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEIO da Universidade Federal do Rio Grande FURG pela oportunidade oferecida de inserir a discussão de um assunto tão relevante para o futuro da localidade estudada.

Aos pequenos produtores da localidade Passo dos Oliveiras (1º distrito de Canguçu - RS) pelas informações fornecidas e, fundamentalmente, pela boa vontade em servir aos desígnios da pesquisa realizada. Aos colegas de curso, pela boa convivência, especialmente pela amizade e companheirismo em todos os momentos de profícua convivência acadêmica. A minha orientadora, Dr^a Jussara Mantelli, pela amizade e paciência ao longo da realização deste trabalho. Aos secretários do PPGEIO Cristiano Quaresma de Paula e Gianfranco Alves de Oliveira pela disposição em atender às demandas solicitadas. Aos professores de um modo geral que muito colaboraram para a minha formação acadêmica, em especial ao Dr. Dário de Araújo Lima e Solismar Fraga Martins.

EPÍGRAFE

O mundo se tornou perigoso porque os homens aprenderam a dominar a natureza antes de dominarem a si mesmos. (Albert Schweitzer- Nobel da paz 1952).

RESUMO

A presente dissertação visa analisar a inserção da agricultura familiar no contexto de domínio do capital hegemônico, representado pela penetração de grandes grupos econômicos, que no caso específico dominam a fumicultura. Para estruturar o entendimento de como se expressa essa dominação nas pequenas propriedades, definiu-se a localidade Passo dos Oliveiras, 1º Distrito de Canguçu - RS. O Passo dos Oliveiras é uma das 120 localidades do município. É possível identificar as inúmeras variáveis presentes com o avanço da fumicultura, como cultura agrícola preponderante e suas conseqüências no que concerne à supressão da diversidade produtiva, uma das características típicas das pequenas propriedades. Presenciamos na área a atuação de grandes grupos empresariais fumageiros que dão suporte ao avanço da fumicultura, via sistema integrado de produção, possibilitando o aumento nas áreas plantadas bem como nos volumes produzidos. A partir do predomínio do capital em larga escala no campo brasileiro, temos modificações estruturais no perfil da agricultura familiar nacional que a inserem em uma nova dinâmica, a qual está submetida a agentes externos ligados diretamente às leis de mercado. Assim, o objetivo deste trabalho é diagnosticar os agentes que operam no contexto da agricultura familiar e delinear as conseqüências básicas de sua atuação, procurando evidenciar as matizes teóricas que embasam o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Fumicultura, Passo dos Oliveiras.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the insertion of family farming in the domination of hegemonic capital context, represented by the penetration of large economic groups that, in this specific case, dominate the tobacco farming. For structuring the understanding on how the domination of these small properties works, this study has been done in Passo dos Oliveiras, First District of Canguçu, state of Rio Grande do Sul. Passo dos Oliveiras is one of the 120 localities of Canguçu. It is possible to identify numerous an integrated production system, enabling an increase in the planted areas, as well as, in the produced amounts. From the predominance of large-scale capital variables resulting from the tobacco farming progress, such as predominant agricultural crop and its consequences in the suppression of productive diversity. The production diversity is one of the typical features of small properties. It was feasible to observe in this study field, the influence of large business groups that support tobacco farming, through in Brazilian field, there are structural changes that insert the family farming profile in a new perspective, which is submitted to external agents that are directly connected to market laws. Therefore, the purpose of this study is to spot the agents that are involved in family farming and chart the consequences of this process. Moreover, the research intends to evidence the theoretical references that underlie the sustainable development.

Keywords: Family Farming, Tobacco Farming, Passo dos Oliveiras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Localização do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul.....	22
Mapa 2- Divisão distrital do Município de Canguçu	27
Carta Topográfica Passo dos Oliveiras	28
Mapa 3- Regiões socioeconômicas do estado do Rio Grande do Sul	36
Fotografia 1- Residência abandonada Passo dos Oliveiras	67
Organograma 1– Cadeia produtiva do tabaco no Brasil	73
Fotografia 2- Estufa convencional de secagem do fumo	74
Fotografia 3- Forno de estufa convencional	77
Gráfico 1- Destinos do tabaco brasileiro.....	82
Fotografia 4- Colheita do fumo Passo dos Oliveiras.....	87
Fotografia 5 - Trator em propriedade rural	92
Gráfico 2- Estrutura fundiária Passo dos Oliveiras	99
Gráfico 3- Principais fontes de renda Passo dos Oliveiras	101
Gráfico 4- Quantidade de fumo produzido na localidade Passo dos Oliveiras.....	108
Fotografia 6- Residência com antena parabólica	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produção da silvicultura no Município de Canguçu	29
Quadro 2- Distribuição da população do município de Canguçu	31
Quadro 3- Estabelecimentos rurais no Brasil e percentual da área	34
Quadro 4- Estabelecimentos rurais no estado do Rio Grande do Sul e percentual da área	35
Quadro 5- Estabelecimentos rurais no município de Canguçu e percentual da área..	39
Quadro 6- Produção de pêssego no município de Canguçu	42
Quadro 7- Produção de milho no município de Canguçu	44
Quadro 8- Produção de feijão no município de Canguçu	45
Quadro 9- Produção de soja no município de Canguçu	45
Quadro 10- Produção de cebola no município de Canguçu	46
Quadro 11- Produção de leite no município de Canguçu	47
Quadro 12 - Principais países produtores de fumo em toneladas	80
Quadro 13 - Principais países exportadores de fumo em toneladas.....	81
Quadro 14- Evolução da fumicultura na Região Sul do Brasil	83
Quadro 15 - Fumicultura regional brasileira	84
Quadro 16 - Tempo de residência na localidade Passo dos Oliveiras	98
Quadro 17 - Produção de fumo no município de Canguçu	104
Quadro 18 - Produção de fumo no município de Santa Cruz do Sul	106
Quadro 19 - Produção de fumo no município de Venâncio Aires	107

LISTA DE SIGLAS

ASC-	Assessoria e Serviços Comunitários;
AFUBRA-	Associação dos Fumicultores do Brasil;
BAT-	British American Tobacco;
CAIs-	Complexos Agro-industriais;
CEEE-	Companhia Estadual de Energia Elétrica;
COOPAL-	Cooperativa dos Pequenos Produtores de Leite da Região Sul;
COSULATI-	Cooperativa Sul Rio- Grandense de Laticínios;
DL-	Divisão de Cartografia e Levantamento do Exército Brasileiro;
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
FAO -	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação;
FEE -	Fundação Estadual de Economia e Estatística;
FIBRIA-	Empresa resultante da fusão da Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel;
GEOP-	Geoprocessamento e Análise Ambiental;
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
ITEPA-	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da UCPEL;
JTI-	Japan Tobacco International;
MST-	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;
NPK-	Nitrato, Fósforo e Potássio;
ONU-	Organização das Nações Unidas;
PND-	Plano Nacional de Desenvolvimento;
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
SIDRA-	Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados;
SINDIFUMO-	Sindicato das Indústrias do Fumo;
SNCR-	Sistema Nacional de Crédito Rural;
STRC-	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu;
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura;
UCPEL-	Universidade Católica de Pelotas;
UNIJUÍ-	Universidade Regional do Noroeste do estado Do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO	17
1.1 Aspectos históricos.....	18
1.2 Aspectos geográficos.....	21
1.3 Aspectos socioeconômicos.....	31
1.3.1 Estrutura fundiária.....	33
1.3.2 A produção agropecuária de Canguçu.....	42
2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	49
2.1 A “monocultura” ligada à indústria do fumo.....	55
3 A PRODUÇÃO DA “MONOCULTURA” DO FUMO E O PAPEL DO ESTADO	62
3.1 O fumo no Brasil.....	68
3.2 A cadeia produtiva do tabaco.....	72
3.3 A Souza Cruz S.A.....	75
3.4 Universal Leaf Tobacco INC, Richmond Virginia EUA.....	77
3.5 Alliance One International Raleigh, Carolina do Norte, EUA.....	78
3.6 Kannenberg Barker, Hail & C.....	78
4 PRODUÇÃO FAMILIAR E SUA ORGANIZAÇÃO NA LOCALIDADE PASSO DOS OLIVEIRAS.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
APÊNDICE	

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto da preocupação com o desenvolvimento sócio econômico do município de Canguçu, que tem sua base produtiva alicerçada, fundamentalmente, na agricultura, com ênfase na agricultura familiar. A escolha da localidade Passo dos Oliveiras, justifica-se pelo fato do pesquisador ser oriundo desse lugar e ter fortes vínculos de amizade com muitos moradores. É importante destacar que essa localidade representa um recorte espacial dos fenômenos sócio históricos ocorridos no município. Historicamente o Passo dos Oliveiras teve seu desenvolvimento imbricado na agricultura familiar, em um momento inicial com características de subsistência, posteriormente evoluindo para o modelo comercial com a venda de produtos às indústrias conserveiras instaladas na região de Pelotas. Com a desarticulação da cadeia produtiva das conservas basicamente no início dos anos 90, a fumicultura passa a ocupar áreas maiores com incrementos nos volumes produzidos. Dessa forma, o objetivo principal é identificar as conseqüências da implantação em larga escala da fumicultura em Canguçu e os desdobramentos no plano socioeconômico no Passo dos Oliveiras.

INTRODUÇÃO

O Brasil historicamente foi constituído sob uma das mais injustas distribuições de terras e, por conseqüência, da renda nacional, que é apropriada por grupos econômicos minoritários, todavia, detentores do poderio político e econômico. Os referidos grupos, ao não permitirem uma distribuição equitativa dos meios produtivos, colaboram para que o país continue sendo um dos mais desiguais no que se refere ao atendimento das necessidades primordiais representadas, entre outras, pela educação, saúde, emprego e acesso a meios produtivos como a terra.

Mesmo em contradição com uma das principais características do Brasil expressada pelo predomínio do latifúndio improdutivo, algumas áreas, por razões históricas geralmente, sobressaem-se como lócus de organização e reprodução da agricultura familiar¹. Estas áreas foram ocupadas tardiamente. No Rio Grande do Sul esta ocupação foi consolidada por imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos, que dinamizaram a economia desses locais promovendo uma atividade relacionada à produção de diversos produtos agrícolas, típicos das propriedades familiares.

Fraga Martins (2006) afirma que o povoamento disperso do sul gaúcho pode ser explicado pelo fato da atividade predominante, a pecuária, não necessitar absorver grande quantidade de trabalhadores, o que espacialmente resultava em campos poucos ocupados e cidades com populações densificadas e distantes entre si.

Alguns municípios, por razões histórico-políticas, embora situados no sul do Rio Grande do Sul, região de predomínio dos latifúndios destinados á pecuária, ao cultivo do arroz e atualmente ao cultivo do eucalipto, contradizem o processo homogeneizante, pois as áreas localizadas fundamentalmente na Serra do Sudeste tiveram seu processo histórico de formação alicerçado na pequena propriedade familiar.

Nesse contexto, podemos inserir o município de Canguçu, que até meados do século XX permaneceu relativamente despovoado. A partir daí passou a receber

¹ A agricultura familiar caracteriza-se pelo trabalho e pela gestão intimamente relacionados. Com ênfase na diversificação e durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida, trabalho assalariado complementar e decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade dos recursos naturais. (Filho & Fritz, 2009)

imigrantes (pomeranos e italianos) conferindo uma nova dinâmica à ocupação ao desbravarem áreas até então sub-povoadas. Esses colonos inicialmente dedicaram-se a agricultura que tinha por base a subsistência. Entretanto estas características básicas de produção para o autoconsumo não perduraram por muito tempo, uma vez que o modo de produção basicamente comercial sobrepôs-se em um curto espaço de tempo.

Para o entendimento desta questão, foi escolhida como área de estudo a localidade Passo dos Oliveiras situada no 1º distrito de Canguçu, cerca de 10 quilômetros ao sul da área urbana do município, na qual analisaremos, fundamentalmente, as questões inerentes ao modelo produtivo implantado no Brasil, que tem seu desdobramento em amplo espectro representado pela disseminação das monoculturas. No caso específico, aprofundaremos a discussão sobre a cultura do fumo e os problemas intrínsecos a esse processo que traz na sua estrutura elementar a baixa capacidade de inclusão social, tendo em vista que a especialização produtiva tem como premissa elementar a seletividade de produtores, relegando a um plano secundário todas aquelas famílias, conforme discutiremos adiante, que não se adaptem à nova dinâmica implantada.

A presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No capítulo um contemplamos a caracterização da área de estudo enfocando aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos. Nos aspectos históricos conferimos maior destaque ao município de Canguçu relatando os diversos processos que moldaram o povoamento do mesmo em suas diferentes temporalidades. Os aspectos geográficos foram salientados, tendo em vista sua grande importância para o desenvolvimento das atividades humanas. Para isso, inserimos uma série de elementos de ordem geográfica, como mapa de localização de Canguçu no contexto do estado do Rio Grande do Sul. Também foram abordados aspectos específicos da localidade Passo dos Oliveiras, salientando a distribuição dos principais cursos de água, flora e tipo de relevo. Ainda foram destacadas as recomendações de uso do solo do município levando-se em conta as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuária.

No capítulo dois, destacamos o modelo de desenvolvimento no Brasil, onde evidenciamos as concepções que embasam o atual modelo de desenvolvimento que tem entre as suas conseqüências a geração de enormes contingentes de excluídos. Os reflexos desse tipo de concepção que prima fundamentalmente pela valorização

do capital redundante em uma sociedade que não tem uma relação harmônica com a natureza. Diante disso, salientamos as possibilidades de uma nova relação homem-meio, proposta pela concepção que embasa o desenvolvimento sustentável, propiciando maior respeito ao uso dos recursos naturais, integrado às premissas que objetivam a relação menos predatória.

Ainda no capítulo dois destacamos as diversas características apresentadas pelo atual modelo de desenvolvimento representado pela expansão e intensificação das culturas especializadas para o mercado. Procuramos evidenciar as razões que levam ao avanço inexorável das “monoculturas”, mesmo em contextos como o da agricultura familiar, onde predominava a diversidade de produção, que faz deste setor um dos mais dinâmicos da economia brasileira. Conferiu-se destaque especial ao avanço da cultura do fumo no sul do estado do Rio Grande do Sul, tendo como ícone do processo as modificações ocorridas na estrutura agrícola do município de Canguçu.

No capítulo três analisamos a importância que a cultura do fumo vem adquirindo ao longo dos anos, especialmente com o incentivo do estado. Destacamos os diferentes processos que mudaram as bases técnicas da produção agrícola nacional, com seus desdobramentos em amplo espectro na agricultura familiar. Na fumicultura, as mudanças tecnológicas aliadas à consolidação do sistema integrado de produção colocam o Brasil como um dos maiores produtores de fumo do planeta, conferindo-lhe posição de destaque no cenário internacional.

No capítulo quatro há um enfoque direto e contextualizado dos resultados obtidos com o levantamento de campo na localidade Passo dos Oliveiras. Trabalhamos com uma série de dados bastante ampla que abordam desde questões de cunho cultural como a percepção do lugar pelos moradores. Destacamos também as principais fontes de renda dos habitantes da localidade. Salientamos ainda os valores da produção de fumo, entre outros. Esses fatos, em decorrência da amplitude do roteiro de entrevistas semi-estruturadas, possibilitaram a constatação de diversas situações. Desta forma, procuramos traçar um perfil da localidade inserindo-a na discussão sobre as perspectivas do município de Canguçu, enquanto grande pólo produtor de fumo do estado do Rio Grande do Sul.

A realização da pesquisa esteve estruturada em diversos momentos, que possibilitaram a constatação de uma série de variáveis até então não mensuradas. A pesquisa deverá ser baseada em métodos científicos e ter finalidade social,

contribuindo para minorar as angústias dos indivíduos objetos da mesma, inculindo-lhes ânimo, esperança. Na visão de Lakatos e Marconi (1999), a finalidade da pesquisa é descobrir respostas para questões mediante aplicação de métodos científicos. Ao realizarmos o estudo pretendido, devemos utilizar um método, o qual entendamos adequado. Na visão de Demo (1985) a metodologia é o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para fazer ciência.

De acordo com essa concepção, o método é o caminho a ser utilizado na solidificação do objeto de estudo, fazendo uso de todos os recursos que estejam e sejam adequados à efetivação e qualificação da pesquisa. Todavia, o trabalho de âmbito acadêmico passa pelas diversas etapas inerentes à consecução do mesmo, pois se trata de um processo longo que demanda tempo, recursos monetários e dedicação da equipe de trabalho. Para trabalharmos com as conseqüências da implantação em larga escala da fumicultura no município de Canguçu, com seus desdobramentos na localidade Passo dos Oliveiras, elaboramos um roteiro de entrevistas semi estruturadas que permitiu a constatação de uma série de variáveis presentes e até então não estudadas.

O roteiro de entrevistas foi o passo primordial no desenvolvimento e formatação do estudo almejado, uma vez que permitiu a constatação e análise de uma série de variáveis presentes. Entendemos desta forma que o instrumento de pesquisa, além de permitir a mensuração das variáveis levantadas, possibilita a geração de arcabouço teórico eficaz de intervenção e proposição de soluções na realidade estudada, subsidiando os órgãos oficiais na tomada de decisões que tenham por objetivo qualificar a mão-de-obra e gerar renda com inclusão social no campo e assim atenuar os complexos efeitos do êxodo rural.

Munidos do roteiro de entrevistas (anexo) visitamos cada uma das 114 residências do Passo dos Oliveiras, momento em que tivemos a oportunidade de verificarmos in loco, situações referentes as fontes de renda do local estudado, principais meios de informação, perspectivas de continuidade ou não no Passo dos Oliveiras, volumes de produção oriundos da agricultura, estrutura fundiária e outros aspectos relevantes. Ao visitarmos as várias propriedades rurais e entrevistarmos sempre que possível o responsável pela propriedade ou representante legal desta, tivemos a oportunidade de manter um contato direto com as pessoas que vivem e fazem a realidade dessa importante localidade, ouvindo seus anseios e expectativas na continuidade ou não do trabalho na área rural.

O modelo de roteiro de entrevistas semi-estruturadas permitiu que constatássemos uma série de situações não trabalhadas por órgãos oficiais. Em decorrência de ser um instrumento de pesquisa “aberto” onde existem possibilidades de sua ampliação, constatamos fatos que transcendem as limitações de um simples instrumento de pesquisa no qual os entrevistados tiveram amplas possibilidades de explicitarem suas opiniões, sem constrangimentos.

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

Este capítulo visa caracterizar a área de estudo e foi dividido em três partes, com o objetivo de demonstrar as especificidades do local de estudo. Assim, foram contemplados os seguintes aspectos, representados pelas características históricas, geográficas e socioeconômicas do lugar em foco.

No que se refere aos aspectos históricos, foi enfatizado o processo de ocupação do estado do Rio Grande do Sul, salientando os diferentes agentes que impulsionaram o povoamento do município de Canguçu. Ainda, foram ressaltadas as especificidades da ocupação da localidade Passo dos Oliveiras, mostrando a importância que as diferentes culturas agrícolas tiveram na consolidação e estruturação histórica da localidade, seja na atração de novos moradores ou na expulsão de contingentes populacionais (quando o cultivo de determinados produtos agrícolas, por condições estruturais, não garantiram as condições mínimas de subsistência do grupo familiar).

Nos aspectos geográficos, enfatizamos as relações homem-meio, salientando-se situações de caráter abrangente, como a inserção da área total do município de Canguçu – RS. Destacamos ainda os aspectos edafo-climáticos e a delimitação da área de estudo. Definimos as coordenadas geográficas com base nos limites físicos observados na carta topográfica (arroyos e estradas), permitindo visualizar claramente as variáveis de ordem geográfica mais relevantes.

Para a caracterização dos aspectos geográficos da área de estudo, utilizamos o mapa com a localização do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul. Assim, podemos ter a visualização clara e objetiva das dimensões territoriais do município no contexto geral do estado. Com base nas duas cartas topográficas, delimitamos a área da localidade Passo dos Oliveiras, onde foi possível observar, por exemplo, a existência de relevo acidentado, expressiva rede de drenagem, estrada principal (IBRA), localidades limítrofes, entre outros fatores.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, fizemos considerações sobre a população total do município de Canguçu. Relacionamos paralelamente a questão da produção agrícola, uma vez que a área de estudo possui uma relação direta com as culturas agrícolas (cultivos múltiplos) ao longo de sua evolução histórica. No atual

momento, destacamos o processo de predomínio da cultura comercial do fumo atrelada a grandes grupos empresariais no chamado sistema integrado de produção.

Mesmo compreendendo que só um fato isolado não pode mudar a configuração de uma localidade, acreditamos que a implantação generalizada da fumicultura representou uma alteração profunda das características do local estudado. A implantação da fumicultura em larga escala pode ser observada e analisada sob diferentes óticas, todavia destacamos que um dos aspectos principais a ser estudado e entendido é o fato dela acarretar a supressão da diversidade produtiva, uma vez que o desenvolvimento das atividades relacionadas com a cultura do fumo possui exigência muito intensa, quando o tema é a demanda pela aplicação da mão-de-obra do grupo familiar.

1.1 Aspectos Históricos

Para melhor entendimento do histórico da localidade Passo dos Oliveiras e as conseqüências da implantação em larga escala da fumicultura, teceremos considerações a respeito da formação histórica do município de Canguçu, onde está situada essa localidade. As terras de Canguçu, bem como as de vários municípios da metade sul são as mais antigas do estado, pois fazem parte da Serra dos Tapes, porção do relevo do Escudo sul-rio-grandense.

Durante a invasão do Rio Grande do Sul, em 1763, pelo exército espanhol, muitos açorianos de Povo Novo e Torotama buscaram proteção nas terras do atual município de Canguçu. De acordo com Bento (1983), a comissão de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, no ano 1777, ao percorrer o vale do Rio Piratini encontrou o local bastante povoado para os padrões da época, por proprietários que desenvolviam atividades agropastoris.

No dia 26 de dezembro de 1779, cento e quarenta moradores da região redigiam uma petição ao governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral, requerendo a concessão do Rincão do Tamanduá (atual município de Canguçu) para que pudessem, naquele local, erguer uma capela e consolidar um povoado.

Nas palavras de Bento (1983), “o primeiro núcleo de migração para Canguçu deu-se entre 1780 e 1800 quando contingentes de açorianos advindos da Torotama, Povo Novo e São José do Norte aportaram no local”. Conforme Falcão Vieira (1984),

em termos morfológicos, estas localidades estão situadas sobre a Planície Costeira rio-grandense correspondente a parte emersa da Bacia de Pelotas. De acordo com Alves (2002), o município do Rio Grande faz parte da Microrregião Litoral Lagunar. Rio Grande tem sua territorialidade dividida em cinco distritos: Rio Grande 1º Distrito, que inclui a sede municipal, o Balneário Cassino, o Distrito Industrial, a área do Superporto e a Ilha dos Marinheiros; o 2º Distrito, Povo Novo, 3º Distrito corresponde ao Taim, 4º Distrito, e 5º Distrito, Quinta.

Em primeiro de janeiro de 1800, foi lançada a pedra fundamental da Capela de Nossa Senhora da Conceição, onde viria a ser o município de Canguçu. Tal foi o sucesso deste empreendimento que, em 31 de janeiro de 1812, Dom João elevava o povoado à condição de freguesia. Já a lei provincial 340 de 28 de janeiro de 1857 elevou o povoado à condição de vila, anexando os distritos que constituíam a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Cerrito, criando o município de Canguçu.

Mesmo com a chegada de núcleos de açorianos no início do século XX, Canguçu ainda possuía boa parte de suas terras sub-povoadas. Assim, nas duas primeiras décadas do século XX, começam a aportar os primeiros colonos (pomeranos e italianos) provenientes das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul. Desde o início, estes colonos dedicaram-se à policultura (feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce, batata inglesa, entre outros) e a criação de animais, favorecendo o surgimento da agricultura familiar, inicialmente com características de subsistência.

Com a chegada de colonos alemães no início do século XX, o Passo dos Oliveiras passa a receber algumas famílias de origem pomerana, que inicialmente dedicaram-se a produção de várias culturas agrícolas e a criação de pequenos animais (porcos, galinhas, gansos, marrecos) que atendiam às necessidades alimentares básicas das famílias da época.

A origem do nome Passo dos Oliveiras, segundo informações obtidas com os moradores mais antigos da localidade, deve-se ao fato de um dos primeiros proprietários de terras do lugar chamar-se Diogo Oliveira. Ainda, segundo relatos de moradores, o local permaneceu pouco povoado até por volta de 1930 aproximadamente. Naquela época, habitavam estas terras apenas alguns descendentes de portugueses (açorianos) e suas famílias com residências bastante dispersas.

Mesmo com os contingentes de colonos que chegavam, juntamente com o aumento da população residente, o contato com a sede do município era bastante precário, tendo em vista a deficiência das estradas, combinada com a necessidade de passar por quatro arroios para chegar-se à cidade.

Já ao longo das décadas de 50 e 60, houve melhorias nas estradas, construção de pontes de madeira, o que permitiu o acesso mais qualificado a área urbana. Isso consolidou o processo de ocupação do lugar, permitindo aos pequenos produtores imprimir certo dinamismo às suas propriedades e à agricultura que, por conseqüência, foi perdendo as características de subsistência e passando para um modelo comercial.

Baseado nos relatos de moradores podemos afirmar que, ao longo das décadas de 60 e 70, os pequenos produtores passaram a produzir (figo, ervilha, morango, batata-doce, laranja) visando a comercialização com as indústrias conserveiras da região de Pelotas. Nos anos 70, instalou-se em Canguçu a indústria LEGRAND/S.A ligada ao grupo AGAPÊ, fruto da grande disponibilidade da mão-de-obra barata conjugada com a variada produção oriunda das pequenas propriedades. O fato de instalar-se uma indústria de grande porte, para o processamento e exportação de conservas que absorvia grande contingente de mão-de-obra, foi lembrado com saudosismo por muitos que viveram esse momento histórico.

No auge da cadeia conserveira, era necessário um grande contingente de mão-de-obra para trabalhar nas indústrias de conservas, portanto muitos dos moradores de Canguçu abandonaram o campo e dirigiram-se às periferias de Canguçu e Pelotas em busca de trabalho nas indústrias que à época exigiam pouca qualificação da força de trabalho.

Entretanto, uma série de fatores conjugados no final da década de 70 incentivou a migração campo-cidade em Canguçu, com conseqüências em diversas localidades. É possível destacarmos o reduzido tamanho das propriedades, a baixa remuneração ao produtor gerada na produção destinada as indústrias de conservas, a tendência mundial de crescimento dos núcleos urbanos. Esses elementos somados contribuíram decisivamente na consolidação e expansão do êxodo rural, com repercussões bastante amplas e de difícil diagnóstico.

Com o desestímulo da cadeia conserveira que se intensificou no final dos anos 80 e início dos anos 90, o fumo, que já estava presente desde os anos 60 no município de Canguçu, passa a ser a cultura agrícola predominante. Os pequenos

produtores que resistiram ao ímpeto da migração campo-cidade passaram a dedicar-se a esta produção. Isto foi facilitado, uma vez que no local estudado atuam grandes fumageiras como Souza Cruz S.A, Alliance One, Universal Leaf Tabacos, representando nova dinâmica produtiva e espacial caracterizada pela integração subordinação dos pequenos produtores ao complexo industrial fumageiro:

O fechamento da Cicasul foi o ponto fundamental para o desestímulo na produção de variedades de frutas e hortaliças destinadas às indústrias da região de Pelotas, fazendo com que os produtores familiares que tinham seu rendimento dependente da agroindústria buscassem novas estratégias capazes de mantê-los na agricultura. (SIMCH, 2002, p 91).

Com o encerramento das atividades de grandes indústrias conserveiras, os pequenos produtores não tiveram mercado para colocação dos produtos oriundos de seu trabalho. As indústrias que sobreviveram ao momento de crise não possuíam a capacidade de absorver grandes quantidades de matéria-prima, portanto dificultando a sustentação da atividade econômica ligada ao cultivo de produtos agrícolas diversificados.

Em decorrência da existência de poucas indústrias que absorviam a produção oriunda das pequenas propriedades, os preços praticados passaram a não cobrir os custos produtivos do pequeno agricultor. Por consequência, houve forte desestímulo ao cultivo de produtos agrícolas diversificados, não restando alternativas para subsistência de muitas famílias. Diante disso, muitos pequenos produtores ingressaram no sistema integrado de produção objetivando a produção da cultura comercial do fumo.

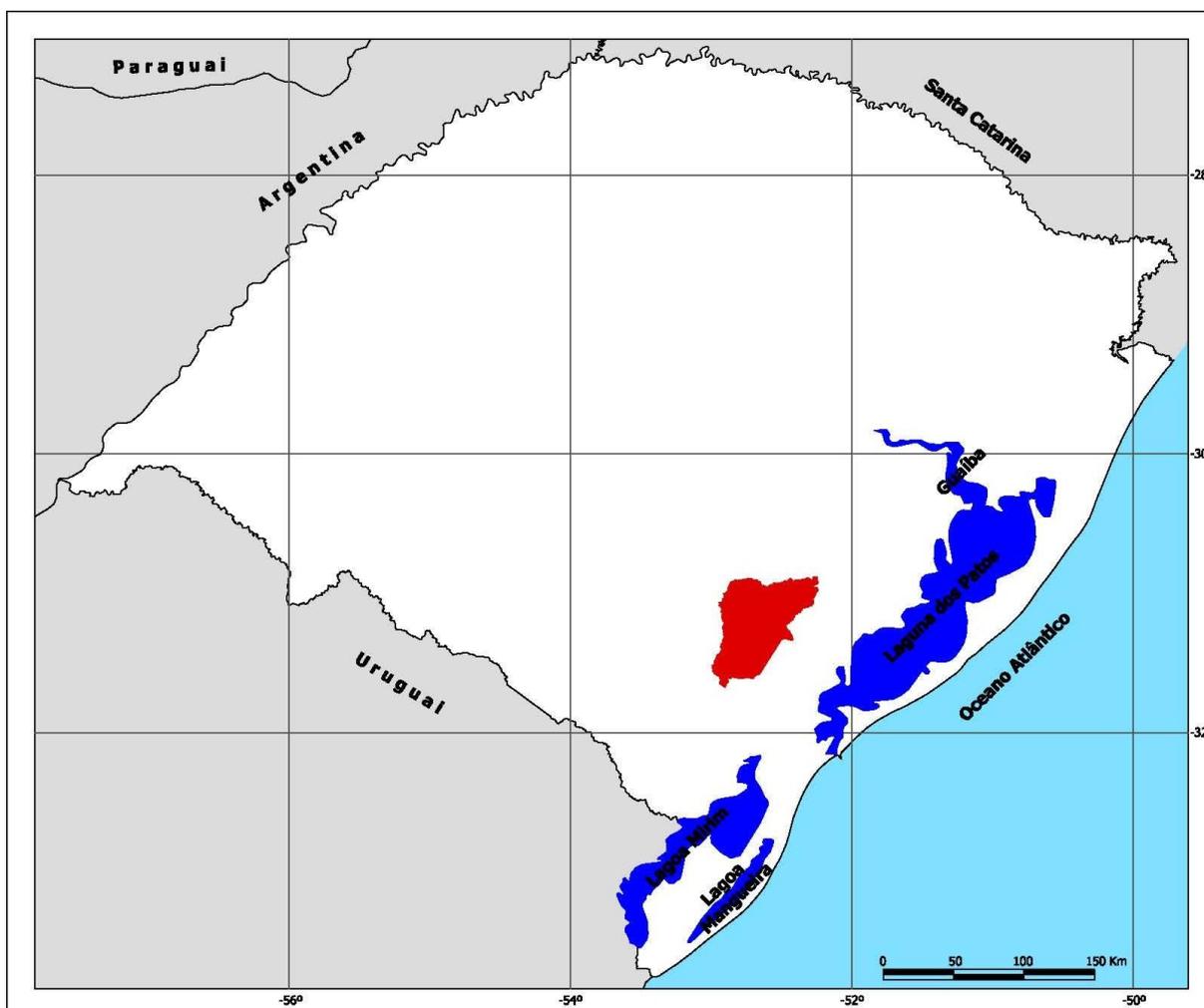
1.2 Aspectos Geográficos

O município de Canguçu possui uma das maiores áreas político administrativas do estado do Rio Grande do Sul (3.252 km²), que o caracteriza por possuir grande diversidade de espécies vegetais nativas, bem como de formas de relevo, contrastando áreas planas com relevo acidentado.

O mapa 1 visa demonstrar as dimensões do município de Canguçu, no contexto do estado do Rio Grande do Sul. O mapa foi elaborado pela Assessoria e

Serviços Comunitários (ASC), Geoprocessamento e Análise Territorial (GEOP) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Mapa 1- Localização do município de Canguçu no estado do Rio Grande do Sul



Fonte: FIDENE – UNIJUÍ / ASC – Assessoria e Serviços Comunitários / GEOP – Geoprocessamento e Análise Territorial.

O domínio geográfico do Rio Grande do Sul corresponde à área mais ao sul do território nacional. Juntamente com os estados de Santa Catarina e Paraná compõe a região Sul do Brasil. Dos estados integrantes da região Sul do Brasil é o mais afastado do trópico de Capricórnio, em plena Zona Temperada Sul. Contudo, o maior afastamento se dá em relação ao Círculo Polar Antártico.

Segundo Falcão Vieira (1984) o estado do Rio Grande do Sul está situado entre as latitudes $27^{\circ}03'32''$ e $33^{\circ}45'09''$ S e longitudes $49^{\circ}42'41''$ e $53^{\circ}03'24''$ W com uma área total de 281.748.538 km². Em termos climáticos, o clima predominante é o subtropical, com as estações do ano definidas.

Em decorrência do município de Canguçu estar assentado na formação geológica denominada Escudo Cristalino sul rio-grandense torna-se necessário caracterizar este importante elemento morfológico. Nas palavras de Falcão Vieira (1984), o escudo rio-grandense é uma manifestação geotectônica da plataforma meridional da América do Sul. Trata-se especificamente do Craton do Prata, de grande extensão, cujo domínio estende-se do território argentino/ uruguaio até o Rio Grande do Sul, continuando, a partir do litoral de Santa Catarina, para o norte, limitando-se com o Craton do São Francisco. No oeste, delimita-se com o Craton do Paraguai Oriental e no centro-norte com o Craton do Amazonas.

O escudo brasileiro é uma ampla área de base cratônica, cujo embasamento cristalino é posto à superfície pela desnudação. O escudo rio-grandense é parte do escudo brasileiro, constituindo um núcleo mais localizado após a formação da bacia do Paraná, particularmente depois do evento efusivo basáltico no mesozóico. Pode-se classificá-lo como núcleo cratônico uruguaio rio-grandense. Esse núcleo é limitado a oeste pelo escudo do Rio Grande, correspondente a um encurvamento com concavidade voltada para o oceano, desde os limites com o Uruguai até Torres.

O escudo rio-grandense cobre uma área de aproximadamente 48.000 km², nele sendo possível distinguir vários tipos de rochas. Do ponto de vista geomorfológico, o escudo rio-grandense mostra-se presente como uma área de forte predominância da meteorização química. As altitudes não ultrapassam 500m, as feições são do tipo morro arredondado e os afloramentos do embasamento cristalino são esparsos.

A relativa calma paleotectônica na área do escudo rio-grandense (alinhamento de falhas normais) favoreceu um amplo e progressivo desenrolar da alteração química. A composição petrográfica-mineralógica facilitou a morfogênese uniforme, pelo que não são encontradas formas mais salientes. As estruturas mais resistentes à alteração constituem os principais desníveis, dando ao relevo as características de serras (Serras do Sudeste). Na área do escudo são encontradas formações sedimentares antigas, diversificando a estrutura cristalina original.

A dissecação do relevo no escudo produziu uma fisionomia de colina de baixa altitude, vertentes suaves e grande concentração de material meteorizado que se desloca para o fundo dos vales impulsionados pelos mecanismos de remoção (lavagem pluvial, reptação, solifluxão e deslizamentos). A malha hidrográfica, representada por grande concentração de arroios, movimenta esse material ou parte

dele em direção aos rios e daí às lagunas costeiras (incluindo o Canal São Gonçalo). A rede hidrográfica, predominante dentrítica, tem direção geral leste, segundo a inclinação da estrutura dômica do escudo. Essa disposição da hidrografia condiciona à poderosa hidrodinâmica da área que ao longo do tempo contribuiu para a formação da bacia sedimentar de Pelotas.

Neste contexto, as terras do atual município de Canguçu estão assentadas no escudo cristalino rio-grandense no domínio da Serra dos Tapes, segmento da Serra do Sudeste. Tomando-se por base o marco inicial da cidade, que está localizado em frente à prefeitura municipal, portanto situado geograficamente nas coordenadas 31° 23' 56" latitude sul e 51° 43' 53" de longitude oeste, com altitude média de 420 metros. O município totaliza uma área de 3.252 Km², sendo que cerca de 3241 Km² de área rural e aproximadamente 11 Km² englobados pela área urbana. O município de Canguçu historicamente possui sua formação alicerçada no desenvolvimento das atividades agrícolas, basicamente na agricultura de bases estruturalmente familiares.

A agricultura depende fundamentalmente de uma série de fatores ambientais, entre eles os aspectos edafo-climáticos, por isso entendemos necessária a caracterização das terras do município de Canguçu, tendo em vista os diversos tipos de solos e as suas recomendações de usos para as diferentes atividades econômicas possíveis e adequadas à realidade.

Conforme Diniz (1986), o primeiro elemento ecológico a ser considerado é o solo, embora, a priori, não se possa dizer que haja ordem de importância entre os diferentes elementos que compõem o meio natural. O solo sustenta fisicamente as plantas e lhes faculta os nutrientes básicos, daí o destaque que se dá às condições físico-químicas. A textura, profundidade, composição, capacidade de retenção da água e índice de acidez são elementos importantes no estudo do solo e podem explicar certa variação espacial de cultivos.

Simch (2002) de acordo com Cunha (1998), diz que o solo de Canguçu, segundo a recomendação de uso, pode ser dividido da seguinte forma:

- 6,33% da área do município não têm uso agrícola recomendável, tendo em vista que é constituída por relevo com fortes ondulações, vegetação arbustiva rala e restos de mata nativa, solos rasos e afloramentos rochosos esparsos;

- 8,95% possuem relevo ondulado, escarpado e montanhoso, vegetação de restos de matas, solos rasos, sendo indicados para utilização com pastagens nativas ou destinadas à silvicultura;
- 18,08% podem ser aproveitadas com cultivos perenes e pastagens, por possuírem solos rasos;
- 1,35% constituída por terras planas, inundáveis, com solo aluvial e que podem ser utilizadas para cultivos perenes que suportem alagamento ou pastoreio;
- 30,13% são constituídos por áreas onduladas, onde os segmentos de drenagem começam a aprofundar-se, formando os vales de arroios e de relevo menos íngreme, com predominância de solos profundos, podendo ser utilizados para cultivos anuais ocasionais ou intermitentes, com controle efetivo da erosão;
- 33,14% da área total é constituída de solos menos suscetíveis à erosão, podendo ser utilizados para cultivos anuais com rigoroso controle dos fatores erosivos. Esta área corresponde às colinas aplainadas, relevo suave, ondulado, e vegetação campestre com solos profundos, bem drenados e de média fertilidade;
- 2,02% correspondem às colinas interserranas, de relevo suave ondulado, com solos férteis e lombadas, vegetação campestre e solos hidromórficos, sendo favoráveis aos cultivos anuais.

O município de Canguçu por sua grande extensão territorial e diversificadas formas de relevo possui áreas com solos totalmente distintos, sendo bastante diferentes as atividades agrícolas recomendáveis. Por exemplo, 6,33% das terras do município de Canguçu não possuem uso agrícola recomendável, em decorrência das declividades e solos rasos de baixa fertilidade.

Uma pequena parte das terras do município de Canguçu (1,35%) é constituída por solos aluviais, propício para a ocupação com culturas agrícolas que suportem alagamentos (arroz) ou utilização para a pecuária. Estas áreas são facilmente identificáveis ao longo do curso do rio Camaquã, com forte produção arrozeira e pecuária, com predomínio de estabelecimentos de médio e grande porte para os padrões do município.

Boa parte das terras do município de Canguçu (33,14%) é constituída por solos menos suscetíveis a erosão podendo ser utilizados para cultivos anuais. Por serem

relativamente férteis, possuem boa produtividade, inclusive esta pode ser apontada como uma das razões do município conseguir condições de destaque regional na produção de alguns produtos agrícolas (milho, feijão, fumo, soja).

Quanto aos aspectos relativos aos índices de pluviosidade média anual situa-se em torno de 1300 mm, com temperatura média de 20°C, caracterizando Canguçu por ter um clima agradável, com exceção de alguns eventos de calor no verão e frio extremo no inverno.

Simch (2002) conforme Grandó diz que trata-se de um clima adequado a uma grande variedade de espécies vegetais, todavia, para obtenção de bons resultados, torna-se necessária a rotação de culturas e utilização de cultivares adaptados ao ambiente que é propício a proliferação de fungos, bactérias e parasitas, levando a utilização de defensivos agrícolas.

Por estar localizado em um domínio climático subtropical com chuvas regulares, o município de Canguçu possui uma ampla malha de drenagem composta por riachos, arroios e rios. Entre os principais arroios podemos destacar: Pantanoso, Oliveiras, Saraiva e Maria Antonia. Já os principais rios formadores das duas maiores bacias hidrográficas são o Piratini e o Camaquã:

O rio Camaquã nasce na região de Lavras do Sul, no extremo oeste do escudo praticamente no divisor de águas com os rios da bacia do rio Ibicuí (Rio Santa Maria particularmente) e Vacacaí, na Depressão Central. A bacia hidrográfica do rio Camaquã drena e diseca cerca de um terço da área do escudo, descarregando grande massa de clásticos para a Laguna dos Patos. Durante os meses de maior precipitação seu volume de água aumenta consideravelmente, transportando uma massa de sedimentos resultante da lavagem de sedimentos. (FALCÃO VIEIRA, 1984, p 62)

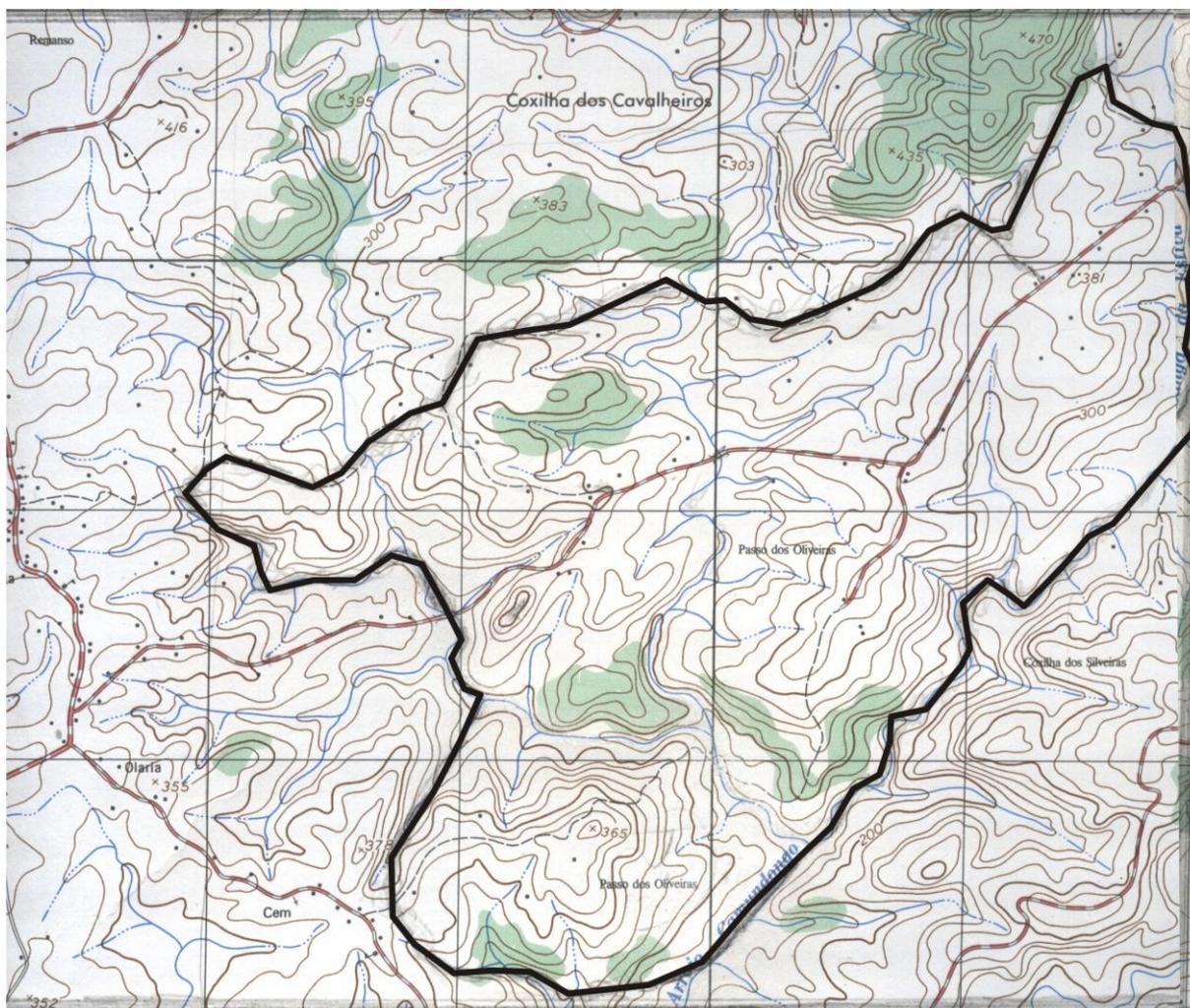
Entre os rios de maior importância para o contexto hidrográfico do estado do Rio Grande do Sul está o rio Piratini:

O rio Piratini nasce na região central do escudo, em Piratini, e seu mais importante formador é o arroio Basílio, originário das proximidades de Pinheiro Machado. Ambos formam uma extensão de malha hidrográfica muito concentrada e constituída por inúmeros arroios, desenvolvendo um trabalho geomórfico de vulto nos municípios de Piratini, Canguçu, Pinheiro Machado e Herval. O rio Piratini desemboca no Canal São Gonçalo, onde forma uma área aluvional. (FALCÃO VIEIRA, 1984 p 62)

Neste contexto fisiográfico, está inserida a localidade Passo dos Oliveiras, com suas características que são peculiares, dada a grande extensão territorial predominante na maioria dos municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul. O

A delimitação da localidade Passo dos Oliveiras foi baseada nas cartas topográficas (3010-3 e 3010-4) fornecidas pela 5ª Divisão de Cartografia e Levantamento do Exército Brasileiro (DL) com sede em Porto Alegre- RS.

Carta Topográfica (Passo dos Oliveiras)



Escala 1: 50.000

Fonte: 5ª Divisão de Cartografia e Levantamento do Exército Brasileiro.

O Passo dos Oliveiras está situado entre as latitudes 31°26'31" e 31°30'02" Sul e longitudes 52°51'50" e 52°45'00" W. Com relação aos aspectos topográficos percebemos a existência de terrenos bastante íngremes, com vários afloramentos rochosos que dificultam os cultivos em toda a extensão das propriedades. Também é importante salientarmos a existência de uma série de riachos e arroios, como o dos Oliveiras, das Abóboras e Camundongo.

No Passo dos Oliveiras são observadas características típicas de regiões serranas (Serra dos Tapes, segmento da Serra do Sudeste), com fortes

declividades e terrenos de difícil manejo agrícola, com a existência de vales relativamente profundos, que permitem o surgimento de uma importante rede de drenagem, representada por arroios e sangas. Além disso, percebemos formações compostas por matas nativas que conservam-se intactas em razão do crescimento do grau de consciência ambiental dos produtores que não medem esforços para impactarem minimamente o ambiente onde estão inseridos.

Nos últimos anos, em decorrência das políticas oficiais de implantação de áreas verdes, muitos pequenos produtores estão reflorestando com espécies exóticas áreas suscetíveis a erosão. Neste caso representadas pelo eucalipto e acácia, que visam atender às demandas por madeira para construções de estufas, casas, galpões e especialmente alimentarem as fornalhas das estufas de fumo.

O quadro 1 apresenta a produção da silvicultura em Canguçu, para uma série histórica intercalada compreendida entre os anos de 1990 e 2008, com valores relativos à quantidade produzida em m³ de lenha e toras.

Quadro 1 – Produção da Silvicultura no município de Canguçu

Anos	Toras (m ³)	Lenha (m ³)
1990	3.876	120.201
1995	13.305	82.043
2000	2.290	66.827
2005	2.902	84.419
2008	3.574	106.486

Fonte: IBGE, 2009.

De acordo com os dados percebe-se as oscilações na produção de matérias-primas oriundas da silvicultura seja em toras ou lenha. Todavia, em decorrência das políticas de incentivo ao florestamento conduzidas em especial pelas fumageiras como forma de compensar os impactos ambientais causados pela fumiicultura, está se verificando o surgimento de um grande número de matas exóticas.

Em razão do incremento da fumiicultura em Canguçu, percebe-se o aumento na produção de toras e lenha. As toras normalmente são utilizadas para a construção de estufas que demandam enormes quantidades de madeira de qualidade. Com relação ao aumento na produção de lenha, está claramente associado à necessidade de alimentar as fornalhas das estufas de fumo que, embora tenham incorporado novas tecnologias, ainda necessitam de volumes expressivos de lenha na secagem do fumo.

Com os investimentos dos conglomerados da celulose, especialmente representados pelos grupos Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel que posteriormente, com a fusão destes dois grupos, deu origem à líder global em celulose (FIBRIA), percebe-se claramente o aumento de áreas florestadas com eucalipto. São grandes extensões, com emprego intensivo da mecanização, baixo número de trabalhadores, aquisição de pequenas e médias propriedades, expulsão de pequenos produtores para a cidade, configurando o domínio da monocultura comercial do eucalipto.

Para a existência dessas grandes propriedades, muitas famílias de pequenos produtores são induzidas a arrendarem ou venderem suas terras para as empresas de florestamento. Esse processo, além de estar em contradição com a necessidade de valorização da agricultura familiar, acarreta a exclusão e expulsão de grande número de trabalhadores do campo para a cidade, inchando as periferias dos centros urbanos que já carecem de infraestruturas mínimas.

Com a inserção de espécies exóticas já mencionadas, embora existam muitas controvérsias a respeito das conseqüências ambientais, já sofre impacto o aspecto visual da localidade, pois são observadas em muitas propriedades matas de grande porte que contrastam com a vegetação nativa e típica do lugar. Ainda é importante salientar que em muitas propriedades onde são plantadas espécies exóticas como o eucalipto, em decorrência da alta demanda desta planta por água, está se percebendo a diminuição da vazão dos chamados “olhos d’água” também popularmente conhecidos como vertentes.

De acordo com Silva Santos (2009), ao citar Tautz salienta que o cultivo do eucalipto utiliza de forma intensa os nutrientes do solo, em especial quantidade muito superior de recursos hídricos, com relação a outras culturas, além de tirar da área rural a figura humana, como também culturas que garantiam a diversidade biológica.

O plantio do eucalipto em larga escala, especialmente no Sul do estado do Rio Grande do Sul consolida-se como um dos temas mais complexos em termos de impactos ambientais. Além disso, existe toda uma gama de problemas de ordem sócioeconômica ocasionados em decorrência da implantação em larga escala da silvicultura.

Conforme Silva Santos (2009), as pesquisas desenvolvidas por renomados estudiosos da questão apontam a priori que no segmento ambiental, é possível

destacar o empobrecimento biológico devido à substituição de florestas nativas (Cerrado, Mata Atlântica) pela monocultura do eucalipto, erosão, soterramento de nascentes e alteração dos níveis dos lençóis freáticos pelo manejo inadequado do solo, contaminação da água e do solo pelos fertilizantes e defensivos agrícolas. No âmbito socioeconômico, entre os maiores problemas gerados estão a dependência das comunidades locais em relação às empresas privadas, expulsão das populações tradicionais de suas terras e o principal problema que é a concentração fundiária, aprofundando uma das mazelas crônicas na atual configuração agrária brasileira.

1.3 Aspectos Socioeconômicos

O município de Canguçu caracterizou-se historicamente por ser um dos pólos de predomínio da agricultura familiar, com forte presença da população rural. Todavia, acompanhando as tendências mundiais, lenta e gradualmente há o incremento em termos relativos e absolutos da população urbana.

Os dados a serem apresentados no quadro 2 foram obtidos com base em Simch (2002) e Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA) da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) desde o ano de 1920 até 2009, com levantamentos intercalados para a população urbana e rural do município, sendo a atualização dos mesmos obtida junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda, são apresentados os valores percentuais da população urbana e rural de Canguçu para anos pré-estabelecidos.

Quadro 2- Distribuição da População do Município de Canguçu

Ano	População Rural	(%)	População Urbana	(%)	População Absoluta
1920	25.900	95,95	1.100	4,05	27.000
1940	47.177	93,29	2.895	6,71	50.612
1950	55.769	95,81	2.438	4,19	58.207
1960	54.281	94,59	3.257	5,41	57.538
1970	57.256	91,68	5.195	8,32	62.451
1980	46.947	84,09	8.878	15,91	55.825
1991	36.556	72,57	13.811	27,43	50.367
1996	34.608	69,15	15.437	30,85	50.045
2000	33.742	65,58	17.685	34,41	51.447
2007	33.443	62,91	18.712	37,09	53.155
2009	-	-	-	-	56.064

Fonte: ITEPA, IBGE, 2009.

Pela análise do quadro 2, que apresenta o número de habitantes do município de Canguçu desde o ano de 1920 até 2009, identificamos em 1920 as características de um município com a maior parte de sua população residindo na zona rural. Em 1940, mesmo com o grande aumento da população total, ainda continua contingente expressivo de pessoas residindo no campo. Entretanto, com as novas dinâmicas inseridas no campo, quais sejam de modernização das atividades agrícolas, a partir dos anos 70 ocorre um incremento muito importante em termos relativos da população urbana, caracterizando o êxodo rural, com pessoas que saem da zona rural em busca de melhores oportunidades de vida, fundamentalmente, visando estarem próximas aos serviços existentes no meio urbano.

Em algumas áreas do Brasil, a perda de população rural acompanha o processo de industrialização, intensificando-se a partir dos anos 50 e 60. Especificamente em Canguçu, as características de diminuição da população rural passam a ser mais sensíveis a partir do início da década de 70, as razões para o caso específico são muito amplas e de difícil diagnóstico. Todavia, entre os principais condicionantes que podem ser destacados estão a tendência da concentração de pessoas no meio urbano, atração do homem do campo pelas “facilidades” do meio urbano, propriedades de pequenas dimensões que dificultam a sobrevivência de famílias até então numerosas e basicamente a baixa remuneração ao pequeno produtor por seu trabalho representado pela desvalorização dos produtos agrícolas oriundos de sua atividade laboral.

É importante destacar que na atualidade em Canguçu percebe-se a oscilação constante na população total, entretanto é acompanhada da redução da população rural e de incrementos constantes no número de habitantes do meio urbano. Mesmo que não exista significativo destaque para o setor secundário, muitas pessoas abandonam o campo e procuram ocupações no meio urbano, basicamente no comércio, normalmente com baixas remunerações ao trabalhador.

Com o avanço bastante intenso da fumicultura, é possível que os próximos censos demográficos mostrem a estabilização do número de habitantes na zona rural, fundamentalmente, nas áreas próximas à cidade. Em razão da grande dinâmica socioeconômica gerada pela produção de fumo, é bastante comum o retorno de filhos de pequenos produtores que haviam migrado para o meio urbano e não encontraram meios de subsistência digna na cidade, e que portanto estão voltando ao campo para viverem diretamente dos frutos da agricultura familiar.

Muitos desses pequenos produtores que estão retornando ao campo estão voltando com mentalidade aberta às inovações e conscientes de seus direitos sociais, representados na cobrança por melhorias na educação de seus filhos, saúde, infra-estrutura. As demandas estão sendo gerenciadas a partir da revitalização de entidades de classe como sindicatos dos trabalhadores rurais, associações comunitárias que passam a solicitar diretamente dos gestores públicos melhorias nos acessos ao meio rural, transporte coletivo, implementação de unidades básicas de saúde, entre outros direitos básicos.

1.3.1 Estrutura fundiária

O Brasil historicamente consolidou-se como um país onde o acesso à terra e aos bens produtivos é um privilégio de poucos, configurando um quadro de extremas desigualdades sociais nas mais diversas regiões. A estrutura fundiária também é reflexo desse processo extremamente complexo, onde um pequeno número de indivíduos possuem o domínio de vastas extensões de terra, enquanto a maior parte da população rural brasileira vê subtraído o direito a um bem fundamental que é o acesso à terra.

Apresentaremos a seguir o número de estabelecimentos rurais no Brasil, contemplando os censos agropecuários desde 1970 até o último censo realizado em 2006, com dados divulgados no segundo semestre de 2009. Também apresentaremos os percentuais de área ocupados pelos estabelecimentos rurais, facilitando a compreensão do processo de concentração fundiária existente no Brasil.

Os dados apresentados no quadro 3, seguindo as novas orientações da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) são distribuídos em quatro faixas. Áreas com menos de 10 hectares, entre 10 a 100 hectares, entre 100 e 1000 hectares e, por último, áreas de grande extensão com mais de 1000 hectares. Portanto, apresentaremos os dados inerentes aos censos agrícolas de 1970, 1980, 1985, 1995/ 1996 e os dados parciais referentes ao censo 2006.

Quadro 3 – Estabelecimentos Rurais no Brasil e Percentual da Área

Grupos De Área (ha)	Anos		1970	1980	1985	1995/1996	2006
	% est	% área					
Menos de 10	% est		51,36	50,44	46,83	55,72	50,34
	% área		3.09	2.47	2.66	2.23	2.36
10-100	% est		39,43	39,15	42,10	34,85	40,07
	% área		20.42	17.68	18.55	17.51	19.06
100-1000	% est		8,47	9,48	10,09	8,54	8,64
	% área		36.97	34.75	35.07	34.94	34.16
1000 ou mais	% est		0,75	0,93	0,98	0,89	0,95
	% área		39.52	45.10	43.73	45.32	44.42
Total	% est		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
	% área		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: ITEPA, IBGE, Censo Agropecuário 1970, 1980, 1985, 1996, 2006.

O tema estrutura fundiária é um dos problemas complexos que a sociedade brasileira tem que enfrentar, embora os constantes esforços do governo federal para solucionar essa problemática pouco tenha efetivamente realizado. O Brasil historicamente caracteriza-se como um país onde o acesso à terra e aos meios produtivos é privilégio de uma minoria, pois desde o período colonial apenas alguns privilegiados pela corte possuíam direito de terem uma propriedade.

Em decorrência dos erros históricos, mesmo tendo um país com dimensões continentais (8.511.965 km²) continua-se com extremas desigualdades quando o objetivo é acesso à terra e ao direito de produzir com igualdade social no campo. O papel desempenhado pelos movimentos sociais, fundamentalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reveste-se da mais alta importância na denúncia das desigualdades sociais que imperam em nossa sociedade e no privilégio aos latifúndios, por excelência improdutivos e com baixa capacidade de inclusão social.

Os números apresentados no último censo (2006) sem dúvida demonstram as perversas condições em que se desenvolvem as tentativas de reforma agrária no Brasil. Enquanto temos trabalhadores rurais “morrendo na disputa por um pedaço de terra” para poderem trabalhar e sobreviver dignamente com suas famílias, os números apresentados pelo IBGE dão conta da existência de 0,95% das propriedades que possuem mais de 1.000 hectares e representam 44,42% da área total das propriedades brasileiras.

Os números apresentados retratam apenas a fria realidade, mas sem dúvida essa situação, embora tenha demonstrado a diminuição do número total de grandes

propriedades com relação ao censo anterior (1995), ainda continua existindo extrema desigualdade no acesso à terra. Em estados brasileiros como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia existem muitas propriedades que possuem mais de 10 mil hectares, inclusive em muitos casos pertencentes a grupos internacionais que expulsam as comunidades locais com o apoio de políticos, em nome do desenvolvimento de atividades que normalmente destinam os produtos para a exportação, deixando enorme passivo social e ambiental.

O quadro 4 apresenta a estrutura fundiária do estado do Rio Grande do Sul, obedecendo às novas orientações da FAO está distribuída em quatro faixas que contemplam áreas com menos de 10 hectares, entre 10 a 100 hectares, entre 100 e 1000 hectares e, por último, áreas com mais de 1000 hectares. Assim, os dados apresentados abaixo são fruto dos censos de 1970, 1980, 1985, 1995 e do censo 2006.

Quadro 4 – Estabelecimentos Rurais no Estado do Rio Grande do Sul e Percentual da Área

Grupos De Área (ha)	Anos					
		1970	1980	1985	1995/1996	2006
Menos de 10	% est	34,75	34,04	36,60	35,09	39,48
	% área	3.58	3.68	3.68	3.41	3.50
10-100	% est	58,70	58,81	56,25	57,03	53,52
	% área	32.34	31.45	30.47	29.49	29.81
100-1000	% est	5,87	6,43	6,47	7,16	6,35
	% área	35.16	34.89	38.34	40.43	39.79
1000 ou mais	% est	0,68	0,72	0,68	0,72	0,65
	% área	28.92	29.98	27.51	26.67	26.90
Total	% est	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
	% área	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

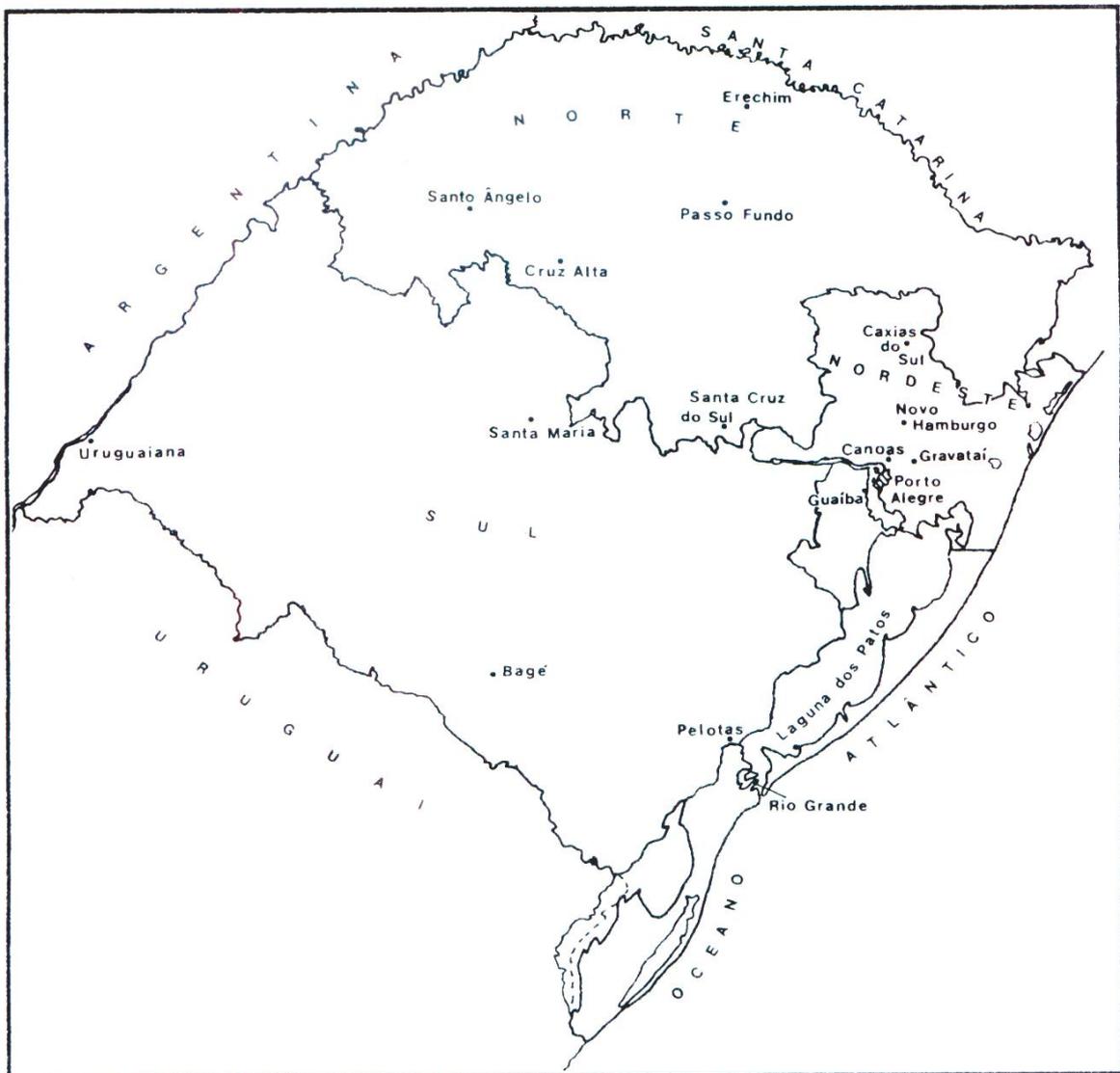
Fonte: ITEPA, IBGE, Censo Agropecuário 1970, 1980, 1985, 1996, 2006.

A realidade do estado do Rio Grande do Sul é bastante similar à nacional, com número limitado de grandes propriedades, que ocupam vastas extensões de terra. As grandes propriedades em nosso estado geram poucos empregos no campo e dificultam o povoamento de vastas áreas, em especial no sul gaúcho em que permanecem verdadeiros vazios demográficos, contrastando com as dinâmicas regiões do Norte, Nordeste do nosso estado.

Para elucidarmos as diferenças de ocupação, que redundaram em padrões de desenvolvimento totalmente distintos, inserimos o mapa nº 3, que contempla as

regiões socioeconômicas do estado do Rio Grande do Sul, baseadas nos processos de ocupação que foram distintos e redundaram em regiões bastante dispare do ponto de vista de sua dinâmica de desenvolvimento.

Mapa 3 Regiões Socioeconômicas do Estado do Rio Grande do Sul



Escala 1: 5.900 000

Fonte: Heidrich, 2000 p 105.

O mapa 3 apresenta três regiões socioeconômicas, com padrões de ocupação e desenvolvimento totalmente distintos. Segundo essa divisão temos as seguintes regiões socioeconômicas no estado do Rio Grande do Sul:

- Sul;
- Norte;
- Nordeste.

As dinâmicas socioeconômicas impostas ao território gaúcho acarretaram padrões de desenvolvimento totalmente diferentes, culminando com regiões que concentram atividades bastante dinâmicas e, portanto fator de atração de expressivos contingentes populacionais. Portanto, há três regiões a ser destacadas: o Sul ligado a setores históricos da pecuária gaúcha, predominando a grande propriedade com fracos contingentes populacionais. O Norte, por sua vez, baseado na agricultura moderna com estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades e cidades relativamente próximas. Já o Nordeste é a região socioeconômica mais dinâmica de nosso estado, representado pela aglomeração urbano industrial do eixo Porto Alegre- Caxias do Sul.

Nas palavras de Heidrich, (2000) as características marcantes do Sul gaúcho são a predominância da atividade agropastoril, a concentração fundiária, baixos índices de densidade demográfica e urbanização delineada pelo significativo distanciamento entre as cidades.

Todo esse conjunto de situações marcantes do sul gaúcho está intrinsecamente ligado ao predomínio das estâncias que exigem grandes extensões de terra e reduzida utilização de mão-de-obra, dificultando a consolidação de um mercado consumidor em potencial.

Quando se refere ao Norte gaúcho Heidrich (2000) salienta que essa região socioeconômica do estado do Rio Grande do Sul define-se pela economia de base agrícola, sendo a região que sofreu transformação substancial na estrutura agrária, evoluindo para a formação de granjas, e o predomínio de pequenos e médios estabelecimentos agrícolas. A economia agrícola apresenta vínculos estreitos com a indústria, em boa parte sediada na região, ligada ao processamento de produtos agrícolas, bem como ao fornecimento de insumos. A rede urbana é densa, as cidades espalham-se pela região formando uma densa malha articulada por centros de variados portes.

Entre os centros de expressão regional que caracterizam o Norte do Rio Grande do Sul, estão as cidades de Passo Fundo, Erechim, Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul e Cruz Alta. Nessas cidades estão concentradas importantes indústrias de destaque inclusive no cenário brasileiro, que são responsáveis pela geração de grande número de empregos.

O Nordeste gaúcho, nas palavras de Heidrich (2000), tem perfil definido pela economia urbano – industrial. É composto pela região metropolitana de Porto Alegre,

a qual apresenta uma importante área de características perimetropolitanas, de expansão das atividades secundárias e terciárias e de crescimento populacional típico das periferias metropolitanas. Estende-se ao longo do eixo industrial Porto Alegre- Caxias do Sul, onde agregam-se importantes distritos industriais, nos municípios de Canoas, Gravataí, Eldorado do Sul, São Leopoldo e o importante pólo petroquímico gaúcho no município de Triunfo.

Ainda, de acordo com Heidrich (2000), a regionalização realizada identifica três regiões com perfis totalmente diversos, uma com crescimento ligado ao setor industrial e outras duas ao setor agropecuário. É do desempenho dos setores que prevalecem como dominantes em cada região que temos os desdobramentos, com efeitos positivos ou negativos para o conjunto regional. Tem se imputado ao desempenho agropecuário no sul o fato de ser o que impede o maior dinamismo dessa área. Nesse caso, fundamentalmente, porque sofre a comparação com as outras duas regiões: o Norte de lavouras modernas e o Nordeste amplamente industrializado.

Ao analisarmos o perfil fundiário gaúcho, percebemos que a maioria das grandes propriedades estão situadas no sul do estado do Rio Grande do Sul, conforme o mapa das regiões socioeconômicas do estado. São latifúndios típicos, em sua grande parte improdutivos. Embora de difícil diagnóstico, essa estrutura fundiária arcaica e retrógrada pode ser apontada como uma das razões do baixo índice de desenvolvimento e geração de postos de trabalho no sul gaúcho. Enquanto na região Nordeste do estado houve o desenvolvimento baseado no fortalecimento do mercado interno alicerçado na valorização da mão-de-obra, especialmente do imigrante italiano e alemão, no sul gaúcho continuamos com o padrão de grandes propriedades agropastoris basicamente produtoras do binômio gado e arroz.

Este modelo monocultor (arroz) e de criação de gado está ultrapassado, uma vez que possui baixa capacidade de inclusão social ao absorver pouca mão-de-obra. Com as crises cíclicas das duas principais atividades econômicas do sul do estado do Rio Grande do Sul, muitos municípios dessa área têm necessitado de paternalismo estatal para saldarem seus compromissos.

São louváveis as políticas do governo federal, embora com as resistências de alguns setores com mentalidade mais conservadora, de propiciar em áreas improdutivas ou devolutas a implantação de assentamentos rurais, especialmente

em municípios do sul de nosso estado. Todavia, a implantação desses assentamentos não pode ser um paliativo para aliviar a tensão na disputa pela terra, deixando os encargos do aumento nas demandas aos empobrecidos municípios.

Mesmo enfrentando as enormes dificuldades, fundamentalmente a falta de incentivos governamentais, muitos pequenos agricultores assentados estão transformando a paisagem despovoada do sul do estado do Rio Grande do Sul com a produção típica de pequenas propriedades e abastecendo em um primeiro momento os mercados locais. Com a organização em cooperativas, muitos dos assentamentos se transformaram em referência dos benefícios que podem ser alcançados com a reforma agrária, principalmente no que se refere à geração de oportunidades de trabalho para a população marginalizada.

O município de Canguçu, mesmo inserido na realidade brasileira, onde predominam as grandes propriedades, vem se notabilizando no cenário nacional e internacional por ser um dos grandes pólos de predomínio da agricultura familiar. É na pequena propriedade familiar que reside a força que faz deste município um dos mais dinâmicos a partir de um desenvolvimento ligado a fatores externos, assim como também as características endógenas de reestruturação das pequenas propriedades agrícolas.

O quadro 5 apresenta a estrutura fundiária do município de Canguçu. A distribuição está estruturada em 4 estratos para o número de estabelecimentos rurais em Canguçu no período compreendido entre os anos de 1970 e 1996, com base nos censos agropecuários realizados pelo IBGE. Também apresentamos o percentual relativo aos estratos de áreas.

Quadro 5 – Estabelecimentos Rurais no Município de Canguçu e Percentual da Área

Anos		1970	1980	1985	1995	2006*
Grupos De Área (ha)						
Menos de 10	% est	35,74	28,98	27,72	27,51	-
	% área	35.76	4.3	4.92	4.42	-
10-100	% est	60,54	66,32	67,98	67,19	-
	% área	60.57	50.00	51.12	49.84	-
100-1000	% est	0,34	4,48	4,1	5,02	-
	% área	3.49	34.40	34.39	34.45	-
1000 ou mais	% est	0,18	0,22	0,20	0,28	-
	% área	0,18	11.30	9.57	11.29	-
Total	% est	100.00	100.00	100.00	100,00	-
	% área	100.00	100.00	100.00	100.00	-

*Obs: Dados a serem divulgados;

Fonte: ITEPA, IBGE, Censo Agropecuário 1970, 1980, 1985, 1996, 2006.

O município de Canguçu, embora esteja inserido na realidade nacional, diferencia-se da característica principal dessa região baseada no latifúndio destinado a pecuária extensiva e a cultivo do arroz. Por razões históricas, houve o predomínio das pequenas propriedades baseadas no emprego intensivo da mão-de-obra do grupo familiar. Os grupos de imigrantes que vieram para as regiões coloniais de municípios como Canguçu, Arroio do Padre, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e Pelotas (situados no Sul gaúcho) dedicaram-se a agricultura de subsistência e à criação de animais para a satisfação das necessidades alimentares básicas do grupo familiar.

De acordo com De David (2005), o município de Canguçu possui grandes contrastes em sua estrutura fundiária, com uma das maiores concentrações de minifúndios do país e ao mesmo tempo boa parte de sua área agrícola ocupada por grandes propriedades.

Os números apresentados, mesmo com as conseqüências do êxodo rural ao longo das décadas de 70,80 e 90, ainda mostram a predominância das pequenas propriedades, pois parte das áreas concentram-se no estrato de área com menos de 10 hectares ou de 10 a 100 hectares. Todavia, percebe-se o aumento no número de propriedades situadas entre 100 e 1000 hectares e também nas áreas com mais de 1000 hectares.

Atualmente algumas dessas grandes propriedades estão sendo utilizadas para a monocultura do eucalipto, visando à produção de celulose. Muitas grandes propriedades possuem baixos índices produtivos, pois dedicam-se a monoculturas de exportação com mecanização intensiva e baixo índice de geração de postos de trabalho. Portanto, estamos perdendo a oportunidade de utilização dessas áreas para a reforma agrária, via assentamentos rurais que poderiam produzir alimentos com qualidade. Através de políticas públicas adequadas e condizentes com a realidade, poderíamos ter programas que incluíssem os produtos oriundos dos assentamentos rurais na merenda escolar das redes municipal e estadual de educação.

Por razões de cunho político-ideológico, a administração municipal de Canguçu tem desencorajado os programas de reforma agrária no município, colocando os mais variados empecilhos. “Desconhecem” que na realização da reforma agrária está uma das grandes oportunidades do Brasil ser o país do

desenvolvimento econômico com fortalecimento do mercado interno e geração de empregos com inclusão social.

Ainda é importante salientar que em Canguçu a diversificação produtiva vem lentamente sendo suprimida em função da fomicultura, basicamente nas áreas de pequenas propriedades. Nas áreas mais longínquas historicamente predominou a pecuária. Desse modo, em lugares próximos a Piratini, Cerrito, Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, constata-se um incremento muito importante na migração para a cidade de Canguçu, em decorrência da mecanização das atividades ligadas à pecuária e por razões intrínsecas à grande propriedade que não possui a capacidade de inserção social nem de utilização da mão-de-obra disponível.

Em decorrência das grandes dimensões dos municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul, onde está inserido Canguçu, as diferenças entre as localidades dentro do próprio município são muito grandes. No Passo dos Oliveiras a estrutura fundiária é caracterizada pelo predomínio das pequenas propriedades, com emprego intensivo da mão-de-obra do grupo familiar. Essas propriedades são dotadas de um baixo grau de mecanização, pois em muitos casos ainda é utilizada a tração animal. No entanto, alguns produtores mais capitalizados estão adquirindo implementos agrícolas (tratores, colheitadeiras, roçadeiras, pulverizadores, entre outros) que estão mudando a relação histórica do pequeno produtor com sua propriedade ao facilitar atividades que, até então, além de insalubres, eram de difícil realização e intenso desgaste físico.

Todavia, com a mecanização que começa implementar-se, muitos pequenos produtores que por razões econômicas não tem acesso às “maravilhas” da tecnologia moderna são obrigados juntamente com suas famílias a abandonar o campo, pois a escala produtiva implantada não é compatível com a aplicação de instrumentos de trabalho que são considerados antiquados. Ainda assim, aqueles produtores que substituíram o trabalho braçal por máquinas enfrentam muitas dificuldades em utilizá-los, pelo fato de serem terras com declividades acentuadas, que só possibilitam o uso de equipamentos específicos e de menor porte. Assim, o escasso grau de mecanização está presente por razões econômicas que dificultam o acesso às tecnologias modernas, mas também por limitações impostas pelo terreno, não permitindo em determinados locais a aplicação de instrumentos de trabalho mais sofisticados.

1.3.2 Produção Agropecuária de Canguçu

O município de Canguçu possui base produtiva alicerçada estruturalmente no setor agropecuário, com grande destaque para a agricultura. As mudanças ocorridas em decorrência da inserção do Brasil na economia globalizada alteraram profundamente as bases produtivas, todavia o perfil de economia baseada no setor primário permaneceu como uma das características principais da economia canguçuense.

Entre os produtos agrícolas que historicamente fizeram parte da economia agrícola, em um primeiro momento podemos destacar milho, feijão, fumo e cebola. Em decorrência do grande dinamismo característico da agricultura familiar, outros cultivos ganharam importância, como a soja, o pêssego e nos últimos anos a cultura do fumo em função de uma série de fatores que a transformaram em uma das culturas agrícolas mais dinâmicas.

Entre as culturas de grande destaque, salientamos o pêssego que foi uma das mais importantes culturas agrícolas do município de Canguçu, especialmente ao longo das décadas de 70 e 80. Época em que havia grande demanda por este produto agrícola, em decorrência da pujança que a cadeia produtiva das conservas possuía em termos de processamento da produção, bem como da grande quantidade de mão-de-obra empregada. O quadro 6 apresenta os dados no período compreendido entre 1975 e 2008, para a produção da cultura do pêssego, contemplando a produção total em toneladas, área cultivada e produtividade média por hectare.

Quadro 6 – Produção de Pêssego no Município de Canguçu

Anos	Produção (t)	Área Cultivada	(Prod. Kg/ hectare)
1975	18.286	1.800	10.200
1980	17.143	3.000	5.714
1985	12.643	3.000	4.214
1990	12.000	3.500	3.428
1995	16.071	2.500	6.400
2000	15.000	2.500	6.000
2005	12.600	3.000.	4.200
2008	18.200	2.600	7.000

Fonte: IBGE, 2009.

O pêssego foi uma das principais culturas agrícolas do município de Canguçu, basicamente como matéria-prima para a indústria conserveira da região de Pelotas.

Com a desestruturação da cadeia produtiva das conservas, fundamentalmente no início da década de 90, ocasionados por uma série de problemas como a redução dos incentivos fiscais, vantagens comparativas de produzir-se em outras partes do Brasil e pela entrada indiscriminada de pêssego grego subsidiado no país de origem, foi se perdendo sua capacidade de competir na economia fortemente globalizada.

Os dados obtidos demonstram a grande importância que a cultura do pêssego tem no município de Canguçu, todavia sofre os percalços da falta de incentivos principalmente dos governos federal e estadual. Um dos principais fatores limitantes à consolidação de uma cadeia produtiva mais dinâmica é a inexistência de um maior grau de integração, o que não possibilita maiores investimentos e conseqüentemente melhorias de qualidade do produto final.

Torna-se facilmente perceptível a falta de iniciativa das indústrias regionais ao não adaptarem-se às novas tendências do mercado. A principal destinação do pêssego produzido no sul do estado do Rio Grande do Sul é a produção de conservas enlatadas, entretanto as estatísticas demonstram a diminuição no consumo nacional de alimentos em conservas.

Atualmente algumas iniciativas das entidades de classe, especialmente dos representantes dos produtores, estão buscando alternativas para a colocação dos excedentes produtivos não absorvidos pelas indústrias regionais. Entre essas alternativas, as informações dão conta da inclusão de variedades para consumo in natura, destinadas aos grandes aglomerados urbanos do país como São Paulo e Rio de Janeiro. Outra alternativa bastante importante é a utilização do pêssego para produção de sucos tipo exportação, agregando valor à produção.

Mesmo com todos os problemas existentes ao longo da cadeia produtiva do pêssego, as potencialidades de crescimento e geração de empregos são enormes. Entretanto, deve haver uma relação menos predatória da indústria com relação ao produtor, maior incentivo do poder público e a criação de alternativas que garantam a absorção pelo mercado dos excedentes produtivos.

Por sua ampla utilização em distintos subprodutos, o milho possui elevada demanda em diferentes lugares do planeta. O quadro 7 apresenta os valores obtidos para a produção de milho em Canguçu, em anos intercalados para o período compreendido entre 1975 e 2008, com base nos números disponibilizados pelo IBGE, enfocando a produção em toneladas, área cultivada e produtividade média por hectare.

Quadro 7 – Produção de Milho no Município de Canguçu

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	(Prod. Kg/ hectare)
1975	75.000	50.000	1.500
1980	58.514	65.800	8.890
1985	82.500	55.000	1.500
1990	66.000	55.000	1.200
1995	90.000	50.000	1.800
2000	56.400	50.000	1.120
2005	12.000	33.700	0, 350
2008	45.000	25.000	1.800

Fonte: IBGE, 2009.

Os dados apresentados mostram que a produção de milho ainda continua sendo uma cultura agrícola bastante importante no município de Canguçu. Entretanto, apresenta constantes oscilações em produtividade média, área plantada, bem como em produção total, em decorrência de ser uma cultura agrícola que não conta com maior organização das diferentes esferas de produção. Boa parte dessa produção visa atender as demandas da propriedade para alimentação dos animais domésticos (porcos, galinhas, etc.) ou transformação em rações, farelo como insumo básico na produção leiteira.

Um dos grandes limitantes à maior ampliação da produção de milho é a concorrência com outras culturas agrícolas como a soja. Ao não existir a política do preço mínimo, o produtor fica à margem das dinâmicas que regem as oscilações do mercado internacional, conduzindo à incerteza na lucratividade, portanto gerando desestímulo no cultivo deste que foi um dos mais importantes produtos agrícolas do município.

Uma das culturas agrícolas mais importantes é o feijão, por sua intensa utilização na culinária brasileira e amplo consumo em todas as regiões do país. A produção brasileira de feijão está alicerçada basicamente em estruturas de pequenas propriedades, com uso intensivo de mão-de-obra e geração de empregos no campo. O quadro nº 8 apresenta a produção de feijão em Canguçu em anos intercalados para o período compreendido entre 1975 e 2008, destacando a produção total, a área cultivada e a produtividade média por hectare.

Quadro 8 - Produção de Feijão no município de Canguçu

Anos	Produção (t)	Área Cultivada (hectares)	(Prod. kg/ hectare)
1975	1.684	2.400	702,00
1980	2.660	6.200	429,00
1985	3.490	5.500	635,00
1990	5.077	6.970	728,00
1995	4.800	8.000	600,00
2000	-	-	-
2005	2.160	6.000	360,00
2008	1.134	4.620	245,00

Fonte: IBGE, 2009.

Assim como o milho, a produção de feijão está exposta às constantes oscilações do mercado. Outro grande limitador na expansão deste importante cultivo agrícola é inexistência de políticas oficiais de garantia de preços mínimos, também é possível destacar a inexistência de estruturas que possibilitem a armazenagem da produção e que permitam a comercialização em momentos de preços mais favoráveis aos pequenos produtores.

Por ser um produto de consumo popular, muito utilizado na culinária brasileira, possui grande potencial de geração de renda na agricultura familiar. Para isto é necessário que o governo federal programe políticas de preços mínimos que possam garantir rentabilidade às famílias produtoras.

A soja transformou-se em uma das commodities agrícolas mais valorizadas do planeta, especialmente, pela ampliação do mercado de consumo chinês. O quadro 9 mostra os valores referentes à produção de soja para anos intercalados no período entre 1975 e 2008, destacando a produção total, a área cultivada e produtividade média por hectare.

Quadro 9 - Produção de Soja no município de Canguçu

Anos	Produção (T)	Área Cultivada (hectares)	(Prod. Kg / hectare)
1975	40.000	25.000	1.600
1980	60.000	40.000	1.500
1985	45.000	30.000	1.500
1990	30.000	25.000	1.200
1995	27.000	15.000	1.800
2000	10.800	8.000	1.350
2005	7.088	15.000	0, 470
2008	18.000	10.000	1.800

Fonte: IBGE, 2009.

A soja é uma das commodities mais valorizadas no mercado internacional, tem consolidado-se nos últimos anos como uma das culturas agrícolas mais importantes em território Brasileiro. Embora exposta às oscilações de ordem climática e mercadológicas, em Canguçu também se percebe o aumento na produção total, baseada na valorização dessa importante matéria-prima.

Com a valorização da soja no mercado internacional, verificam-se verdadeiros absurdos cometidos em nome da remuneração do capital investido no campo. São utilizados pacotes tecnológicos totalmente incompatíveis com as especificidades ambientais de ecossistemas frágeis. Em Canguçu, o cultivo de soja, como em todo o Brasil, está alicerçado na intensa carga de agroquímicos, comprometendo a qualidade do solo, do ar e da água. A plantação de soja está ocorrendo em áreas de abastecimento de mananciais, que posteriormente tem resíduos de agrotóxicos levados para os rios com a redução da biodiversidade.

Com a técnica do plantio direto para o cultivo de soja, a utilização de herbicidas tem sido uma constante, principalmente para eliminar plantas que possam competir por nutrientes. A utilização intensiva de agroquímicos poderá acarretar sério desequilíbrio ambiental, uma vez que a cada ano torna-se maior a aplicação de pesticidas para garantia dos padrões de produtividade.

A cebola no Brasil sofre forte concorrência da produção oriunda basicamente da Argentina que, além de possuir melhor qualidade, tem preços competitivos no mercado brasileiro. O quadro 10 apresenta a produção de cebola no município de Canguçu compreendida em anos intercalados no período de 1975 a 2008, destacando a produção total, área cultivada e produtividade média por hectare.

Quadro 10 - Produção de Cebola no município de Canguçu

Anos	Produção (T)	Área Cultivada (hectares)	Prod. kg/ hectare
1975	8.000	1.400	5.714
1980	10.938	2.500	4.999
1985	18.000	3.000	6.000
1990	4.770	795	6.000
1995	7.200	1.200	6.000
2000	7.200	1.200	6.000
2005	6.000	1.000	6.000
2008	6.000	1.000	6.000

Fonte: IBGE, 2009.

Por ser uma cadeia produtiva extremamente sensível às oscilações do mercado e às variáveis de ordem climática, a produção de cebola em Canguçu no

período analisado (1975 e 2008) apresentou momentos de grande expansão e outros de forte de retração. Com a abertura econômica via políticas neoliberais durante, especialmente o governo Collor, os problemas gerados com a abertura total das fronteiras na década de 90 foram bastante complexos e com conseqüências que se estendem até o presente.

Muitos produtores durante a década de 90 passaram a cultivar outros produtos, em especial o fumo, e não retornaram ao cultivo da cebola. Sem as devidas políticas públicas de contenção das importações, com o conseqüente aumento nos preços pagos ao produtor, o cultivo de cebola dificilmente ultrapassará os atuais níveis produzidos. Ao contrário tende à redução, pois o grau de incertezas de boa remuneração ao produtor é muito alto e desencorajador.

Por suas especificidades, Canguçu possui expressiva produção de produtos de origem animal quando comparado a outros municípios do sul gaúcho. Podemos destacar a existência de aviários, criatórios de suínos e uma bacia leiteira bastante importante. A produção de origem animal canguçuense cumpre a tarefa de abastecer principalmente o mercado local e regional. Com as projetadas expansões econômicas no eixo Pelotas- Rio Grande, em função principalmente do pólo naval, com o conseqüente aumento populacional, ampliam-se muito as possibilidades no aumento da demanda por produtos provenientes das pequenas propriedades, caracterizando um horizonte bastante promissor no quadro regional.

A produção leiteira de Canguçu foi muito importante, por ter uma grande dinâmica, basicamente nas pequenas propriedades. Desta forma, o quadro 11 apresenta a produção da bacia leiteira em anos intercalados no período compreendido entre 1975 e 2008, destacando o número de vacas ordenhadas, a quantidade produzida e a produtividade média vaca/dia.

Quadro 11 – Produção de Leite no município de Canguçu

Anos	Vacas Ordenhadas	Produção (1.000 l)	Litros/ Vaca Dia
1975	10.037	9.976	2,72
1980	30.645	23.052	2,06
1985	32.686	11.930	0,999
1990	15.443	20.755	3,68
1995	12.376	16.713	3,70
2000	14.684	21.639	4,03
2005	16.434	24.218	4,03
2008	14.537	21.422	4,02

Fonte: IBGE, 2009.

A produção leiteira em Canguçu durante o período analisado (1975 a 2008) apresentou incrementos produtivos em termos de animais ordenhados, produção total e produtividade média. Entretanto, a gama de empecilhos que entrava o enorme potencial de expansão da bacia leiteira é muito grande.

Dentre os problemas de maior relevância podemos destacar: o aviltamento dos preços pagos aos produtores pelas pseudocooperativas, poucas opções de comercialização da produção, falta de linhas de crédito adequadas à realidade que permitam aos produtores incorporarem novas tecnologias e assim aumentarem sua rentabilidade. Mesmo com todos os problemas destacados, a bacia leiteira do município de Canguçu é uma das mais importantes do sul do estado.

Políticas como a inclusão do leite na merenda escolar poderão inserir nova dinâmica nesta importante cadeia produtiva, valorizando o produto e gerando mais empregos no campo. Todavia, isso passa objetivamente pelo fortalecimento das entidades de classe dos produtores, para que possam cobrar dos governos políticas eficazes no sentido de valorização desse alimento nobre.

2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Nas palavras de Diniz (1986), apesar do grande desenvolvimento urbano industrial atingido por alguns países, a agricultura representa papel fundamental no mundo atual. O desenvolvimento científico e tecnológico vem alterando os seus padrões tradicionais, porém a agricultura continua responsável pela alimentação da humanidade. Muitos países já se encontram em estágios adiantados de desenvolvimento urbano e, sobretudo, industrial, mas a grande maioria é ainda essencialmente agrícola, portanto, é para essa atividade que se dirigem os olhos do grande contingente humano em busca de condições de subsistência.

A agricultura foi um dos fatores históricos essenciais na contribuição para a evolução do atual estágio civilizatório, uma vez que guarda íntima relação com as transformações ocorridas nas sociedades ditas primitivas:

Antes da revolução agrícola, o homem vivia em pequenos bandos móveis, de coletores de raízes e frutos, caçadores e pescadores rigidamente condicionados ao ritmo das estações, engordando nas quadras de fartura e emagrecendo nos períodos de penúria. Só em regiões excepcionalmente dadas como nas costas marítimas ricas em mariscos e, por isso mesmo, muito disputadas, esses bandos podiam alcançar maiores concentrações. Ainda assim, o montante de cada grupo era limitado pela capacidade de provimento alimentar nas quadras de maior escassez e pelas dificuldades de ordenar socialmente o convívio de unidades sociais maiores. (RIBEIRO, 2000, p. 40)

O contexto de solidificação do processo de povoamento e sedentarização do ser humano guarda uma relação direta com o desenvolvimento da agricultura, uma vez que antes disto o homem não tinha adotado o hábito de fixação aos lugares, estando constantemente migrando para locais onde a coleta de alimentos fosse mais favorável a seu grupo.

Conforme Ribeiro (2000), o primeiro processo civilizatório corresponde à revolução agrícola, que se desencadeou originalmente há cerca de 10 mil anos passados, sob os povos da Mesopotâmia e do Egito, e que se repetiu mais tarde, por efeito de difusão ou como desenvolvimento independente na Índia (6000 a.C), China (5000 a.C), Europa (4500 a.C), África tropical (3000 a.C) e Américas (2500 a.C). Portanto, essa revolução tecnológica desdobrou-se em dois processos civilizatórios, com os quais surgiram a agricultura e o pastoreio, configurando modos de vida totalmente diferentes dos anteriores.

De acordo com Heidrich (2000), a generalização e apropriação do espaço também é a generalização das comunidades. Significa a permanência de uma determinada comunidade no mesmo território. Isto possibilita dizer que a mesma tenha superado o estágio das migrações ligadas ao pastoreio e a coleta alimentar como imperativo de sobrevivência. Há três fatores principais que combinados asseguram essa passagem:

- Domínio das técnicas de plantio, com a separação e a conservação de sementes, a irrigação etc., de forma a permitir sua repetição sazonal;
- A produção de excedente alimentar e seu respectivo armazenamento, permitindo a ampliação da divisão do trabalho e, com isso, a viabilidade do progresso técnico;
- A organização militar que permite a defesa do território ocupado que se constitui numa das primeiras formas de diferenciação entre os homens no interior da coletividade.

A partir do domínio de determinadas técnicas agrícolas, alguns grupos tiveram a possibilidade de fixar-se em um determinado lugar, passando a formar comunidades maiores, desenvolvendo e aprofundando as relações sociais.

Em síntese, o processo vivenciado consiste em dois aspectos conjugados do mesmo fenômeno: a capacidade da humanidade em transformar a natureza a partir do trabalho e produzir riquezas e a organização de modos específicos de apropriação particularizada dessa forma de produzir riquezas.

Nas palavras de Heidrich (2000), a vinculação dos grupos humanos ao território pode ser assim sintetizada:

- Pela necessidade de organizar a busca pela sobrevivência e a defesa de reprodução da coletividade, a defesa territorial assume papel crucial na história da humanidade;
- O domínio delimitado do espaço possibilita à coletividade ver-se envolvida numa história e numa geografia comuns, elementos básicos para a construção de sua identidade com o território;
- O estado ocupa essa realidade, fusionando-se a ela, aparecendo como a entidade que justifica a ordem das coisas, principalmente do modo de produção e da repartição da riqueza.

A agricultura revolucionou a vida humana e permitiu que o homem deixasse de ser nômade, formando comunidades e assim ativando a vida social. Além disso, a eficiência agrícola gradativa permitiu que parte da força produtiva se dedicasse a outras atividades tradicionais, como o comércio e o artesanato. Os processos agrícolas foram evoluindo, seja nas suas formas sociais ou na sua forma produtiva. A humanidade se tornou sedentária, formou comunidades que se transformaram em cidades, desenvolvendo atividades artísticas, como a pintura, escultura, criando formas de governo e inclusive desencadeando guerras e conflitos com outras comunidades.

Com a consolidação das grandes navegações e a chegada do elemento europeu na América (portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses, entre outros) as modificações foram bastante evidenciadas, pois os colonizadores transportaram juntamente seu modo de relacionar-se com a natureza, estruturado basicamente em torno da questão de dilapidação dos recursos naturais, em prol da usurpação das características das populações nativas, nos aspectos referentes à língua, modo de produção e sua forma de relação com os elementos naturais.

O sistema de produção que veio à América com os colonizadores europeus é resultado da evolução da agricultura na Europa, transposto para um espaço com grau de evolução diferente, o continente americano. Por isso, podemos apontar que o modo de produção familiar e o plantation sobrepuseram-se ao sistema de produção dos nativos brasileiros.

A agricultura já era praticada no Brasil, mas foram os europeus que introduziram grandes inovações nas práticas agrícolas. Com o decorrer do tempo, o modelo agroexportador implantado em nosso país passou a ter contestações, tendo em vista que não atendia aos interesses das populações locais. Com objetivos de povoar áreas de baixa concentração populacional o governo imperial fomentou o processo de atração de imigrantes, especialmente alemães e italianos, que vieram inicialmente para o sul do Brasil:

O sistema de produção familiar introduzido no Brasil é caracterizado pelo predomínio das pequenas e médias propriedades com emprego intensivo da mão-de-obra do próprio agrupamento familiar. A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. (LAMARCHE, 1993)

No Rio Grande do Sul a agricultura familiar esteve historicamente alicerçada na variedade de produtos cultivados, bem como na criação de pequenos animais, portanto dinamizando as matrizes produtivas destes locais. No entanto, as estruturas da produção agrícola foram modificando-se ao longo do tempo, especialmente a partir da década de 40 do século XX, mas, essencialmente, nos anos 60 com a implantação da “revolução verde” alicerçada no emprego maciço de máquinas agrícolas e agroquímicos.

A “revolução verde” implantada no Brasil visava basicamente aumentar os índices produtivos a qualquer custo, em nome da modernização da agricultura brasileira, com o emprego maciço de agroquímicos e uso intensivo das novas tecnologias. Dessa forma, o passivo ambiental deixado por essa forma de produzir baseada em pacotes tecnológicos fechados não permitia a observância das questões histórico -culturais imbricadas no processo de modernização implantada.

Com a mecanização do campo, as pequenas propriedades gauchas de emprego intensivo da mão-de-obra tiveram uma sensível redução na necessidade do contingente força de trabalho. Ao liberar a força de trabalho no campo, houve importante incremento na migração campo-cidade, inchando as periferias dos grandes centros urbanos, ocasionando o esvaziamento populacional de extensas áreas rurais. Este esvaziamento populacional de vastas áreas rurais inclusive pode ser apontado como uma das inúmeras razões que tem colaborado decisivamente para a estagnação econômica da chamada “Metade Sul Gaucha”, ao impossibilitar o surgimento de um expressivo mercado interno nesta parte do país.

O modelo monocultor implantado no campo brasileiro é pródigo em vislumbrar apenas o quesito econômico das relações de produção. Assim, ao relegar a um plano secundário as premissas ambiental, social e cultural, estamos desconsiderando importantes vieses produtivos.

Conforme Becker (1999), com o passar dos séculos, a humanidade tomou consciência das contradições do mundo moderno, entendendo que o processo de ocidentalização do mundo era, antes de tudo, um processo de homogeneização que, enquanto modelo de desenvolvimento, destrói ou moderniza sociedades tradicionais. Portanto, elimina do globo terrestre a diversidade cultural e a biodiversidade natural.

Dentro desses pressupostos, a sociedade através de seus canais de expressão passa a cobrar uma nova relação do homem com o meio que não atenda

apenas aos pressupostos de racionalidade econômica, mas às diversas matizes do desenvolvimento:

Com a expansão e intensificação do padrão produtivo dilapidador da natureza, ficaram evidenciadas suas disfunções. Já nos anos sessenta, surgiram evidências que desmascaravam a tão propalada capacidade autorreguladora do padrão de desenvolvimento, pois esbarravam na capacidade de regeneração do sistema natural. Nem mesmo a crença geral, porque economicista, de que a produção de novos conhecimentos compensaria os desequilíbrios gerados pelo processo de desenvolvimento conseguira se manter intacta. Ficou cada vez mais patente que a capacidade destruidora do mundo construído pela espécie encontrava limites na capacidade reconstrutora do mundo dado, o mundo natural. (BECKER, 1999 p 14)

O primado da natureza ilimitada recebe contornos que demonstram a sua fragilidade, frente à voracidade do modelo de crescimento econômico, que pregava em uma de suas máximas “desenvolvimento” a qualquer custo. A noção de desenvolvimento sustentável passa a ganhar importância, ao contemplar as várias fases do desenvolvimento, sejam elas econômica, social, ambiental, política ou cultural.

Segundo Muller (1999) in: Becker et al 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) define desenvolvimento sustentável como aquele que permite responder às necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em atender às suas próprias necessidades.

Quando temos em mente o tipo de agricultura praticado de um modo geral no Brasil, vemos o quão imperfeito é esse modelo que dá suporte à agricultura convencional. Percebemos que são necessários novos modos de inter-relação entre as culturas agrícolas e as especificidades do território, não vislumbrando apenas a racionalidade econômica produtiva, que vise basicamente suprir as demandas internacionais por matérias-primas.

Em um ambiente de avanço do processo de “mundialização-globalização” vemos esses reflexos diretamente no campo através da consolidação de estruturas que visam atender apenas os mercados de consumo externos. A globalização é em primeiro lugar um fenômeno de esfera econômica, embora seu efeito vá muito além. Não apenas a população dos países pobres ou emergentes é afetada. A população dos países industrializados teme por sua segurança social e futuro como consequência da globalização.

A eliminação de barreiras entre países facilita, sobretudo, às grandes empresas que procuram reduzir seus custos de produção e se estabelecer em países que pagam salários mais baixos, têm menos exigências ambientais e sistema de seguridade social menos sofisticados.

De acordo com Hofmeister (2005), em alguns países paga-se tão pouco por certas atividades que compensa deslocar para lá a produção, mesmo considerando os custos de transporte, pois nos países de origem os salários e os encargos seriam mais elevados.

Ao transpormos a discussão acerca da globalização para o ambiente rural brasileiro percebemos que o avanço das monoculturas no estado do Rio Grande do Sul está ligado diretamente aos baixos custos produtivos, sem levar em conta os aspectos sociais, culturais ou políticos. Em suma, a visão majoritária dos grupos dominantes está imbricada diretamente aos preceitos de racionalidade econômico produtiva. Portanto, mesmo que o atual modelo produtivo esteja, estruturalmente, alicerçado na obtenção do lucro sem respeitar os preceitos de ordem ambiental e social, podemos, enquanto sociedade gestionarmos pela implantação de um modelo de produção diferenciado que tenha como primeiro pressuposto o respeito à diversidade ambiental e social.

A preservação ou substituição de um modelo de desenvolvimento por outro, supõe um processo de transição que caminha a passos lentos e em outro momento possa trazer mudanças bruscas e qualitativamente diferenciadas. Esse processo de transição significa a conversão para uma agricultura ecológica e socialmente equilibrada. (GOMEZ 1999, p. 105 in: BECKER et al 1999)

Esta mudança de paradigmas² poderá ser muito complexa e difícil, no entanto, é extremamente necessária, pois dentro dos parâmetros atuais a agricultura estruturada em “pacotes fechados” com a aplicação maciça de agroquímicos, desconectada da realidade local, sem dúvida no médio e longo prazo irá tornar-se um empecilho ao próprio desenvolvimento.

Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura brasileira significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e cada vez mais dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes,

² De acordo com EHLERS (1996), no paradigma da produção agrícola dominante a diversidade é contrária a produtividade.

defensivos, corretivos de solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colheitadeiras. (DELGADO, 1985, p 19)

Gomez (1999) in: Becker et al (1999), entende que a agricultura sustentável pode ser considerada um anseio cujo prazo de realização é imprevisível ainda que o processo de transição esteja em curso.

Embora muitos setores, por conveniência ou comodidade, ainda resistam a um tipo de agricultura que respeite o meio ambiente e possua um maior equilíbrio social, em algum momento terão de se conscientizar que somente através de “pacotes fechados” é impossível produzir por muito tempo. Setores mais progressistas já estão trabalhando com uma nova visão de produção mais limpa, com menos insumos, um maior aproveitamento da biodiversidade, integrado a uma nova lógica onde não apenas o lucro seja o fator primordial.

Entendemos que as instituições de fomento à pesquisa e produção do conhecimento (universidades, fundações de apoio) têm a condição elementar de fomentar a adoção de novas práticas em relação ao meio ambiente. Possibilitando a inserção de técnicas produtivas menos agressivas a biodiversidade, imbricadas aos conceitos de desenvolvimento econômico sustentável, que possa suscitar maior diálogo interinstitucional, permitindo a interação entre os diferentes atores sociais.

A possibilidade de articulação interinstitucional está diretamente ligada à capacidade de gerar um ambiente inovador para o desenvolvimento sustentável no meio rural. As instituições públicas têm a missão original de gerenciar o patrimônio público e de animar processos de concertação rumo ao desenvolvimento sustentável. Portanto, o desenvolvimento deveria ser almejado pela sociedade a partir do diálogo interinstitucional, sendo capaz de estruturar formas que contraponham o atual modelo de desenvolvimento, que prima pelo lucro a qualquer custo sem levar em conta os demais fatores produtivos.

2.1 A “monocultura” ligada à indústria do fumo

De acordo com Porto Gonçalves (2006), a monocultura, que é uma das bases de sustentação da agricultura capitalista moderna, se desenvolveu, sobretudo, nas regiões de países coloniais. Enquanto cultura de exportação, a monocultura revela, desde o início, que é uma prática que não visa satisfazer as

necessidades das regiões e dos povos que a produzem, na medida em que só tem sentido se for uma produção que não é feita para satisfazer as necessidades de quem produz. É um raciocínio logicamente absurdo de um ponto de vista ambiental, mas que se tornou natural e admite fazer a cultura de uma só coisa. A história só faz comprovar por meio da geografia o absurdo da idéia de fazer monoculturas, seja por meio das crises econômicas e sociais de se estar mono especializado e assim vulnerável às oscilações de mercado, seja pela fragilidade dos agro ecossistemas, exatamente por serem geneticamente simplificados.

O modelo monocultor e por conseqüência predatório que historicamente predominou no Brasil tem seus desdobramentos em um amplo espectro, desde a supressão das populações rurais, incrementando o êxodo rural, até a colocação de regiões inteiras alicerçadas em torno de um único produto agrícola que visa basicamente atender às demandas do mercado externo, deixando um enorme passivo ambiental e social ao não contemplar sequer as especificidades do território.

Ao emprestar importante contribuição sobre as razões que levaram ao desenvolvimento desigual do território brasileiro, Castillo (2005) in: Albuquerque 2005 et al, salienta que as especificidades do território brasileiro pesam enormemente quando se avaliam as implicações do papel do país no comércio mundial como produtor e exportador de commodities: vasto espaço desigualmente equipado e ocupado, muita terra cultivável não explorada e coberta por vegetação natural diversificada que abriga boa parte da biodiversidade existente no mundo, mercado interno fraco e uma população desassistida pelo estado cujo poder de decisão sobre os rumos do país se enfraquece diante de empresas e instituições globais.

Para que possamos e consigamos fazer frente aos desafios do futuro é necessário que as populações rurais tenham acesso à educação de qualidade, aliás, premissa elementar para uma sociedade menos desigual. Além disso, é fundamental a expansão do acesso aos serviços de saúde, infra-estrutura, o resgate e a preservação da cultura local.

Conforme Castillo (2005), in: Albuquerque 2005 et al, a quantidade de excluídos na sociedade brasileira, sob quaisquer critérios que se queira aplicar, é muito grande para ignorarmos que as políticas praticadas no Brasil privilegiam sempre o mercado externo em detrimento do mercado interno. O território mostra isso muito bem: extrema concentração espacial da riqueza e do consumo;

integração precária, que impõe imensas dificuldades para a circulação interna, tanto de pessoas como de mercadorias, redes de transportes desenvolvidas prioritariamente para ligar regiões produtoras aos portos exportadores, enquanto vastas áreas do território permanecem no isolamento; graves problemas ambientais decorrentes das atividades agrícolas ou de extração para atender demandas externas; imensas porções do território completamente abandonadas pelo estado e deixadas à própria sorte; um verdadeiro estado de guerra entre os entes federativos, que lutam entre si para atrair recursos privados com recursos públicos, em nome do aclamado “desenvolvimento local”, minando as possibilidades de construção de um federalismo mais democrático e solidário.

O Brasil configura-se como uma das nações onde as políticas de desenvolvimento sempre foram tomadas visando, principalmente, atender aos interesses hegemônicos em detrimento do conjunto da sociedade. Por uma série de erros estratégicos ao longo dos tempos, o planejamento objetivando o desenvolvimento nacional privilegiou a extrema concentração em determinadas áreas, tendo como consequências à concentração populacional em eixos pré-determinados, contrastando com enormes áreas desprovidas de infra-estruturas elementares, possibilitando existência de vazios demográficos e dificuldades de solidificar o mercado interno, grande responsável pela geração e manutenção de empregos, especialmente em momentos de crise do capitalismo internacional.

Os países que ostentam os melhores índices de desenvolvimento sócio-econômico privilegiaram e consolidaram o mercado interno como forma de propiciar o desenvolvimento menos desigual no território. Em nosso país, ao contrário as políticas macroeconômicas estruturam-se em torno do mercado externo, com a preparação do território ao atendimento das demandas externas por produtos de baixo valor agregado, desconsiderando na maioria dos casos as potencialidades e possibilidades oferecidas por um planejamento territorial que privilegie as potencialidades do mercado interno.

Desta forma Castillo (2005) in: Albuquerque et al (2005) complementa que o território deve estar preparado para que os produtos de consumo interno possam chegar a todos os seus pontos, ao menor custo possível. Isto não quer dizer que não devemos exportar alimentos e tampouco que a integração externa significa

necessariamente desintegração interna como observou Ricupero³. No entanto não podemos hipotecar o território e mobilizar toda nossa energia e recursos na exportação de produtos primários quando sabemos das graves conseqüências que isso acarreta já demonstradas pela história e pela geografia. Hoje, as maiores fatias dos benefícios gerados pela produção e exportação de commodities, basicamente de produtos primários geralmente são gerenciadas por empresas transnacionais, cuja lógica obedece a princípios que nada têm a ver com o bem estar social a não ser para fins de retórica. Somente o estado e a sociedade tecem verdadeiros e duradouros laços de compromisso com os lugares, as regiões e o território nacional.

Um dos fatores capazes de redimensionar as matrizes de desenvolvimento está configurado na agricultura, especialmente de caráter familiar capaz de permitir a inserção de novas dinâmicas a partir do revigoramento e expansão do mercado interno. Por sua importância estratégica, a agricultura familiar possibilita a existência de fortes núcleos de povoamento e a posterior dinamização sócio econômica de espaços até então desprovidos de desenvolvimento com características mais igualitárias.

Ao tratarmos a temática agricultura familiar e a sua relação com as possibilidades de inserção de uma nova dinâmica espacial estaremos inicialmente conceituando o tipo de agricultura ancorado nas distintas concepções, mas também nas definições de órgãos oficiais, que convergem no mesmo sentido.

Nas palavras de Tedesco (2001), a lei 4504, de 30 de novembro de 1964, citada por Oliveira (1996) & Borges (1996), “define que a propriedade familiar é o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros”.

Ao estudarmos as diferentes concepções que abordam o universo da agricultura familiar, encontramos em Diniz (1986) um suporte teórico fundamental tendo em vista a definição do que seja pequena, média e grande propriedade. Para o autor já salientado, um dos pontos mais complexos da análise da propriedade agrícola é a definição das categorias dimensionais, ou seja, em determinado lugar e tempo definir o que é pequena, média e grande propriedade. Essa definição,

³ Ricupero, Rubens. Integração externa, sinônimo de desintegração interna? Estudos avançados, nº 40, 2000.

essencialmente operacional, é extremamente importante nos estudos agrários, pois a análise das correlações entre o tamanho da propriedade e outras variáveis econômicas tem se mostrado muito útil. Na realidade, esse dado dimensional é importante por ser pequeno o número de propriedades que cobrem boa parte das terras cultiváveis, sobretudo em países subdesenvolvidos. Atribuem-se vantagens à pequena propriedade, graças ao seu papel de conferir equidade social, enquanto a grande propriedade caracteriza-se por ser extremamente excludente.

Inicialmente, sobretudo no Brasil, a caracterização dos tamanhos se fazia em função de um gráfico de distribuição para cada área estudada, dentro da idéia de que o tamanho é extremamente relativo, variando no lugar e no tempo. Colocavam-se os diversos tamanhos de propriedade no eixo do x, e as antípodas indicavam as diferentes classes. Este método, realmente, não exprimia muita coisa e começou-se a usar, em larga escala, classificações baseadas na força de trabalho empregada na propriedade. Assim, os tamanhos poderiam ser conceituados da seguinte forma:

- a) Pequena propriedade- essencialmente trabalhada pelo proprietário e sua família. Podem ocorrer propriedades de tamanho tão pequeno que a mão-de-obra se torne excedente e os membros da família procurem outra ocupação fíccia, então, caracterizado o minifúndio;
- b) Média Propriedade- ainda trabalhada pelo proprietário e sua família, mas com um tamanho que forçaria o emprego de assalariados ou mesmo uma divisão da área com parceiros ou arrendatários;
- c) Grande propriedade- definida pela ausência do proprietário nos trabalhos diretos no campo, ficando apenas com a atividade de gestão. A propriedade será na grande maioria dos casos valorizada por assalariados e poderá ou não dispor de administradores e gerentes. Baixos coeficientes de valorização nessas propriedades caracterizariam os latifúndios.

De acordo com Diniz (1986), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabeleceu a classificação de imóveis rurais baseada no módulo rural, definido como: “imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros” (Lei 4.504, de 30/11/64 Estatuto da Terra) e com dimensão variável, fixada em função da região e do tipo de exploração:

- a) Minifúndio- imóvel cadastrado com área inferior ao módulo rural;
- b) Empresa rural, imóvel compreendido entre um e 600 módulos rurais e explorado racional e economicamente; ou como latifúndio por exploração se não obedecer aos princípios de racionalidade econômica;
- c) Latifúndio por dimensão- imóvel acima de 600 módulos rurais.

A FAO e o INCRA em “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar”, 1994, definem o universo da agricultura familiar nos seguintes aspectos:

- a) Direção dos trabalhos exercida pelo produtor;
- b) Não realizar despesas com serviços de empreitada;
- c) Sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro ou com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três;
- d) Com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sul e Sudeste e mil hectares para as demais regiões. (FAO/INCRA, 1994)

Neste contexto, ainda é necessário acrescentar o entendimento quanto à noção de unidade familiar de produção, enquanto inserida no contexto de predomínio das relações tipicamente capitalistas:

As unidades familiares de produção são unidades essencialmente distintas da empresa capitalista típica. A partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam se reproduzir social e economicamente organizando e realizando a produção basicamente através da força de trabalho familiar. (TEDESCO, 2001 p 63)

O manual de crédito rural, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) 1997 para fins de financiamento, define agricultura familiar em:

- a) A renda familiar bruta não pode ultrapassar a R\$ 27.500,00 com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura e sericultura;
- b) A propriedade não pode ter mais do que quatro módulos fiscais;
- c) A propriedade deve manter no máximo dois empregados permanentes, sendo ainda admitido, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

A FAO e o INCRA (1996) definem a agricultura familiar definem por meio de três características elementares:

- a) A gerência da propriedade rural é feita pela família;
- b) O trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família;
- c) A propriedade deve manter no máximo dois empregados permanentes, sendo ainda aceita, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

Embora todas as definições e caracterizações de agricultura familiar, que coincidem em vários elementos, apresentem pontos de perfis distintos. Tedesco, (2001) salienta que, para se definir agricultura familiar, além dos requisitos de gerência da unidade produtiva pela família, a renda agrícola proveniente no mínimo de 80% da atividade agrícola, contratação de trabalho temporário limitado a quatro empregados, dever-se ia observar a sua extensão territorial.

3 A PRODUÇÃO DA “MONOCULTURA” DO FUMO E O PAPEL DO ESTADO

Para que possamos trabalhar com a noção de estado e sua importância, enquanto entidade abstrata que domina e orienta os processos de indução do desenvolvimento, torna-se necessário buscar as origens dessa forma de organização social.

Nas palavras de Heidrich (2000), o estado é uma forma organizada e unificadora da manifestação do poder num território delimitado. Assim como o seu surgimento é considerado o marco de superação da barbárie pela humanidade, também deve ser visto como um importante marco de recriação.

Conforme Alves dos Santos (2005), o estado sempre esteve presente na configuração territorial brasileira e, no que concerne à agricultura, seu papel foi fundamental para oficializar as relações tipicamente capitalistas na forma de produzir no campo. Portanto, o modelo de modernização tecnificação do setor agropecuário viabilizado pelo estado brasileiro, especialmente a partir de meados de 1960, esteve fortemente atrelado aos interesses do capital internacional e apresentou como meta a acumulação do capital, de forma a atender aos interesses do sistema capitalista hegemônico, através de investimentos, da criação e ampliação de mercados.

Os interesses do capital internacional aliado ao capital nacional hegemônico foram os grandes responsáveis pela mudança das bases técnicas da agricultura, todavia criaram uma série de situações paradigmáticas que repercutem atualmente, configuradas na extrema desigualdade, neste caso representada pelo desigual acesso à terra. As grandes desigualdades sociais no Brasil encontram guarida na extrema concentração fundiária, responsável pela estagnação socioeconômica de extensas áreas.

Nesta linha teórica, Alves dos Santos (2005) diz que o estado incentivou a modernização como forma de dinamizar a economia nacional, criando uma série de medidas oficiais para fomentar a homogeneização tecnificada da agricultura.

As políticas agrícolas a partir da década de 1970 tiveram a intenção de garantir a alteração das bases técnicas da produção com absorção de capital, baseado em uma estreita relação entre o setor urbano e o rural. Segundo a visão majoritária da época, a agricultura brasileira deveria ser sensível aos avanços do modelo tecnológico, sem considerar as especificidades de cada local com seu modo

de produção típico, visava basicamente tirar a agricultura brasileira do suposto atraso em que se encontrava.

O “atraso” da agricultura visto como fonte de crises e estrangulamento ao crescimento da indústria deveria ser enfrentado pela modernização do latifúndio, cuja base permitiria o uso mais eficiente das tecnologias modernas (necessário para reduzir o preço dos alimentos) e uma resposta mais ágil aos estímulos do mercado. A integração do latifúndio à economia moderna por meio da tecnificação seria o suficiente para assegurar que a agricultura desempenhasse suas funções dinamizando a economia rural. Em nenhum momento levou-se em consideração as conseqüências socioeconômicas e políticas de adoção dessa estratégia, em particular sobre a distribuição da renda, tal era a confiança na leitura teórica que colocava todas as expectativas na indústria como dínamo do crescimento e nas cidades como lócus de desenvolvimento. (GUANZIROLI, 2001 p 16)

Essa visão limitada da inserção agrícola na economia ignorava não apenas os efeitos sociais negativos de um crescimento baseado na modernização do latifúndio, como também a correlação positiva entre crescimento econômico e distribuição de renda. A experiência dos países desenvolvidos, onde foi fundamental o papel da agricultura familiar na redução da pobreza de sociedades mais democráticas e politicamente estáveis, foi amplamente desconsiderada ou interpretada de forma distorcida.

A estratégia adotada era justificada pela necessidade de “modernizar” o campo, de superar as estruturas arcaicas e as limitações associadas à vida rural e aos camponeses, mediante a penetração e difusão de empresas agrícolas capitalistas. Como já é amplamente conhecido, os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos do mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem eficientemente podendo, portanto, produzir alimentos e matérias-primas em qualidade e quantidade requeridas pela expansão do setor urbano industrial. São setores intensivos em mão-de-obra, por isso desempenham um papel fundamental para a elevação do poder de barganha dos países com grande população rural pouco qualificada para atividades essencialmente urbanas, reduzindo o desequilíbrio entre a oferta e a procura da mão-de-obra nos grandes centros urbanos.

As monoculturas, base de “sustentação” da economia brasileira, aliada à grande propriedade são problemas crônicos a serem resolvidos pela sociedade brasileira, tendo em vista o atendimento às premissas de maior igualdade social. No momento atual, regiões inteiras estão estruturadas econômica e socialmente em uma cultura agrícola exclusiva, gerando enormes distorções que necessitam ser

sanadas, para que seja possível a melhor eficácia e aplicabilidade das políticas públicas destinadas ao fortalecimento do setor agrário, com maior inclusão e conseqüente geração de postos de trabalho.

Ao centralizarmos a análise em uma área específica percebemos claramente os equívocos no direcionamento das políticas públicas que privilegiam um determinado setor com enormes somas dos escassos recursos públicos. Em nosso estado algumas áreas possuem a predominância de determinados cultivos agrícolas com forte apoio do poder público. O objetivo aqui não é o de estabelecermos um zoneamento agrícola do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto observamos facilmente regiões agrícolas com domínio de um ou outro cultivo. Desta forma, podemos estabelecer para efeitos de análise algumas áreas onde existe certa identificação com determinada cultura agrícola:

- Vale do Rio Pardo, fumo;
- Norte, Soja;
- Sul, arroz;
- Sul, novas áreas incorporadas à fumicultura.

Ao salientarmos as novas áreas do sul gaúcho estamos ressaltando os municípios limítrofes com Pelotas que tiveram a inserção maciça da fumicultura nos últimos 20 anos. Entre estes municípios podemos destacar: Canguçu, Arroio do Padre, Morro Redondo, São Lourenço do Sul e propriamente a zona colonial de Pelotas. Essa região possuiu durante muitos anos uma forte dinâmica produtiva ligada ao setor de conservas, com a presença de indústrias que absorviam elevados volumes de produtos agrícolas para processamento e exportação.

A industrialização brasileira pode ser considerada um fator recente na história nacional, com grandes incrementos a partir dos anos 30 do século XX. De acordo com Fraga Martins (2006), a década de 30 foi emblemática na vida política e econômica brasileira, pois encerra o período denominado República Velha e dá início à era Vargas, através da implantação do Estado Novo. Já no âmbito econômico, o país passa a buscar o desenvolvimento industrial interno, embora ainda necessite de importação em grande parte dos equipamentos para a instalação de novos parques industriais. Outra meta seria a união dos mercados nacionais até então dispersos e desarticulados, o que possibilitava crescimento isolado em algumas regiões, já que não havia concorrência interna com as demais regiões produtoras.

Esse momento ímpar na história brasileira foi fundamental para lançar as bases da industrialização, em uma nação essencialmente agrícola, e colocá-la em patamar diferenciado quanto à sua inserção no grupo de nações industrializadas. Evidentemente, o processo de industrialização brasileira, embora tenha trazido benefícios para a sociedade em seu conjunto, também acarretou muitos problemas no que concerne à extrema concentração populacional em alguns centros catalisadores dessa dinâmica, deixando enormes áreas semi-povoadas com desigualdades regionais e intra-regionais.

Fraga Martins (2006) reitera que a instalação de indústrias não se restringe somente a plantas industriais, mas a todo um conjunto de elementos e fatores que irão marcar a produção daquela espacialidade. Cria-se, portanto, um meio técnico que, aparente ou não, ajuda a explicar um espaço, pois juntamente com a implantação de plantas industriais existe toda uma gama de serviços para atendimento de necessidades de ordem industrial, como matérias-primas e todo um arcabouço em termos de infra-estrutura como energia, água e transporte.

Nas palavras de Simch (2002), o final dos anos 60 se caracteriza pela consolidação de um parque industrial constituído pelas indústrias alimentícias do ramo conserveiro na região de Pelotas. A política imposta no período do chamado milagre econômico⁴ contribuiu decisivamente para a expansão do setor conserveiro na região de Pelotas, que absorvia a produção de pêssego e hortaliças. Naquele período ainda houve a instalação de uma grande planta industrial, denominada CICASUL, que processava produtos como pêssego, figo, aspargo, morango, milho verde, entre outros.

Apesar da implantação de grandes indústrias como a CICASUL, que em conjunto com a VEGA representava mais de 50% das conservas industrializadas em Pelotas, permanecia o problema da sazonalidade da produção persícola. Por isso, além do aumento na escala de produção, foi introduzido o processamento de outros produtos agrícolas como milho verde, pepino, cenoura, aspargo, produção também oriunda da zona rural dos municípios limítrofes com Pelotas.

⁴ Denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrida durante a Ditadura Militar, ou “anos de chumbo”, especialmente entre 1969 e 1973, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Ainda de acordo com Simch (2002), na década de 80 existiam nos limites territoriais do município de Pelotas 28 empresas dedicadas à industrialização de conservas e que representavam importante elo na cadeia produtiva.

A dinâmica do setor conserveiro foi um dos fatores responsáveis pela geração de muitos empregos nos diferentes elos de produção. As grandes indústrias utilizavam elevados contingentes de mão-de-obra no processamento da produção. Segundo informações do sindicato das indústrias de conservas de Pelotas e região, empresas atualmente desativadas como CICASUL, AGAPÊ E VEGA eram as catalisadoras da imponência desse setor produtivo. O grupo AGAPÊ, em uma de suas plantas industriais localizada na Avenida Salgado Filho, Zona Norte de Pelotas, na época de safra (dezembro, janeiro, fevereiro e março) utilizava cerca de 2.500 trabalhadores diretos.

Em cidades como Canguçu outra empresa do grupo AGAPÊ, a denominada LEGRAND S.a, situada à Rua Teófilo de Souza Matos, no bairro Prado, também possuía grande importância socioeconômica. O último diretor desta empresa, Hélio Hoffman, salientou que na época de safra (dezembro, janeiro, fevereiro e março) esta indústria absorvia a mão-de-obra de cerca de 800 trabalhadores diretos.

Mesmo com toda essa pujança e importância socioeconômica de um dos ramos produtivos mais dinâmicos do Rio Grande do Sul, os governos estaduais e fundamentalmente o governo federal Sarney (1985- 1990) Collor (1990- 1992) e Itamar (1992-1995) foram insensíveis à solicitação de ajuda de um setor que mostrava dificuldades de competir com outros mercados em uma economia fortemente globalizada. Por uma sucessão de posturas administrativas, inércia dos empresários, exploração excessiva do pequeno produtor, falta de incentivos governamentais, incapacidade de enfrentar a concorrência de outras áreas do país, a cadeia produtiva das conservas sofreu as perversas conseqüências da inserção na economia globalizada.

Várias indústrias de médio e grande porte que já enfrentavam extremas dificuldades tiveram que encerrar suas atividades, dado ao fato de que era impossível produzir em condições tão complexas e inexoravelmente insustentáveis. As poucas indústrias que resistiram ao terrível processo de inserção direta na economia globalizada adotaram modernos processos de automação industrial e, conseqüentemente, emprego de mão-de-obra especializada e pouco expressiva, quando comparada ao padrão anterior.

Com a desestruturação da cadeia conserveira e a conseqüente diminuição na demanda por frutas, muitos dos pequenos produtores, que tinham na fruticultura e pequenos cultivos a fonte de recursos para sobrevivência de suas famílias, ficaram às margens do processo e, portanto, excluídos.

As conseqüências da desestruturação da cadeia das conservas no meio urbano foram complexas com a geração de um enorme contingente de desempregados, mas no meio rural os desdobramentos caracterizaram-se por serem mais complexos e de difícil solução. Como resultado imediato, um grande número de pequenos agricultores abandonou o campo, incrementando o êxodo rural. Outros ficaram com dívidas impagáveis para os seus padrões, obrigando-se a vender suas terras para saldar os compromissos ou desfazer-se de suas poucas economias conseguidas como fruto de muito esforço e trabalho.

Neste contexto de desvalorização da agricultura familiar, muitas famílias venderam suas terras, equipamentos de trabalho e migraram para a cidade, em sua maioria, jovens em busca de melhores condições de vida. Outros passaram a dedicar-se exclusivamente à cultura do fumo, os quais permanecem na zona rural gerando trabalho e renda para suas famílias. Como pode ser observado na foto 1, o êxodo e o abandono de propriedades rurais, que tem sido uma constante no município de Canguçu, também estão presentes no Passo dos Oliveiras.



Fotografia 1- Residência abandonada, Passo dos Oliveiras
Fonte: Foto do autor, 2008.

Percebendo a importância da experiência destas famílias, as fumageiras entram no vácuo deixado pelas grandes indústrias conserveiras, pois esses pequenos agricultores já tinham um longo histórico nas lides com a cultura do fumo. Cabe ressaltar que, embora a cultura do fumo estivesse presente em Canguçu desde os anos 60, foi a partir dos anos 90 que ela passou a ganhar grande importância do ponto de vista da área plantada e dos volumes de produção. Uma série de fatores como as garantias de compra da produção por parte das indústrias, incentivos do poder público, boas cotações no mercado internacional, assistência técnica ao produtor integrado, existência do sistema integrado que, mesmo com muitos problemas, garante certa segurança ao produtor, contribuem decisivamente para a expansão das áreas destinadas ao cultivo do fumo.

3.1 O Fumo no Brasil

O fumo⁵ é uma cultura agrícola típica de estruturas fundiárias de pequenas propriedades, com emprego intensivo de mão-de-obra. A cultura do tabaco já estava presente na agricultura colonial, mas até o início do século XX era pouco expressiva do ponto de vista das áreas plantadas e dos volumes de produção.

Após as duas primeiras décadas do século XX, ele passou a fazer parte da pauta das exportações do estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente concentrando-se na região do Vale do Rio Pardo, posteriormente espalhando-se para alguns municípios do centro-norte gaúcho, mas fundamentalmente no centro-sul de nosso estado, em municípios representativos como Dom Feliciano, Camaquã, Pelotas, São Lourenço do Sul, Arroio do Padre e Canguçu.

O fumo foi considerado planta mágica pelos indígenas, dotada de características alucinógenas. No passado, mesmo tendo seu consumo proibido, disseminou-se pelo mundo, não restando alternativa aos governos que não fosse taxá-lo com altos impostos. As altas taxas de impostos aplicadas ao cigarro em países como o Brasil, por exemplo, supera 80% caracterizando-se como uma das cargas tributárias mais elevadas do planeta aplicadas a um produto agrícola.

⁵ O fumo ou tabaco são designações vulgares de diversas plantas do gênero *Nicotiana* (família das Solanáceas) particularmente a *Nicotiana Tabacum* e a *Nicotiana Rústica* e dos produtos que são elaborados com suas folhas.

Nas palavras de Etges (1991), o fumo e o tabaco são designações vulgares de diversas plantas do gênero *Nicotiana* (família das solanáceas), particularmente a *Nicotiana Tabacum* e a *Nicotiana Rústica* e dos produtos elaborados com suas folhas. A origem do fumo é desconhecida, mas no Brasil sua história começa bem antes da chegada oficial dos europeus.

Os diversos historiadores que trataram da temática ocupação e colonização do Brasil salientam que a origem do nome tabaco está atrelada a uma pequena ilha do Caribe de nome Tobago. Cristovão Colombo chegou a Tobago em 1498 e seis anos antes ao atual Haiti, encontrando a palavra entre os índios Arawak. Outros destacam que o tabaco já era conhecido na Ásia desde o século IX, tendo sua origem na palavra árabe “tabbâq”, que designava determinadas plantas fumadas em cachimbo.

Etges (1991), com base em Nardi (1985), aponta que o local mais provável para o surgimento do fumo tenha sido os vales orientais dos Andes bolivianos e dali tenha se difundido através do território brasileiro pelas migrações indígenas, sobretudo Tupy-Guarani.

Quando da chegada dos europeus, o fumo era de uso comum nas tribos indígenas e cultivado em toda a costa brasileira. Depois da chegada do navegador Genovês a serviço da coroa espanhola, Cristóvão Colombo, o fumo passou a ser conhecido e usado em todo o mundo.

Assim como existem dúvidas quanto à chegada do fumo no Brasil, também existe maior necessidade de comprovação da chegada do fumo na Europa e de sua difusão. Existem duas hipóteses plausíveis. A primeira relacionada a Jean Nicot, embaixador da França em Portugal (1559-1561), segundo a qual uma planta de fumo teria sido levada para o continente europeu em 1542 por um donatário português de nome Luiz de Góes. Em Portugal essa planta teria sido cultivada no quintal da infanta D. Maria, devido a suas qualidades de planta exótica e propriedades medicinais. Em 1560 Jean Nicot, sabendo que a planta possuía propriedades medicinais e que curava enxaquecas das quais padecia a rainha de Médicis, enviou um pé de tabaco a Paris. A rainha imediatamente começou a fumar e foi imitada pelos nobres da corte, dando início ao mercado de fumo em pó chamado de rapé.

A segunda hipótese está relacionada a André Tevet, frade franciscano francês capelão de Catarina de Médicis, que acompanhou Villegaignon ao Brasil em 1555 na

tentativa de estabelecer a França Antártica, que afirma ter sido o introdutor do fumo no continente europeu em sua obra “Les Singularités de La France Antartique” publicado em 1558.

A história aponta que foi Jean Nicot o responsável pela introdução do fumo no continente europeu, em razão de que tanto o nome das plantas “Nicotiana” quanto a conhecida “Nicotina⁶” são derivadas de seu nome. Assim, Etges, com base em Sangirardi Jr, salienta que no início a forma mais usada de consumir o fumo foi o rapé. Os marinheiros de Colombo, na chegada ao Novo Mundo, verificaram com assombro que os índios, além dos enormes charutões, usavam um aparelho em forma de forquilha: dois tubos intercomunicantes, que metiam em cada narina, ligados por um tubo simples. Por este aparelho, “o tabaco” sorviam a fumaça do “petum” fumo. Pelo mesmo aparelho em forma de “Y” os índios aspiravam pelas narinas um pó vegetal que pensavam fosse feito com folhas secas e moídas de “petum”. “Era, porém, o pó alucinógeno chamado “cohoba”, “niopo” ou “parica” feito com as sementes da “Piptadenia Peregrina Benth”.

O rapé dos índios era de “cohoba” e não de tabaco, mas o homem branco fez a confusão e começou a cheirar as folhas de tabaco pulverizadas. Em pouco tempo o rapé dominaria o continente europeu. Depois do rapé veio o cachimbo⁷, que entrou pela primeira vez no continente europeu em 1586. Um cachimbo indígena foi enviado por Ralph Lane, primeiro governador da Virginia, a Sir Walter Raleigh na Inglaterra com instruções sob o modo de usar. Em seguida veio a vez do charuto⁸. O cigarro foi um advento posterior, quando, durante a guerra da Criméia, os oficiais ingleses e franceses aprenderam com seus aliados turcos o uso do cigarro.

Etges (1991), com base em Afonso Arinos de Melo Franco, afirma que o uso do tabaco pelos índios não era considerado nem um vício nem um prazer. Estava associado a formalidades de suas religiões, visando afastar os maus espíritos. Por isso os jesuítas no Brasil quinhentista identificaram o uso do tabaco com a prática de cultos diabólicos e infernais. Os padres perseguiram implacavelmente os brancos que participaram dessas práticas. Fumar podia na visão dos jesuítas significar a

⁶ Nicotina é o nome de uma substância alcalóide básica líquida e de cor amarela que constitui o princípio básico do tabaco.

⁷ Cachimbo: etimologicamente o vocábulo cachimbo é o quimbundo Kixima, coisa oca, pela troca do prefixo Ki, diminutivo de Ka.

⁸ Charuto: termo charuto tem como étimo, o Tamul Malaia chirutu, enrolar através do inglês cheroot.

participação em cultos bárbaros. Todavia, as vantagens do tabaco não podiam ser negadas no combate às úlceras, fístulas, cancro e outras feridas graves.

Nos países europeus o uso do tabaco era punido com castigos físicos, sendo que na Rússia, por exemplo, aquele que fosse surpreendido fumando ou cheirando rapé teria o nariz cortado. Entretanto, como os castigos físicos eram considerados insuficientes, a “saída” encontrada para tentar barrar o consumo do tabaco foi à criação de tributos bastante elevados, que juntamente com as bebidas alcoólicas compõem as mais elevadas taxas tributárias praticadas.

Etges (1991), com base em Jean Batiste Nardi, ressalta que, durante os três primeiros quartos do século XVI, os colonos portugueses obtiveram o fumo dos índios por meio de um sistema de escambo, entretanto, com os inúmeros confrontos entre índios e portugueses, os colonizadores optaram por cultivá-lo, tendo em vista o florescente comércio do tabaco.

O fumo, ao contrário de outras culturas agrícolas, era cultivado em pequenas propriedades na faixa litorânea, fundamentalmente no espaço compreendido entre Salvador e Recife, sobretudo no Recôncavo Baiano, onde surgiram as primeiras roças.

O fumo produzido no Brasil tomava três direções, a saber: o de primeira qualidade era mandado para Lisboa e redirecionado a outros países europeus. Os fumos de qualidade inferior eram exportados, mesmo que uma parte ínfima, para a Índia e, a partir do final do século XVIII, passou também a ser exportado para o Uruguai e Argentina.

A produção de fumo brasileiro durante o período colonial sofreu fortes oscilações. Entre as razões que podem ser apontadas para a amplitude entre as diferenças nas produções anuais podem ser destacadas aspectos climáticos, como secas, chuvas em excesso, granizo, entre outros. Também pode ser destacado, a falta de uma política agrícola combinada com os problemas de mercado, fazendo com que os valores brutos de produção dificilmente superassem as quatro mil toneladas.

No final do século XVIII, ocorreu o apogeu do comércio do fumo no Brasil colonial. Todavia, a conjuntura nacional e internacional foi bastante desfavorável ao fumo brasileiro. Do final do período colonial (1800) até o início do século XX, o fumo brasileiro passou a ter uma maior disseminação pelo território nacional quanto às áreas cultivadas. A política de desenvolvimento estimulou o surgimento de novas

áreas fumageiras em Goiás, São Paulo, Minas Gerais e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, ancorado na pequena propriedade e na florescente colônia de Santa Cruz do Sul e São Leopoldo. Uma das maiores razões para a consolidação da cultura do fumo pode ser apontada pela existência de uma extensa colônia de origem basicamente alemã, que possuía grandes contingentes de mão-de-obra disponíveis.

Numerosas eram as variedades cultivadas nas diferentes províncias, algumas importadas e outras obtidas a partir de cruzamentos feitos pelos próprios colonos, mas basicamente podem ser classificados em dois ramos: fumos escuros e claros. Os fumos claros só deram resultado efetivo no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente importados de Cuba e dos Estados Unidos da América. Em 1870 foi introduzido o tipo “Chinês” do qual se originou o “amarelinho” que passou a ser cultivado em grande escala na província. O tipo “Virginia” foi introduzido em 1920, que rapidamente por suas vantagens em termos de rendimento, facilidade na secagem e boa qualidade apresentada transformou-se numa das variedades mais cultivadas da atualidade no Brasil.

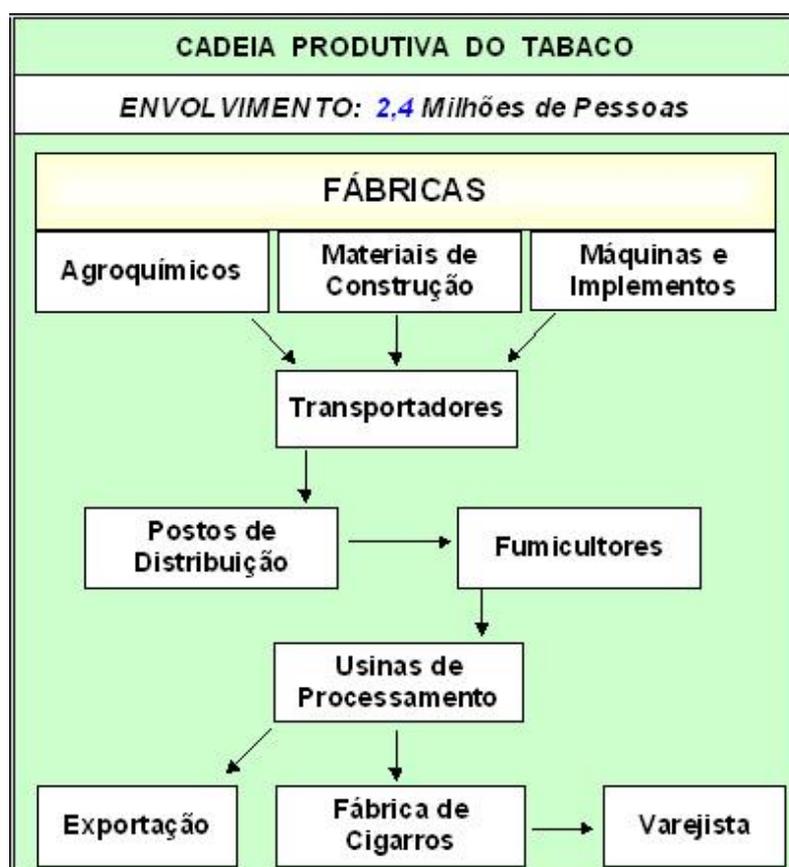
Nas primeiras três décadas do século XX, a concentração espacial se acentuou basicamente no estado da Bahia e no estado do Rio Grande do Sul. Dentro desse contexto, o estado da Bahia continuava produzindo fumos escuros para a produção de charutos e o Rio Grande do Sul passou a especializar-se em fumos claros, particularmente a variedade “Virginia”, bastante importante a partir do florescimento da indústria. Outro fator que deve ser considerado são as inovações das técnicas produtivas. Enquanto no Nordeste brasileiro continuava a secagem do fumo ao sol, no Sul do Brasil a construção de estufas de secagem contribuiu para a melhoria da qualidade do produto final.

3.2 A cadeia produtiva do tabaco

O fumo esteve presente no Brasil muito antes da chegada dos portugueses. Como toda cultura agrícola, teve seus momentos de maior importância e outros nos quais enfrentou problemas. Atualmente o fumo consolida-se como uma das culturas agrícolas mais importantes pela geração de impostos, bem como pelo grande número de famílias de pequenos agricultores envolvidos. Devemos salientar ainda a

enorme quantidade de agentes envolvidos na produção e distribuição de produtos oriundos do fumo.

Toda essa série de fatores caracteriza a produção fumageira do Brasil e, principalmente, a do estado do Rio Grande do sul como um dos setores mais produtivos e dinâmicos e por conseqüência gerador de uma ampla variedade de postos de trabalho. Como mostra o organograma 1 produzido pela Associação dos Fumicultores Brasileiros (Afubra), a cadeia produtiva do tabaco no Brasil é muito ampla, com reflexos econômicos importantes nos locais onde essa produção está presente.



Organograma 1 - Cadeia Produtiva do Tabaco no Brasil.
Fonte: Afubra, 2009.

Como demonstrado no organograma 1, as várias situações que envolvem a cadeia produtiva do tabaco são extremamente amplas e complexas nos diferentes elos produtivos apresentados. Embora acreditemos que os números postos estejam super dimensionados, todavia não minimizam a importância da cadeia produtiva.

Desde a preparação das estruturas para receber a produção, as chamadas estufas de armazenagem e secagem, até o consumidor final, o fumante, há uma

ampla gama de serviços intermediários que empregam expressivo contingente de mão-de-obra. Como pode ser observado na foto 2, as estufas de fumo convencionais são uma constante nas regiões fumageiras. Para a construção de estufas, embora haja necessidade de mão-de-obra qualificada além de movimentar a economia local com a aquisição de materiais de construção, normalmente há uma importante absorção de mão-de-obra local, gerando emprego e renda para as populações envolvidas.



Fotografia 2 – Estufa Convencional de secagem do fumo.
Fonte: Foto do autor, 2009.

O setor produtivo fumageiro, além de gerar muitos empregos na construção das estufas de secagem, é muito importante ao gerar empregos e renda para as populações locais. Ainda, há uma importante cadeia produtiva a jusante, que engloba postos de distribuição, usinas de beneficiamento, fábricas de cigarros compondo esse importante e dinâmico setor econômico na região Sul do Brasil.

Como todo setor produtivo que envolve grandes somas de recursos financeiros, existe a guarida de importantes grupos empresariais. No estado do Rio Grande do Sul atuam grandes empresas do setor fumageiro que, em razão da dinâmica de uma economia globalizada, estão em constantes processos de fusões e incorporações. Esses grandes grupos econômicos em sua maioria possuem seus centros de decisão nos Estados Unidos da América ou na Inglaterra. Os principais grupos fumageiros com atuação no estado do Rio Grande do Sul são:

- SOUZA CRUZ S.A, integrante da British American Tobacco;

- UNIVERSAL LEAF TOBACCO Inc, Richmond Virginia, EUA;
- ALLIANCE ONE INTERNATIONAL, Raleigh, North Carolina, EUA;
- KANEMBERG BARKER, HAIL & C, integrante da Japan Internacional Tobacco, JTI, S.A.

3.3 Souza Cruz S.A

A Souza Cruz S.A é uma das maiores empresas fumageiras do Brasil, atuando em diferentes elos da cadeia produtiva, com grande número de produtores integrados a seu sistema de produção. Segundo Etges (1991), com base em informações do Boletim comemorativo dos 80 anos da empresa, ela foi criada em 1903, no Rio de Janeiro, pelo imigrante português de nome Albino Souza Cruz. Era uma pequena fábrica de cigarros, que na época promoveu mudanças significativas nos processos industriais, introduzindo os cigarros enrolados em papel.

Com a experiência de 18 anos de trabalho na fábrica Veado, indústria de fumo de pequeno porte com produção basicamente de fumo desfiado, Albino Souza Cruz montou sua própria fábrica e logo seu produto alcançou sucesso no mercado, superando a técnica da época de preparação individual de cigarros, onde cada um enrolava seu próprio cigarro.

Em 1909, Albino Souza Cruz adquiriu a imperial fábrica de rapé Paulo Cordeiro, aparelhando-a para a produção de cigarros. O produto passou a ser cada vez mais procurado, modificando o hábito de fumar. Com a fundação da Souza Cruz & Cia, os proprietários verificaram a necessidade de expansão de capital da empresa associaram-se e passaram o controle acionário à British American Tobacco (BAT). A nova empresa assumiu e passou a fomentar o consumo a partir de novas técnicas de venda e divulgação do produto. Essa expansão, entretanto, dependia de fluxo constante de matéria-prima, necessitando a busca de fumo com mais qualidade que satisfizesse o gosto dos consumidores.

No ano de 1918, a produção de cigarros dependia totalmente da importação de fumos. Diante disso, a Souza Cruz contratou então funcionários estrangeiros para o estudo das condições do solo brasileiro visando o plantio do fumo. Dando início a um amplo programa de estímulos e assistência técnica com o objetivo de implantar a cultura comercial do fumo no sul do Brasil. Em 1920, a Souza Cruz funda a Cia

brasileira de fumo em folha instalando a primeira unidade de processamento de fumo em Santa Cruz do Sul. A empresa utilizando-se da experiência adquirida passa a orientar os pequenos produtores em como manejar com a cultura e quais são os tratos culturais mais indicados, criando elementos de sujeição do pequeno produtor que perduraram e intensificaram-se na atualidade. Embora de difícil comprovação, os elementos de sujeição podem ser considerados como embrião do surgimento do sistema integrado de produção na cadeia produtiva do tabaco.

Durante o período compreendido entre os anos de 1930 e 1955, a Souza Cruz expandiu suas atividades inaugurando fábricas em Recife, Belo Horizonte e Blumenau em 1954 e, no ano seguinte, a unidade de fumo em Tubarão. Com a preocupação em diversificar suas atividades, a empresa incorporou a Inducondor indústria de cigarros, cigarrilhas e fumo para cachimbo. Em 1970, instalou uma filial em Brasília, continuando até o final da década com abertura de unidades em Fortaleza, no Ceará, Campinas, no estado de São Paulo, Cascavel, no estado do Paraná e Uberlândia, em Minas Gerais.

Em 1978, seguindo as novas tendências do mercado mundial, é implantado um programa de descentralização administrativa visando otimizar as ações da empresa. São criadas gerências administrativas com sede em Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1982, a empresa constituiu holding, tendo como objetivo o planejamento operacional.

Desde 1972, a Souza Cruz teve seu estatuto alterado para que pudesse atuar em outros setores como alimentício, biotecnologia, florestal (em associação com a Aracruz) securitário, entre outros. Apesar dessas a principal atividade continuou sendo a fabricação de cigarros e exportação de fumo, responsável por cerca de 85% das receitas do grupo. Como demonstrado na foto 3, grande número de produtores desenvolvem suas atividades, sob a guarida do sistema integrado de produção ligado a fumageira Souza Cruz S.A.



Fotografia 3 – Forno de Estufa Convencional
Fonte: Foto do Autor, 2009.

Atualmente a Souza Cruz pertencente ao grupo British American Tobacco (BAT), possui cerca de 40 mil produtores integrados com forte atuação nos estados integrantes da região Sul do Brasil. Com usinas processadoras de fumo em Santa Cruz do Sul (RS), Blumenau (SC), Rio Negro (PR) e Patos (PB), o grupo possui atuação de amplitude em todo o território nacional na produção e distribuição de derivados do tabaco, com a utilização de mão-de-obra de cerca de 240 mil colaboradores ao longo da cadeia produtiva.

O grupo (BAT), do qual a Souza Cruz S.A faz parte possui atuação global, com negócios em 180 países, respondendo por cerca de 13% do mercado global do fumo. Com 49 fabricas em 41 países, adquiriu em 2008, 390 mil toneladas de fumo, 80% provenientes de países em desenvolvimento. Em 2009, a produção de cigarros atingiu a cifra de 715 bilhões de cigarros, distribuída em 330 marcas. Todavia, as marcas mais famosas e de renome mundial são a Lucky Strike, Kent, Dunhill e Pall Mall.

3.4 Universal Leaf Tobacco Inc, Richmond Virginia

Embora não fabrique cigarros diretamente, a Universal Leaf Tobacco atua no financiamento, armazenamento compra e processamento da produção de fumo em folhas. Com sede em Richmond Virginia, Estados Unidos da América, foi fundada em 1918. É líder em processamento de fumo, com base na atuação capilarizada de

suas subsidiárias e afiliadas, atuando em mais de 30 países e empregando diretamente 24.000 colaboradores diretos, permanentes ou sazonais.

3.5 Alliance One International, Raleigh, Carolina do Norte

A Alliance One International é uma empresa independente no comércio mundial de tabaco. Foi constituída no dia 13 de maio de 2005, como resultado da fusão da Dímon Incorporated e Standard Commercial Incorporated, ambas líderes no mercado internacional do tabaco, com ações cotadas na bolsa de valores de Nova York, atuando em diferentes elos da cadeia de produção.

A Dímon é resultante da fusão concretizada em 1995 da Dibrel Brothers Incorporated (fundada em 1873) e da Monk – Austin Incorporated (fundada em 1907). Em 1997, a Dímon adquiriu a Intabex World Wide Holdings S.a, a quarta maior empresa do ramo de comercialização de fumo do planeta. A Standard Commercial, foi fundada em 1910, concentrando sua ação na produção de tabaco oriunda da região do Mediterrâneo, com atuação em mais de 30 países.

Com a fusão dessas duas empresas, Standard Comercial e Dímon Incorporated, surgiu a Alliance One International, com sede em Raleigh, Carolina do Norte, com a compra de tabaco em mais de 45 países, distribuição de derivados em mais de 90 países nos quatro continentes, movimentando importantes cifras monetárias.

3.6 Kanenberg Barker, Hail & C.

A Kanneberg & Cia Ltda, foi fundada em 1945 pelos empreendedores Lindolfo Kannenberg, Heinrich Becker e Reinaldo Boetcher, que iniciaram um pequeno negócio de comercialização de tabaco e outras atividades comerciais. Em 1950, com a dissolução da sociedade, coube a Lindolfo Kannenberg a condução e comercialização do tabaco. Em 1953, juntaram-se a Lindolfo Kannenberg na sociedade seu filho Udo Arcides Kannenberg e seu genro Bruno Bock e a empresa passou a denominar-se Kannenberg & Cia Ltda.

Entre os anos de 1954 e 1974 a estrutura da empresa esteve alicerçada em produzir ao nível do campo e industrializar (secagem e enfardamento de manocas) com o tabaco destinado basicamente ao mercado interno. Entre 1975 a 1995, dedicou-se ao fornecimento de tabaco in natura para empresas industrializadoras em território brasileiro. A partir de 1996, além de continuar a comercialização de tabaco cru, iniciaram-se as primeiras exportações de fumo beneficiado para diversos países como Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, França, China e Egito. Em 1996, a Kannenberg fundou com as sócias americanas Hail Cotton Inc e J Barker C tabacos, no município de Vera Cruz, uma moderna planta industrial, que é responsável pelo beneficiamento de fumos produzidos e comercializados com o exterior. Em 2007, a KBH C transferiu-se para uma nova unidade em Santa Cruz do Sul.

No ano de 2009, KBH C foi adquirida pela Japan Tobacco International (JTI), considerado o 3º maior grupo mundial do ramo do tabaco, com cerca de 11% do mercado. Entre os consumidores a JTI é conhecida por fabricar marcas internacionalmente reconhecidas, incluindo três das mais famosas: Winston, a de crescimento mais rápido no mundo, Camel e Mild Seven, o líder global de cigarros com filtro de carvão ativado. A carteira inclui outras marcas famosas como a Benson & Hedges e Silk Cut e duas líderes, a prestigiada Sobranie de Londres e a Glamour, a marca de cigarros ultrafinos em rápido crescimento, e a marca internacional, a LD.

Para fins de evidenciarmos a importância da cadeia produtiva fumageira estaremos com base em dados da Afubra, salientando alguns dos principais países produtores de tabaco. O quadro nº12 mostra a produção em toneladas a partir do ano 1980, 1990, 2000 em diante até 2007, do Brasil, Estados Unidos da América e Zimbabwe.

Quadro 12- Principais Países Produtores de Fumo em Toneladas

Ano	Brasil	Estados Unidos da América	Zimbábue
1980	372.970	806.030	125.000
1990	447.980	737.710	139.800
2000	577.110	453.600	245.210
2001	544.780	449.750	207.250
2002	669.950	403.000	165.840
2003	635.820	403.520	79.980
2004	882.650	383.780	69.050
2005	876.430	312.800	84.540
2006	803.540	333.950	83.780
2007	792.390	429.420	87.500
Média do período	660.362	229.347	128.787

Fonte: Afubra, 2009.

Os valores apresentados demonstram a importância que o Brasil assumiu na produção de tabaco, a partir do início da década de 90, com constantes incrementos na quantidade produzida, também acompanhada de melhoria na qualidade, visando atender as exigências do mercado internacional. Salienta-se que o Brasil foi o único dos países analisados onde houve aumento significativo no período analisado.

Percebemos que países africanos como o Zimbábue mantiveram sua produção praticamente estagnada. Os Estados Unidos da América apresentaram redução de sua produção total, representando a perda de importância dessa cultura agrícola no país.

O Brasil em razão de uma série de fatores que já explicitamos consolida-se como país de vanguarda quando o tema é a produção de fumo, ao contrário dos Estados Unidos da América que teve forte redução de sua produção. Podemos claramente verificar a transferência das bases produtivas para o Brasil em busca, basicamente, de menores custos de produção. Neste contexto, a larga experiência das famílias na produção de fumo é extremamente importante, uma vez que possuem amplo conhecimento acumulado das lides com as diferentes fases do ciclo produtivo dessa cultura agrícola.

O fumo produzido no Brasil é destinado basicamente ao abastecimento do mercado externo. O quadro 13 mostra a exportação de fumo do Brasil, Estados Unidos da América e Zimbábue. Percebemos clara e objetivamente a importância que o Brasil alcançou como um dos maiores exportadores de fumo do planeta.

Quadro 13 – Principais Países Exportadores de Fumo em Toneladas

Ano	Brasil	Estados Unidos da América	Zimbábue
1980	129.900	273.480	98.980
1990	198.040	223.410	122.350
2000	353.020	179.890	182.070
2001	443.900	186.300	135.020
2002	474.470	153.320	142.810
2003	477.540	160.000	90.000
2004	592.850	153.320	71.000
2005	629.630	174.920	66.010
2006	581.380	126.170	66.000
2007	710.150	124.780	65.270
Média	459.088	175.559	103.951

Fonte: Afubra, 2009.

Fruto da competência dos pequenos produtores rurais, aliado a condições físico-naturais favoráveis, o fumo brasileiro é de alta qualidade. Em razão disso possui ampla aceitação no mercado internacional. Quando centramos nossa análise basicamente nos números apresentados verificamos que o Brasil paulatinamente vem consolidando sua posição no mercado mundial.

Desde 1980, quando passou a existir aumento expressivo e consolidado da produção de fumo nacional, os valores em termos de toneladas exportadas aumentaram significativamente. Em 1980, exportamos cerca de 129.000 toneladas, já em 2007 a marca atingida foi de 710.150 toneladas. Nos Estados Unidos da América a queda da produção foi significativa a partir do ano 2000, todavia as exportações apresentavam diminuições desde a década de 80. Nos países africanos como o Zimbábue, a produção passou a registrar evidenciadas quedas no biênio 2001- 2002 repercutindo também com a conseqüente minoração nos volumes da produção exportada.

Como grande exportador de tabaco, o Brasil está se consolidando no contexto mundial como um dos países onde a cultura do fumo possui enorme capacidade de expansão em razão de sua inserção diferenciada, tendo em vista uma série de vantagens comparativas. O gráfico 1 mostra os continentes que absorvem a exportação do fumo brasileiro, com referência ao ano de 2008, baseado nos dados da Afubra e Sindicato das Indústrias de Fumo (Sindifumo).

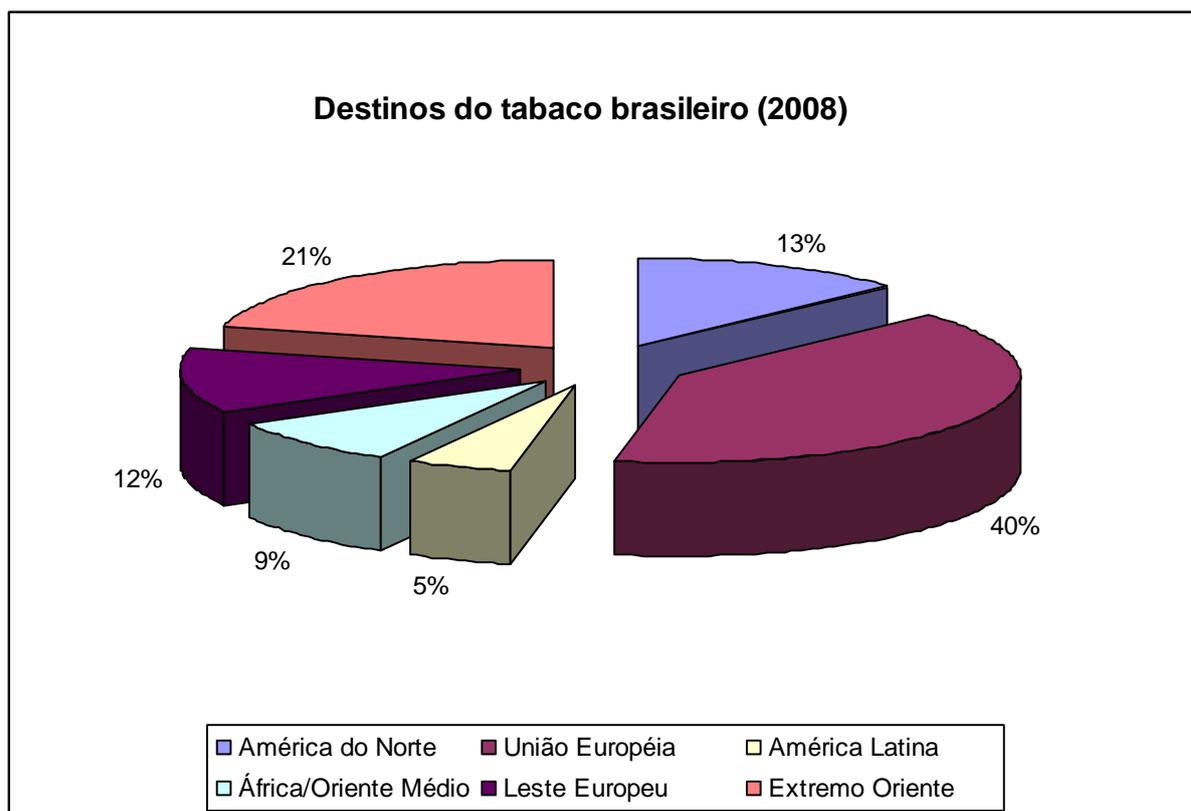


Gráfico 1- Destinos do tabaco brasileiro

Fonte: Afubra, Sindifumo 2009.

Conforme percebemos pelas informações no gráfico 1, o fumo brasileiro, em decorrência da forte integração da cadeia produtiva, em todas as suas fases de produção possui alta qualidade e preços internacionais competitivos. Por essa razão é exportado para diversos países em diferentes continentes. Pelos números observados, cerca de 40% do fumo brasileiro possui como destino a União Européia. O segundo lugar de destino do fumo produzido no Brasil é o Extremo Oriente, em especial a China. Como mercados também importantes podemos destacar a América do Norte, Leste Europeu e África- Oriente médio.

Em decorrência dos constantes problemas climáticos e políticos no continente africano, dificultando a produção local, as potencialidades de crescimento das exportações brasileiras são muito grandes. Outros mercados como o Leste Europeu e o Oriente Médio são potenciais a serem conquistados para absorção do fumo brasileiro⁹ e podem representar em um futuro próximo, grandes oportunidades de negócios.

⁹ Durante a 52ª Assembléia Mundial das Nações Unidas os estados membros propuseram a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade. Trata-se da convenção quadro para controle do

O quadro 14 extraído da base de dados da Afubra evidencia o processo de evolução da fumicultura na região Sul do Brasil, demonstrando a consolidação deste setor como um dos mais importantes inseridos em um contexto de agricultura familiar. Visando facilitar a análise dos dados apresentados, são expressos valores desde a década de 80 até os dias atuais, reiterando o número de famílias envolvidas, hectares plantados, bem como a produção total expressa em toneladas.

Quadro 14- Evolução da Fumicultura na Região Sul do Brasil

Safra	Famílias Produtoras	Hectares plantados	Produção (t)
79/80	94.080	171.080	286.090
89/90	127.400	201.940	367.960
99/00	134.850	257.660	539.040
00/01	134.930	253.790	509.110
01/02	153.130	304.510	635.110
02/03	170.830	353.810	600.540
03/04	190.270	411.290	851.060
04/05	198.040	439.220	842.990
05/06	193.310	417.420	769.660
06/07	182.650	360.910	758.660
07/08	180.520	348.720	713.870
Média	-	320.031	687.409

Fonte: Afubra, 2009.

Os valores apresentados demonstram claramente a importância que a fumicultura adquiriu, nas últimas duas décadas, ao envolver grande número de famílias de pequenos produtores. Em 1980 havia 94.000 famílias envolvidas na produção direta do fumo, já em 1990, 127.400 famílias produzindo fumo. Em 2000, houve um incremento significativo, pois os números indicavam 134.850 famílias envolvidas na atividade. Como dado mais atualizado encontramos no ano de 2007 o número de famílias produtoras estimadas em 180.520. Isto permite inferir que a fumicultura, pela expressiva rede de produtores envolvida e por sua capilaridade em abranger pequenas propriedades, é uma das principais atividades que dão sustentação ao desenvolvimento de importantes áreas rurais do sul do país.

Ao observarmos o número de hectares plantados percebemos objetivamente o aumento na área cultivada, com fortes incrementos desde 1980 até o ano de 2005, entretanto, o ano de 2006 demonstrou a redução na área plantada, que novamente confirmou-se na safra 2007-2008. Os volumes produzidos permitem acompanhar as variações da área plantada, aumentando quando do incremento da área cultivada e

redução quando houve retração na área cultivada. Cabe destacar que a produtividade média tem se mantido em um patamar de estabilidade desde a safra 79/80, onde a produtividade foi de 1.672 quilos por hectare, sempre tendendo ao aumento em produtividade tendo como expoente a safra de 2006-2007 com uma produtividade média de 2.102 quilos por hectare.

Para evidenciar a importância da fumicultura em sua concentração regional, apresentamos os dados relacionados ao número de famílias envolvidas, hectares plantados, produção em toneladas e valor da produção para a safra 2007-2008 obtidos para as regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Os valores apresentados irão confirmar basicamente que a região sul do Brasil, composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em razão do forte predomínio da agricultura familiar, é onde a fumicultura encontrou os elementos necessários para sua expansão em larga escala. Em contraste, o nordeste brasileiro apresenta baixa produção em valores brutos bem como em produtividade como mostra o quadro 15.

Quadro 15 - Fumicultura Regional Brasileira (Safra 07/08)

Região	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção (t)	Valor R\$
Sul	180.520	348.720	713.870	3.862.036.700
Nordeste	36.850	33.650	33.810	85.877.400
Total	217.370	382.370	746.680	3.947.914.100

Fonte: Afubra, 2009.

Os números apresentados para a safra (07/08) mostram a consolidação da região sul do Brasil como um dos expoentes da produção brasileira de fumo. Enquanto a produtividade média da região Sul do Brasil supera os 2.000 quilos por hectare, no nordeste brasileiro a produtividade média pode ser considerada baixa, pois é da ordem 1.004 quilos por hectare. De acordo com os números apresentados, a rentabilidade do fumicultor nordestino pode ser considerada como um dos fatores limitantes à expansão da fumicultura, uma vez que a produtividade baixa, quando comparada a região Sul, é um dos impeditivos para a remuneração mínima do pequeno agricultor que possibilite a acumulação de capital e consequente investimento na melhoria dos índices de produção. Já no sul do Brasil, como ficou expresso, a fumicultura possui elevada produção, alicerçada no sistema integrado de produção.

De acordo com Abramovay (1998), a previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura tanto quanto na indústria possui ao menos uma virtude histórica. As formas de produção familiar existentes em seu tempo exprimiam, antes de tudo, sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria mais ou menos rapidamente de remover. Uma questão relevante que se coloca de forma recorrente é a da viabilidade e eficiência da agricultura familiar, no contexto de um mundo crescentemente globalizado e competitivo. Dentro deste debate, a questão da escala técnica da produção ocupa papel central e a importância central do tema não pode ser minimizada.

Por possuir uma inserção diferenciada, a agricultura familiar não somente insere-se na lógica de produção capitalista globalizada, como amplia sua importância, enquanto setor produtivo gerador de renda e postos de trabalho.

Nas palavras de Guanzioli (2001), a prevalência da produção familiar na agricultura nos países capitalistas, pode ser explicada, em primeiro lugar, pela sua capacidade de incorporar progresso técnico e de responder as demandas do setor urbano industrial em expansão. Em segundo lugar, pelo reconhecimento de sua importância político-estratégica em projetos de desenvolvimento nacional não excludente. Quanto a este último, a percepção de sua importância variou bastante, segundo a especificidade dos diferentes países. Num extremo está o caso do Japão, onde a importância estratégica de modernizar a agricultura sem produzir uma massa de desempregados era percebida como vital para o enfrentamento do desafio ocidental. Além disso, a permanência das relações de caráter feudal representaram um traço cultural específico que facilitou a articulação de um conjunto de políticas públicas visando a modernização a partir da agricultura familiar. No outro extremo está o caso americano, onde a abertura da fronteira agrícola havia dado origem a uma próspera agricultura de caráter familiar.

A remoção de estruturas antigas em momento algum significou o fim da agricultura familiar. Ao contrário, ocorreu à solidificação de uma nova estrutura que contempla este tipo de produção em sua nova inserção econômica.

Ancorados em uma política de incentivos fiscais, os grandes grupos econômicos passaram a fomentar a expansão da lavoura de fumo através do sistema integrado de produção. Ao fornecerem todos os insumos necessários à produção garantindo a compra do produto em folhas e assim possibilitando a adesão

de um grande número de produtores que investem somas importantes nesta cadeia produtiva, as grandes empresas estão consolidando uma relação essencialmente capitalista.

A partir da existência do chamado sistema integrado de produção, importantes áreas agrícolas outrora destinadas a outros cultivos agrícolas passaram a ser incorporadas à fomicultura, implementando uma nova lógica, com novas exigências de produtividade e qualidade e com o estabelecimento de metas a serem cumpridas pelos pequenos produtores.

A integração, nascida na forma empresarial, busca seu desenvolvimento em regiões de forte predomínio da agricultura familiar, no entanto esta inserção vem se modificando, porque as imposições tecnológicas chegaram a tal ponto que não é mais possível ser suportado pela agricultura familiar e aos poucos vai cedendo espaço ao modo empresarial de produção. Isto não significa o abandono da atividade pelas famílias integradas, mas sim, a mudança na forma de produção, fazendo a opção por um modelo que rompe com sua cultura, com seu conhecimento e sua história. Assim, a dedicação quase que exclusiva das famílias à atividade integrada, acarreta o abandono da diversificação, do auto-consumo, acentuando a dependência:

O sistema de integração constitui uma estratégia implementada pelas grandes agroindústrias, que vem conquistando novos mercados, ampliando sua produção, conseqüentemente seus lucros. A integração com os agricultores garante uma produção com qualidade e com baixos custos, pois a empresa não precisa comprar terras, ampliar contratação de mão-de-obra, nem se preocupar com questões trabalhistas. (ALVES et al, 2005 p 145)

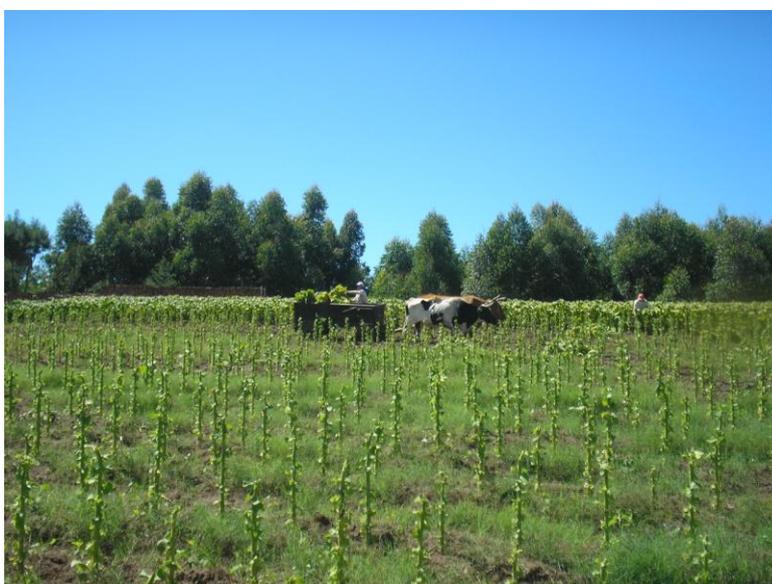
Na agricultura brasileira, os complexos agroindustriais exercem grande importância, no entanto isto não os isenta dos inúmeros problemas oriundos do que podemos chamar de integração periférica.

Segundo Alves et al (2005), as empresas integradoras representam para muitos o “sonhado” projeto de desenvolvimento. As razões podem ser explicadas pelos típicos mecanismos da chamada sociedade pós-industrial, quais sejam:

- a) Relação íntima com o poder governamental, que significa a fusão de interesses entre empresa e estado, de modo que os interesses das empresas tornam-se políticas de estado;

- b) Relação íntima com os órgãos de pesquisa, onde os recursos são priorizados para atender aos interesses das empresas. As necessidades das empresas passam a constituírem-se em linhas de pesquisa das instituições públicas que tem esse fim, procedimento aceito com argumentos de interesse público, em nome do desenvolvimento social dos mais pobres;
- c) Desvalorização do trabalho frente ao aumento da produtividade e ao avanço da tecnologia.

O sistema integrado exige fidelidade, portanto toda a produção contratada deverá ser entregue a uma única indústria. Isto gera uma enorme dependência do pequeno produtor, uma vez que não dispõe de meios legais para fazer frente ao rebaixamento de classe do fumo, em momentos de mercado internacional desfavorável. A cultura do fumo é típica de pequenas propriedades, com utilização intensiva do fator mão-de-obra do grupo familiar. A absorção da mão de obra do grupo familiar permite várias análises, pois as empresas utilizam-se de uma estrutura já consolidada para otimizar suas margens de lucro, sem comprometerem-se com encargos trabalhistas, não necessitando disponibilizar equipamentos para produzirem a matéria-prima básica, além de não necessitarem investir em compras de terras. Como pode ser observado na foto 4, a cultura do fumo é típica de pequenas propriedades com emprego intensivo da força de trabalho da família.



Fotografia 4 - colheita do fumo, Passo dos Oliveiras
Fonte: Foto do autor, 2009.

Entre os inúmeros problemas que estão presentes na fumicultura, percebemos a intensa exigência de mão-de-obra, limitando as possibilidades de diversificação produtiva, em razão do grupo familiar ter a necessidade de priorizar o cultivo principal relegando a um plano secundário da jornada de trabalho a dedicação a outras tarefas.

A situação posta é muito complexa, pelo fato de limitar as matrizes produtivas evidenciando um quadro majoritário de predomínio da fumicultura, com seus desdobramentos no médio e longo prazo. Ao suprimir a principal característica da agricultura familiar, que é a diversidade de produção, e por conseqüência limitar as possibilidades de geração de renda para a sobrevivência com dignidade no campo, potencializa-se o surgimento de uma grande variedade de problemas de ordem socioeconômica.

Outro fator que também acarreta inúmeros problemas ao produtor “integrado” é a exigência de venda da produção a uma única indústria, ficando assim submetido às exigências da mesma. Ao assumir o compromisso formal de repassar toda sua produção à fumageira da qual faz parte, o fumicultor perde a capacidade de barganha, uma vez que está submetido às regras da empresa e se não cumprir o contratado poderá ser retirado do sistema de produção ou ter seu rendimento monetário diminuído.

Nas palavras de Alves et al (2005), a empresa “integradora” domina o processo de integração a partir da assinatura do contrato com os agricultores, pois o referido contrato impõe diversas normas que o produtor tem que seguir fielmente para permanecer integrado, pois aqueles que não se adaptam e não atingem uma produtividade satisfatória para a empresa correm o risco de serem excluídos do sistema de integração.

Ao haver número limitado de empresas com práticas similares, podemos falar em verdadeiros cartéis no fornecimento de insumos básicos à produção, bem como nos valores praticados na aquisição do fumo em folhas.

Por falta de alternativas de produção que atendam às necessidades básicas da família, o pequeno produtor é forçado a submeter-se às regras impostas pelas grandes fumageiras. As possibilidades deste homem do campo são poucas, uma vez que operam empresas com modelo de atuação muito similar nos valores dos insumos fornecidos visando à nova safra, bem como a posterior compra do fumo:

A expansão dos complexos agroindustriais (CAIS) do agronegócio ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terras, com a utilização de tecnologia, mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais foram formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura). Sendo incorporados ao processo produtivo, tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas, cuja produção foi orientada para uma demanda de origem urbana e industrial. Esse é o caso da produção de soja, laranja, café, cana-de-açúcar, fumo, entre outros produtos. (MARAFON, 2009, p 333 in: Mendonça et al 2009)

As noções de complexo agroindustrial, em suas conexões e interações espaciais, formam uma rede que possibilita produção em bases modernas, pois na atualidade as empresas estabelecem conexões no território, de forma atuarem em todas as áreas de produção e comercialização de produtos agrícolas. Nesse processo de expansão dos complexos agroindustriais no território brasileiro, não podemos subestimar o papel do estado no financiamento da produção de pesquisa e para a implantação de uma logística no território, que permite a realização e circulação da produção.

A produção agrícola destinada, principalmente ao mercado externo e integrada aos grandes conglomerados internacionais foi se expandindo, beneficiada pelas linhas de crédito e ocupando grandes áreas de terra, uma forma imposta de gestão da produção e comercialização de alimentos em escala mundial.

A transformação da base técnica da agricultura e constituição do CAI são processos distintos e historicamente separados. O primeiro, se entendido, enquanto processo de transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de “insumos naturais” para bens de produção industriais, é basicamente no Brasil um processo de mudança técnica no pós-guerra. (DELGADO, 1985 p 33)

O primeiro processo de modernização agropecuária se caracteriza pela elevação dos índices de tratorização e consumo de nitrato, fósforo e potássio (NPK), estimulada e facilitada pelo governo e empresas de capital estadunidense. Introduz-se nessa primeira década de inovações, que é basicamente a década de 50, um novo padrão tecnológico para a produção rural com base na importação de meios de produção industriais.

O segundo momento é o da industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação de setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para agricultura, e o favorecimento financeiro pelo estado ao

consumo desses novos meios de produção. O marco inicial dessa nova arrancada é a implantação no Brasil das primeiras indústrias de tratores no final dos anos 50.

O terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão-integração de capitais intersetoriais. Essa situação se distingue da integração técnica agricultura-indústria, embora se realize com o suporte dela. A integração de capitais, porém terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações industriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob o comando do grande capital.

Por outro lado, o processo de modernização somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60 até o final dos anos setenta, quando a conjugação de um sistema financeiro apropriado – o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura, patrocinada pelo II Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), e certa folga cambial nas transações externas possibilitaram a introdução maciça das transformações das bases técnicas da agricultura.

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado (CAI) brasileiro, denominado por alguns autores de arrancada do processo de industrialização do campo. Esse processo se caracteriza, pela implantação no Brasil de um setor industrial, de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados provenientes da agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte voltado para o mercado externo e também dirigido para exportação.

Nas palavras de Simch (2002) de acordo com Muller (1989), o CAI, é uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes.

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para agricultura) e modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza sob o influxo dos incentivos do estado é induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa,

também, que a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais.

O surgimento e consolidação do complexo agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma um novo bloco de interesses rurais que sobressaem à participação do grande capital industrial, do estado e dos grandes e médios proprietários rurais. Esse novo bloco de interesses rurais submetido à crise financeira aguda a partir do final dos anos 70 evolui para novas e ainda mal definidas alianças, em que novamente o grande capital industrial, o estado e a propriedade territorial estarão presentes, numa articulação de interesses que marcaria uma forma mais avançada de integração de capitais a nível intersetorial.

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação, e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneíza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. (DELGADO 1985, p 42)

Somente com introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da mercadoria rural em geral. O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital de trabalho na agricultura passam a depender cada vez mais de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se inserir no negócio rural traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente mudar a própria base técnica da agricultura.

O crescimento rápido da urbanização e das exportações a modernização da agropecuária que enseja a constituição e ampliação dos diversos ramos dos CAIS, a organização de um novo sistema de financiamento para atividades rurais, o sistema nacional de crédito rural e por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo estado configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural que se convencionou chamar de modernização conservadora. (DELGADO, 1985, p 21)

Conforme mostra a foto 5, a modernização via incorporação de novas tecnologias passa a ser uma constante em propriedades de predomínio da agricultura familiar.



Fotografia 5 - Trator em Propriedade Rural
Fonte: Foto do autor, 2009.

Os processos hegemônicos de modernização não contemplaram diretamente a agricultura familiar, todavia tiveram seus reflexos, uma vez que a produção familiar possui grande capacidade e sensibilidade ao absorver as inovações introduzidas pelo avanço técnico - científico. Inclusive, a agricultura familiar adapta-se à nova realidade incluindo atividades que não estão diretamente ligadas à produção tipicamente rurais.

Além da produção “moderna” e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença marcante da produção de base primordialmente familiar no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face da diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Esse fenômeno é denominado pluriatividade. Ele se expandiu, entre outros fatores, devido à revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar. Acredita-se que a pluriatividade pode elevar a renda no meio rural, diversificar as fontes de renda, contribuir para a geração de empregos e reduzir a migração campo-cidade. (MARAFON, 2009 p 334 in: Mendonça et al 2009)

A pluriatividade no meio rural é um dos elementos essenciais, quando objetivamos a inserção da agricultura familiar em um contexto de globalização e mundialização sem precedentes, com desdobramentos profundos nas relações comerciais. Portanto, possibilitar ao homem do campo alternativas múltiplas de complementação de sua renda é primordial para que tenhamos a melhoria das condições de vida, de acesso às necessidades básicas e aos bens materiais pelas famílias rurais.

4 PRODUÇÃO FAMILIAR E SUA ORGANIZAÇÃO NA LOCALIDADE PASSO DOS OLIVEIRAS

De acordo com Brose (1999), a estrutura fundiária baseada na agricultura familiar é uma das maiores riquezas que uma região pode ter. Essa idéia pode parecer um anacronismo, tendo em vista o grande número de políticos, técnicos e mesmo lideranças do meio rural que tradicionalmente privilegiaram a propriedade patronal no processo de desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Ao observarmos o processo de constituição do Brasil, percebemos que a agricultura sempre exerceu papel importante, alicerçada na grande propriedade. Para a produção familiar foi reservado um papel secundário; e as áreas com melhor infra-estrutura foram destinadas para a pecuária ou agricultura de gêneros alimentícios destinados ao mercado externo. Aos pequenos produtores sempre foram disponibilizadas as terras menos férteis ou de difícil manejo, que não representavam atrativos para o grande capital.

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social específica de reprodução. (SIMCH, 2002 p 56, conforme WANDERLEY, 1996, p 10)

No estado do Rio Grande do Sul, o processo de povoamento, embora tenha suas especificidades, não foge à regra geral que é o privilégio a propriedade patronal¹⁰, estruturalmente excludentes. Esta configuração histórica de predomínio da grande propriedade possui desdobramentos com conseqüências na sociedade atual, caracterizada por extremas desigualdades sociais. Uma das formas mais perceptíveis da diferenciação histórica no próprio estado do Rio Grande do Sul pode ser encontrada na forma de investir o capital.

¹⁰ A agricultura patronal caracteriza-se pela completa separação entre gestão e trabalho, organização centralizada, ênfase na especialização, nas práticas agrícolas padronizáveis e trabalho assalariado predominante. (Filho; Fritz, 2009)

A forma de reinvestir o capital oriundo da produção se apresentou historicamente distinta: enquanto a região de imigração mostrava um ciclo produtivo e comercial em moldes capitalistas de investimento e com valorização da mão-de-obra empregada, ampliando-a e absorvendo-a como mercado consumidor, os capitalistas do sul mais enobrecidos, gastavam em viagens e suntuosidade e valorizavam menos a mão-de-obra. Este aspecto, embora de arriscada comprovação pode ser verificado através da própria análise da evolução econômica da região Sul, que em diversos momentos necessitou de paternalismo estatal como forma de garantir sua sustentabilidade econômica. (FRAGA MARTINS, 2006, p 72)

Como demonstrado às distintas formas de aplicação do capital na revigoração das atividades econômicas redundaram em espaços com diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico no estado do Rio Grande do Sul:

Até o presente, sempre que se discutem responsabilidades por problemas econômicos regionais na metade sul, se incute a idéia de que é por falta de investimento, ou por falta de lideranças políticas fora da capital, o que se comprova em parte. Porém, os investimentos já realizados por órgãos estatais em estruturas públicas ou no próprio setor produtivo foram significativos em cidades como Pelotas e Rio Grande. A questão cultural distinta entre as regiões também ajuda a explicar tais idiossincracias: a do norte estava baseada na origem do imigrante trabalhador ao patrão em que o senso de liberdade estava ligado ao trabalho. Do outro lado os imigrantes tiveram papel decisivo no desenvolvimento comercial e industrial, no entanto ocupavam cargos a partir de determinados patamares, ficando os serviços de menor poder hierárquico para as mãos-de-obra escravas, libertas ou sujeitadas, aumentando a distanciamento entre as elites locais e a população trabalhadora. (FRAGA MARTINS, 2006 p 72)

A valorização do fator mão-de-obra foi fundamental na diferenciação histórica e na consolidação da dicotomia regional no Rio Grande do Sul, o Norte e o Nordeste industrializados e o Sul pouco industrializado. Ao não valorizar a mão-de-obra, as elites do sul gaúcho não permitiram a consolidação de uma expressiva rede de consumo, que por sua vez serve como um dos entraves a uma maior dinâmica econômica dessa vasta área territorial.

Por meio do trabalho do imigrante alemão e italiano tivemos no Rio Grande do Sul a geração de dois importantes pólos de grande dinâmica econômica representado pelas cidades de Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul. No primeiro caso ligado à vitivinicultura e no segundo à fumiicultura. Esse dinamismo das duas áreas já referidas contrastam com o sul gaúcho onde as elites por razões histórico-culturais priorizaram a imobilização do capital, em detrimento dos investimentos na geração de atividades econômicas com maior absorção do fator mão-de-obra. A

diferença nos dois tipos de industrialização é muito importante para que o desconsideremos.

A indústria de Porto Alegre, tendo crescido a partir de vínculos com o mercado da região colonial, adveio às características de uma indústria manufatureira ligada às necessidades internas desse mercado, composta em geral por pequenos estabelecimentos com maior capital empregado em mão-de-obra que em maquinário. Diferentemente a indústria de Rio Grande caracterizava-se por estabelecimentos grandes, de grande volume de capital e menor quantidade de força de trabalho, comparativamente à porto alegre. Era uma indústria mais especializada, por um lado, ligada a economia pastoril- indústria de fiação, de tecelagem e frigorífica e, por outro, em função das facilidades portuárias, orientada para mercados externos. (HEIDRICH, 2000 p. 75 conforme SINGER 1968 p.141-198)

A análise da formação histórica do município de Canguçu revela que, embora tenha sido integrado tardiamente ao processo de ocupação do território nacional, teve seu desenvolvimento de forma desigual em termos econômicos, temporais e espaciais. As áreas mais férteis foram destinadas à pecuária extensiva. Já nas áreas com declives acentuados foi permitida a ocupação por pequenos agricultores, que destinavam sua produção basicamente ao abastecimento do grupo familiar. Em muitas áreas, Canguçu teve sua formação alicerçada na pequena propriedade. Todavia, alguns locais mais distantes da área urbana tiveram sua constituição histórica fundamentada principalmente na grande propriedade dedicada à criação de gado no sistema extensivo.

Nas áreas de maior ênfase no predomínio da agricultura familiar houve durante muitos anos forte dinamismo econômico, com a produção típica de pequenas propriedades e por certo com uma enorme diversidade de formas de produção. Com a implantação e solidificação do pólo conserveiro, especialmente na cidade de Pelotas, a pujança das áreas de pequena propriedade foi consolidada, gerando renda e absorvendo mão-de-obra que estava disponível naquele momento. Como todo ciclo econômico tem suas limitações a cadeia conserveira passa ao longo dos anos 80 e especialmente nos anos 90 a demonstrar claros sinais de esgotamento de sua capacidade de renovação e adaptação às novas exigências econômicas.

Com os inúmeros problemas que atingiram com maior ênfase a cadeia conserveira no início dos anos 90, muitos pequenos produtores ficaram sem mercado para seus produtos. Isso gerou grande desinteresse por cultivos variados,

pois a produção que somava grandes cifras quando trabalhada no seu conjunto ficou sem mercado, sendo que as indústrias restantes eram incapazes de dar vazão ao excedente produtivo.

Em razão da desestruturação da cadeia das conservas, aliada a outros fatores, o fumo passou a preponderar em boa parte do município de Canguçu, com incrementos em volumes de produção e área plantada. Vários fatores estão relacionados ao avanço deste produto agrícola, entre eles podemos destacar as garantias de compra da produção auferida, boas cotações no mercado internacional, assistência técnica de excelente nível prestada diretamente pelas fumageiras, com acompanhamento ao produtor durante todas as fases da produção.

Com o objetivo de contribuir para o entendimento da organização da realidade local, estivemos visitando a totalidade das propriedades rurais do Passo dos Oliveiras, totalizando um número de 114 estabelecimentos, trabalhando com uma série de variáveis que nos permitiram um contato direto com diferentes situações, que afetam objetivamente a vida de desses moradores.

Os dados a serem expostos são fruto do levantamento de campo realizado no 2º semestre de 2008 (setembro e outubro) por meio da aplicação do roteiro de entrevistas semi-estruturado (anexo) onde foram abordadas questões como: estrutura fundiária, meios de trabalho, fontes de renda, volumes de produção e ainda questões de cunho cultural, relacionadas à percepção do lugar por parte dos entrevistados. Estaremos, portanto, apresentando os dados obtidos no levantamento de campo junto aos produtores rurais, na forma de quadros para que possamos aperfeiçoar e facilitar a compreensão dos mesmos.

O quadro 16 apresenta a questão de cunho cultural, relativa ao tempo que os chefes de residência estão radicados na localidade. Os valores a seguir mostrados estão estruturados em formas percentuais, com intervalos de 0 a 10, permitindo facilitar a visualização das situações encontradas.

Quadro 16 - Tempo de Residência na localidade Passo dos Oliveiras

Anos que reside no lugar	(%)
0-10	23,27
11-20	9,48
21-30	20,7
31-40	19,82
41-50	10,51
51-60	10,18
61-70	4,31
71-80	0,0
81-90	1,73
Total	100,00

Fonte: Autor 2008.

O fato que chama atenção ao analisarmos o quadro 16, é que o maior percentual (23,27%) dos moradores está residindo a menos de 10 anos, ou seja, são normalmente indivíduos que se deslocam de regiões distantes da cidade para lugares mais próximos. Isto evidencia um processo global, onde os homens buscam estarem próximos da infra-estrutura oferecida pelas áreas urbanas.

O fenômeno que constatamos em Canguçu é apenas reflexo do processo de urbanização ao qual estamos submetidos. Ao procurarem áreas próximas à cidade estas pessoas vêm em busca de rápido acesso a bens básicos como saúde, educação, transportes. Cabe salientar que em muitos casos no município para chegar-se à sede são necessários percorrer até 80 quilômetros por estradas vicinais, normalmente em péssimo estado de conservação.

Outra avaliação que podemos fazer do quadro posto é a presença de 40,52% dos moradores concentrados na faixa de 20 a 40 anos de fixação no local. Isto nos remete para pequenos produtores que resistiram ao ímpeto da migração, tendo em vista que muitos dos seus parentes próximos estão residindo em outras cidades de maior porte. Por exemplo, o bairro Fragata em Pelotas concentra grande parte desses migrantes que na década de 70 abandonaram forçadamente o campo em busca de melhores condições de vida, atraídos pelo grande número de empregos gerados na então florescente indústria conserveira.

A estrutura fundiária reflete as relações que se desenvolvem na sociedade, retratando os diferentes processos socioeconômicos que balizam a vida cotidiana. O município de Canguçu se notabiliza historicamente por ser um pólo de predomínio e difusão da agricultura familiar. O gráfico 2 apresenta a estrutura fundiária da localidade Passo dos Oliveiras, mostrando as situações encontradas. Os valores obtidos seguindo modelo de distribuição usual por parte do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), com quatro faixas de distribuição conforme recomendação da FAO.

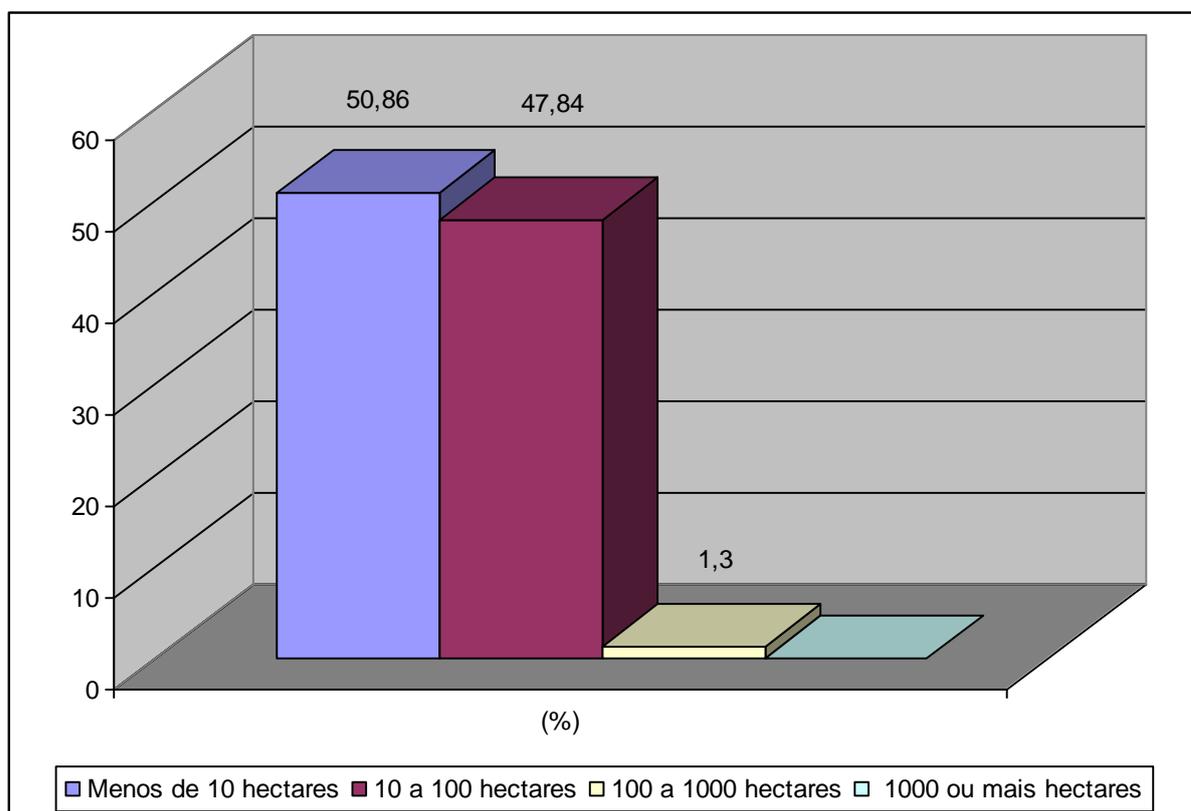


Gráfico 2 - Estrutura Fundiária Passo dos Oliveiras
Fonte: Autor, 2008.

Ao analisarmos os valores expressos no gráfico 2, percebemos que Canguçu pode ser considerado um dos lugares privilegiados do ponto de vista do acesso à terra, pois predomina uma estrutura fundiária de pequenas propriedades. De acordo com os dados obtidos junto aos produtores rurais é possível dizer que 50,86% das propriedades da localidade Passo dos Oliveiras possuem menos de 10 hectares, revelando a importância que a agricultura familiar tem nesse contexto.

No estrato de área compreendido entre 10 a 100 hectares, temos 47,84% já podendo apontar a tendência de aumento no tamanho médio das propriedades. Isto vem ocorrendo, nas últimas duas décadas em Canguçu, pois o modelo produtivo é extremamente excludente. Não resta ao pequeno produtor e proprietário que não supere as circunstâncias desfavoráveis alternativa que não seja a venda das terras e a posterior migração. Aos poucos a localidade vai perdendo parte de seu contingente populacional e, por conseqüência, aumentando para os padrões locais o

tamanho das propriedades, retratando um fenômeno bastante complexo. Boa parte da juventude do lugar parte para outras cidades em busca de melhores oportunidades de vida, deixando apenas pessoas de idade mais avançada que continuam a sobreviver com os recursos oriundos da propriedade.

Ao contrário do quadro majoritário no Brasil, que é de predomínio das grandes propriedades, no Passo dos Oliveiras apenas 1,3% das propriedades possuem mais de 100 hectares o que equivale a 7,68% da área total da localidade. Isto revela basicamente o predomínio das pequenas propriedades com utilização da mão-de-obra do grupo familiar.

Quanto à mecanização e modernização do campo foi possível observarmos que apenas 32% das propriedades dispõem de trator próprio, no entanto isto está relacionado a uma série de fatores como a pouca disponibilidade de capital de alguns pequenos proprietários, mas também as limitações impostas pela topografia, uma vez que determinadas áreas são dotadas de acentuadas declividades.

Embora existam financiamentos do governo federal com juros reduzidos, o acesso a máquinas agrícolas é muito complexo, pois a partir do investimento na aquisição de um bem (trator, colheitadeira) existe uma série de gastos posteriores com manutenção, que demandam recursos financeiros importantes. Outra situação presente é a majoração dos valores de determinados implementos agrícolas, especialmente equipamentos reformados que são comercializados por cifras muito acima das usuais em razão do aquecimento do mercado com os financiamentos públicos e também da ação de especuladores.

Nas palavras de Albuquerque, (2005) o crédito agrícola também cumpre papel fundamental na competitividade alcançada pela agricultura brasileira, mas tem se caracterizado por extrema exclusão e seletividade no universo dos produtores rurais, beneficiando os grandes proprietários e excluindo a maior parte dos pequenos produtores rurais. Se as políticas públicas não forem reorientadas, o agronegócio voltado para a exportação continuará representando o aprofundamento das diferenciações sociais no campo brasileiro em nome da crescente competitividade internacional.

O gráfico 3 mostra um recorte das principais fontes de renda das famílias objeto da pesquisa, demonstrando em percentuais a principal fonte na qual está alicerçada a sobrevivência da família de pequenos agricultores.

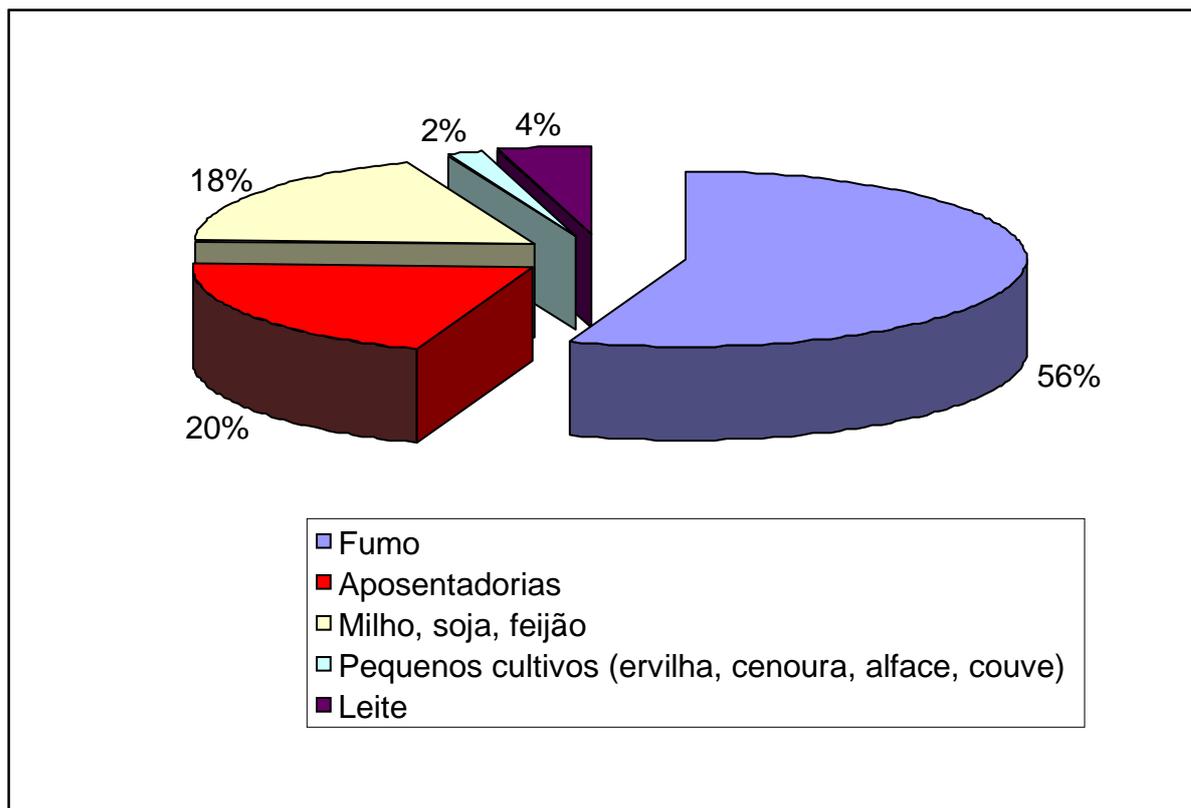


Gráfico 3 – Principais Fontes de Renda Passo dos Oliveiras

Fonte: Autor, 2008.

Percebemos que o fumo está presente como principal fonte de renda em 56% dos estabelecimentos pesquisados. Isso revela a dependência que essas famílias têm de uma única fonte de renda, com sua sazonalidade, variações de preço, riscos às intempéries nos remetendo para situações de dificuldades a médio prazo.

Com o avanço e consolidação do sistema integrado, a fumicultura em Canguçu alcançou novos patamares transformando-se na principal cultura agrícola do município, sendo responsável pela principal fonte de renda de grande número de famílias. Em decorrência da dedicação à fumicultura, muitos pequenos produtores diminuíram as áreas cultivadas com outros produtos agrícolas, consolidando um quadro de difícil solução, com comunidades inteiras tendo sua sustentabilidade socioeconômica atrelada a uma única cultura agrícola.

Em decorrência do envelhecimento da população brasileira, em muitas localidades já se verifica um incremento bastante importante no número de pessoas com mais de 60 anos. Isto remete objetivamente para a necessidade de políticas públicas que privilegiem essa parcela da população brasileira representada pelos indivíduos integrantes da chamada terceira idade. A criação de espaços de

recreação específicos, clínicas geriátricas, bem como a formação de profissionais em nível de graduação e pós-graduação objetivando atender essa importante e crescente faixa da população brasileira torna-se uma necessidade premente, em um país que deseje dispensar o mínimo de dignidade para aqueles que dedicaram suas vidas à construção de uma nação com destaque no cenário internacional.

As aposentadorias, conforme demonstrado, estão presentes em 20% dos lares, corroborando com os levantamentos do IBGE que apontam para o envelhecimento da população brasileira, com as devidas consequências para o conjunto da sociedade. Em algumas residências visitadas, o auxílio concedido pela previdência social é a única fonte de ingresso de valores monetários para o sustento do conjunto familiar.

Em muitas das residências visitadas os aposentados que estão condições físicas e mentais plenas, relataram trabalhar diretamente nas atividades agrícolas de sua família ou indiretamente em atividades laborais que exigem menor esforço físico. Muitos aposentados relataram ainda trabalharem por necessidade de complementar sua renda, em razão do benefício concedido pelo governo federal ser insuficiente para atender às necessidades mínimas relacionadas à alimentação, vestuário, lazer e recreação.

Um dos aspectos constatados na pesquisa de campo é a perda de espaço de culturas tradicionais (milho e feijão) que vêm gradualmente cedendo espaço para o fumo. As razões para a consolidação desse fato são muitas, mas um dos fatores que leva a isto são incertezas de venda da produção auferida. Afora o relatado, existem os atravessadores que impulsionam no sentido da minoração dos preços pagos ao produtor contribuindo para a falta de incentivo à produção destes cereais.

A produção agrícola diversificada é uma das principais características da economia gaúcha desde o final do império, prolongando-se tal diversificação por toda República Velha. O Rio Grande do Sul era auto-suficiente em arroz, feijão, lentilha, milho, erva-mate, cebola, alho, alface, batata, uva, mandioca e fumo. O trigo, apesar de ser uma cultura irregular, às vezes chegava a abastecer o mercado estadual e ser exportado para outros estados. (SIMCH 2002, p. 35)

Os pequenos cultivos tradicionais do lugar (ervilha, cenoura, alface) estão presentes em apenas 2,0% das propriedades. Com os problemas constantes na cadeia conserveira, a cultura comercial do fumo foi ocupando os espaços destinados aos referidos cultivos. Essa situação é bastante complexa, tendo em vista que

representavam uma renda extra ao longo do ano, além de empregar a mão-de-obra disponível em épocas em que há a diminuição dos afazeres ligados a fumicultura.

Outro fator preocupante é relativo à produção de leite, pois já fez parte da complementação de renda de muitas famílias. No entanto, em 2008 apenas 4% declararam entregar leite à cooperativa de pequenos agricultores (Coopal) e à Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios (Cosulati). Essa situação é de difícil solução, uma vez que muitos produtores entrevistados demonstraram a intenção de diminuir a produção, pois alegam que os preços praticados pelas “cooperativas” não cobrem os valores despendidos com os insumos básicos utilizados.

A cadeia produtiva do leite, embora extremamente importante, apresenta uma série de problemas que limita a ampliação da produção. Muitos pequenos produtores relataram a falta de espaço para participação nas decisões das diretrizes a serem seguidas pelas cooperativas, que possuem gestões extremamente centralizadas e ligadas a práticas corriqueiras e usuais que não permitem a adoção de inovações.

Aliado aos baixos incentivos à cadeia leiteira, fatores como o processo de exploração levado a efeito pelas pseudo “cooperativas” são o principal empecilho a não permitir a consolidação da cadeia produtiva. Como limitante à expansão da cadeia leiteira também está presente o baixo poder de barganha dos pequenos produtores, pois individualmente são pouco significativas as quantidades produzidas.

Como o objetivo do presente trabalho é de analisar a inserção em larga escala da cultura do fumo no município de Canguçu, estaremos, para efeitos comparativos, com base em dados do IBGE (2009), colocando os dados de produção de dois municípios gaúchos com maior produção total que são Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, ambos situados no Vale do Rio Pardo, região central do nosso estado.

Os levantamentos juntos aos órgãos oficiais apontam uma série histórica de um período que engloba desde o ano 2000 até 2008. O IBGE que trabalhou com uma série de dados para culturas agrícolas como milho, feijão, arroz, trigo, fumo, soja, entre outros produtos. No caso específico, apresentaremos os dados históricos da produção total de fumo em terras canguçuenses, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2008. Os valores a serem apresentados no quadro 17 são fruto do levantamento de dados, com base em informações oficiais e demonstram as

oscilações de produção, aumentos nas áreas destinadas à fumicultura, elevação ou diminuição nos índices produtivos.

O quadro 17 apresenta as informações relativas à produção total de fumo, para o período histórico no município de Canguçu (2000-2008). Salientam-se também as situações inerentes à área plantada e produtividade média por hectare. Entendemos que os dados a serem expressados são muito importantes, pois permitem uma análise comparativa com outros municípios gaúchos grandes produtores de fumo demonstrando a importância que Canguçu vem conquistando nos últimos anos ao consolidar-se como pólo fumicultor de grande relevância no cenário gaúcho.

Quadro 17- Produção de Fumo no Município de Canguçu

Anos	Produção Tonelada	Área Plantada em Hectares	Produção kg/ hectare
2000	6.840	3.800	1.800
2001	8.360	3.800	2.200
2002	10.186	4.630	2.200
2003	12.960	7.200	1.800
2004	20.900	9.500	2.200
2005	21.542	10.771	2.000
2006	25.005	11.366	2.199
2007	22.000	10.000	2.200
2008	16.547	7.906	2.092
Média	16.371	7.664	2.077

Fonte: IBGE, ITEPA 2009.

O quadro 17 apresenta as informações relativas à produção total de fumo, no município de Canguçu no período compreendido entre os anos 2000 e 2008. Destaca-se as situações inerentes à área plantada e produtividade média por hectare. Ao observarmos os dados apresentados pelo IBGE, percebemos um constante aumento na produção total de fumo. Ao analisarmos a situação posta, percebe-se as dimensões que a fumicultura vem tomando em Canguçu, com aumentos na área plantada, de acordo com os dados disponíveis com incrementos muito importantes a partir do ano de 2003 até o ano de 2007. O ano de 2008 apresentou queda na área plantada, mas manteve a média quando o tema é produtividade média por hectare.

Ao procurarmos entender os fenômenos, embora muito complexos, que conduziram no ano de 2008 a uma diminuição da produção bruta bem como da área plantada, entendemos que ele é um fato isolado, por diversas razões, mas que sem

dúvida são fundamentais. Entre as razões que colaboraram para a diminuição na produção total e na redução da área plantada no ano de 2008 em Canguçu podemos salientar:

- a) Endividamento dos produtores de fumo;
- b) Falta de experiência de algumas famílias que foram induzidas pelas fumageiras nos anos anteriores a entrarem para o sistema integrado;
- c) Rebaixamento na classe do fumo por várias razões como problemas climáticos (estiagens prolongadas, granizo) nos anos anteriores que desestimularam muitos produtores.

Mesmo com os problemas salientados anteriormente, o município de Canguçu é um dos maiores centros produtores de fumo em folha do Brasil, juntamente, como veremos, com pólos fumageiros históricos como Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Quando nos atemos às médias em termos de produtividade expressada em kg/hectare observamos que a partir do ano de 2000, comparado aos anos de 2002 e 2003, houve um importante aumento na produtividade média da ordem de 18%, representando claramente a atuação efetiva da assistência técnica fornecida pelas fumageiras, uma vez que passaram a investir cifras consideráveis no auxílio direto aos produtores com financiamento de estufas novas ou reforma das antigas, fornecimento de insumos, instrumentos de trabalho; portanto, toda essa gama de investimentos também esteve acompanhada de uma maior exigência das companhias, com o auxílio intensivo dos chamados “instrutores” diretamente, orientando o produtor quanto ao trato cultural mais adequado a cada etapa da produção.

Para efeitos comparativos, estaremos destacando a produção de fumo no município de Santa Cruz do Sul, que foi um dos pólos difusores da ampliação da fumicultura moderna no estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, neste importante município gaúcho estão localizadas as maiores plantas industriais do Brasil para beneficiamento e exportação de fumo, pertencentes a diferentes grupos empresariais, principalmente transnacionais.

O quadro 18 mostra a produção de fumo no município de Santa Cruz do Sul - RS, para que possamos estabelecer um padrão de análise juntamente com os municípios de Venâncio Aires e Canguçu que são na atualidade os maiores produtores de fumo do estado do estado do Rio Grande do Sul. Os dados obtidos junto ao IBGE são para uma série temporal compreendida entre os anos de 2000 a

2008, apresentando a produção por tonelada, área plantada em hectares e produção /hectare.

Quadro 18- Produção de Fumo no Município de Santa Cruz do Sul

Anos	Produção/ Tonelada	Área Plantada – hectares	Produção kg/ hectare
2000	13.869	6.030	2.300
2001	12.060	6.030	2.000
2002	14.368	6.600	2.176
2003	11.836	7.130	1.660
2004	17.696	8.000	2.212
2005	16.131	8.490	1.900
2006	16.300	8.150	2.000
2007	16.300	8.150	2.000
2008	16.800	8.000	2.100
Média	15.040	7.398	2.039

Fonte: IBGE, 2009.

Os valores acima apresentados mostram a importância da produção fumageira em Santa Cruz do Sul, consolidada como um dos mais importantes pólos fumageiros do Brasil. É necessário salientar que a produtividade desde o ano de 2000 praticamente mantém-se no mesmo patamar, com discretos incrementos ou leves retrações. Isto mostra claramente que essa região do estado é o centro de referencia com relação à produção de fumo no país. No momento em que comparamos os municípios de Canguçu e Santa Cruz do Sul, podemos inferir que a produtividade média na região do Vale do Rio Pardo já possuía altos índices há muitos anos, ao contrário em terras canguçuenses, onde houve um incremento representativo a partir do ano de 2001, passando a acompanhar as médias praticadas nos outros municípios analisados. Em alguns casos, como no ano de 2004, o município de Canguçu chegou a superar os dados históricos de produtividade, quando comparado a Santa Cruz do Sul.

O Vale do Rio Pardo, desde o início do plantio de fumo no estado do Rio Grande do Sul, foi um dos grandes pólos produtores de fumo tipo exportação. Entre os municípios que merecem destaque nessa importante região fumageira está Venâncio Aires.

O quadro 19 para efeitos comparativos foi inserido tendo em vista que o município de Venâncio Aires é um dos maiores produtores de fumo do Brasil, com volumes expressivos em termos de produção, produtividade média e área plantada, quando consideradas as características peculiares da fumicultura.

Quadro 19 - Produção de Fumo no Município de Venâncio Aires

Anos	Produção- Tonelada	Área Plantada em hectares	Produção kg/ hectare
2000	18.690	9.000	2.076
2001	18.690	8.900	2.100
2002	21.850	9.500	2.300
2003	16.800	10.500	1.600
2004	26.245	11.870	2.211
2005	25.000	12.500	2.000
2006	24.375	12.500	1.950
2007	25.800	12.000	2.150
2008	23.650	11.000	2.150
Média	19.844	10.863	2.060

Fonte: IBGE, 2009.

De acordo com os valores apresentados no quadro 19, Venâncio Aires é um dos municípios gaúchos com os maiores índices de produtividade média para uma série temporal de 8 anos (2000- 2008), que se manteve na ordem de 2.060 kg/hectare. Ainda, percebemos que o referido município possui uma das maiores áreas plantadas do estado do Rio Grande do Sul, com valores para o ano de 2000 da ordem de 2.150 hectares, sendo muito representativo para as características peculiares associadas à fumicultura. Considerando-se que o fumo exige pouca disponibilidade de terras quando comparado a outras culturas agrícolas como, por exemplo, milho, arroz e soja.

Desta forma, é possível termos a dimensão da importância e representatividade dessa cultura agrícola para a região do vale do Rio Pardo, uma vez que, em decorrência das exigências intensivas com relação ao trato cultural bem como em aplicabilidade de mão-de-obra, dificilmente o grupo familiar possui áreas superiores a 5 hectares destinadas a produção de fumo.

Como o objetivo do presente trabalho é analisar a inserção da fumicultura no município de Canguçu, especificamente na localidade Passo dos Oliveiras, apresentaremos os dados disponíveis de produção bruta com informações obtidas junto aos produtores rurais e disponibilizadas a seguir.

O gráfico 4 apresenta valores relativos à produção de fumo em toneladas nas safras 2006-2007 e 2007-2008, com base em valores fornecidos pelos produtores entrevistados. Salientamos que para as safras anteriores a 2006 não colocaremos valores relativos à produção bruta em toneladas, em razão da manutenção da confiabilidade das informações. Os dados a serem apresentados foram obtidos através do roteiro de entrevistas semi estruturado, sendo as informações obtidas

diretamente com os produtores que têm como base as anotações individualizadas como forma de manterem controle sobre a produção.

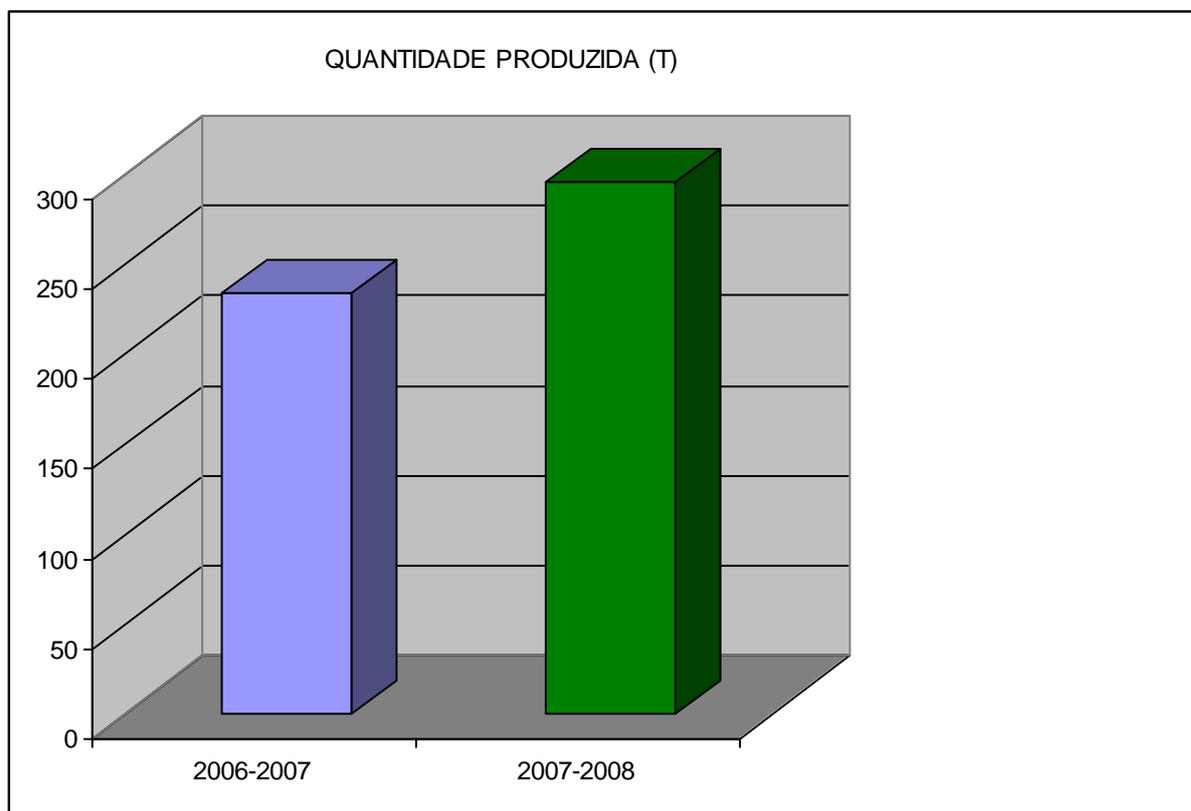


Gráfico 4 – Quantidade de Fumo Produzido na Localidade Passo dos Oliveiras
Fonte: Autor, 2008.

Para as safras anteriores a 2006, alguns produtores que conservam uma maior organização em seus dados dispõem de informações, no entanto a grande maioria não dispõe de valores que antecedem o referido ano. Desta forma, foram incluídas e analisadas apenas as duas últimas safras, tendo em vista a confiabilidade das informações fornecidas.

Os valores mostrados são bastante significativos ao observarmos um incremento em tonelagem nas safras de 2006-2007 para 2007-2008 da ordem de 20,97%. Isso demonstra a consolidação do fumo como cultura preponderante na localidade Passo dos Oliveiras, com um acréscimo de área e produção, não necessariamente de produtividade. Essa produção é bastante significativa, uma vez que é obtida por famílias de pequenos agricultores, com emprego intensivo de mão-de-obra do grupo familiar.

Na categoria de pequenos agricultores deve-se incluir outro segmento, hierarquicamente inferior, sob o ponto de vista do grau de associação ao capital financeiro no sentido da integração de capitais, mas que conserva importantes relações de integração com o complexo agroindustrial. Os exemplos mais notórios são os dos pequenos agricultores, fornecedores da grande agroindústria nos ramos de pecuária, avicultura, vitivinicultura, suinocultura, fumicultura, fruticultura, entre outros, vinculados por distintas formas de relação comercial a grandes indústrias, com ou sem contratos especiais de assistência técnica e fornecimento de matérias-primas e bens intermediários para essas indústrias (DELGADO 1985 p 181).

Essa categoria de pequenos produtores sujeitos formal ou informalmente às regras dos grandes conglomerados agroindustriais situam-se efetivamente num limite entre a reprodução simples e a reprodução ampliada de seu modo de vida.

Dessa forma, o segmento de pequenos produtores tecnificados, com alto coeficiente de integração técnica à jusante e à montante da indústria terão alguma forma de lograr algum benefício para manter-se com o mínimo de eficiência produtiva. Nesse sentido, a menos que a estratégia seguida pela indústria seja a de substituir rapidamente a atividade produtiva direta exercida por essa categoria de agricultores por produção própria, haverá alguma margem de lucratividade que a indústria tornará acessível. Ademais, há mecanismos financeiros indiretos de acesso ao crédito subsidiado, garantia de preços, favorecimento fiscal, que eventualmente podem e efetivamente são mobilizados politicamente para permitir a expansão dessa categoria de agricultores tecnificados, propiciando-lhes lucratividade mínima compatível com a pequena acumulação de capital.

Grande parte deste fumo produzido é destinado à empresa SOUZA CRUZ S.A integrante da corporação internacional (BAT), que possui o monopólio na comercialização e distribuição de derivados do tabaco em várias partes do mundo. Este monopólio também está presente no fornecimento de insumos à produção. Os agricultores que trabalham no sistema integrado adquirem da própria indústria, lonas, fertilizantes, agrotóxicos, enfim toda uma gama de insumos necessários à preparação da safra. Os produtos fornecidos pela indústria necessariamente devem ser pagos na safra, todavia este fato é muito importante uma vez que os pequenos produtores dificilmente teriam condições de fazer frente às necessidades de implantação da lavoura.

Em decorrência da amplitude das informações coletadas via instrumento de pesquisa, também foi possível a observação de outros dados como, por exemplo, existência de energia elétrica em todas as residências. Inclusive casas

abandonadas, quando solicitadas pelo proprietário, tiveram a ligação de energia estabelecida, através do programa “Luz para todos” do governo federal operacionalizado por empresas contratadas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Ao dotar com energia elétrica aquelas propriedades que não possuíam esse benefício tivemos uma política efetiva de inserção social, ao possibilitar que famílias recebam gratuitamente as instalações elétricas para toda a residência. Se ficassem na dependência de recursos próprios dificilmente estas pessoas teriam as facilidades possibilitadas pelo fornecimento regular de energia, em razão dos altos valores para a instalação das redes. A partir da disponibilização da energia elétrica muitas famílias puderam adquirir bens básicos como geladeiras, televisores, ventiladores, aquecedores, enfim, vários eletrodomésticos que visam facilitar a realização das tarefas cotidianas.

Com relação à produção de fumo, a instalação de energia elétrica também foi elementar para a implantação de um novo modelo de estufas chamadas “LL”, que permitem a secagem do fumo em um tempo menor que as estufas convencionais. Com a implantação deste modelo de secagem de fumo, houve a diminuição no consumo de lenha, bem como na utilização na mão-de-obra permitindo a melhor aplicabilidade da força de trabalho do grupo familiar.

Para que possamos trabalhar com um dos aspectos mais importantes que compuseram a pesquisa que é a avaliação e percepção do lugar Passo dos Oliveiras por seus moradores, inicialmente conceituaremos o lugar:

O conceito geográfico de lugar passa a ser mais estudado pelo desdobramento do pensamento humanístico em geografia. A dicotomia entre geógrafos culturais e geógrafos analíticos, que anteriormente estudavam os questionamentos pertinentes à percepção ambiental, vai originar a geografia humanística (Geografia Cultural) e a geografia comportamental (Analítica). A interpretação do termo percepção, no estudo do conjunto “da percepção ambiental”, vai se reproduzir no interior da geografia humanística quando a base fenomenológica é transferida para a mesma, enquanto geografia cultural. (ARAÚJO LIMA, 2005 p 159 in: Alves 2005 et al)

A inserção da discussão sobre o lugar está atrelada diretamente à percepção do indivíduo, com suas reminiscências, suas vivências e suas amizades. O lugar assume uma concepção diferenciada, pois é a partir dele que se estabelecem as relações cotidianas e assim desenvolvem-se as demais atividades de uma comunidade tipicamente formada por pequenos agricultores.

A geografia cultural nos apresenta o conceito de lugar tendo como conteúdo a questão da experiência imediata, remete-nos para a noção de localização com a pausa do tempo (uma parada do tempo “x” em relação a “y”, mesmo que seja uma pausa do olhar); só há, e é, lugar quando possui significado para o ser humano; lugar é ponto de partida da experiência percebida e vivida; ele tem valor e é conhecido para o ser que lhe conhece e atribui-lhe valor; tais lugares são componentes do espaço, o espaço teria os lugares como seu conteúdo; o lugar possui um significado próprio e único e o espaço começa no lugar (ele é a gênese do espaço); a identidade é a condição primária para a evidência do lugar (ex: o lugar é algo bom!); ele é fruto das experiências cotidianas, promovendo o sentimento de pertencimento em relação a ele e ao diálogo com o meio ambiente ecológico e social do ser humano (esses fatores sociais são o seu conteúdo e a sua própria existência). O lugar, enquanto experiência dividida com outros homens é a relação do ser humano com o ambiente, com a herança sócio-cultural e como papel assumido no mundo diário. (ARAÚJO LIMA, 2005 p 159 in: Alves 2005 et al)

Muitos moradores do Passo dos Oliveiras mantêm uma íntima relação com o lugar, ao ressaltarem vários aspectos positivos como boa relação entre vizinhos, proximidade relativa da cidade, infra-estrutura razoável, terras férteis, embora dotada de muitos declives, que permitem boas colheitas.

Na maioria dos aspectos questionados ficou bastante saliente apesar das “facilidades” da vida moderna, muitos moradores, especialmente pessoas mais idosas, falam do passado de um modo saudosista relatando situações que fizeram parte de seu cotidiano. Alguns, por exemplo, salientam as dificuldades que tinham de chegar até a área urbana do município para comercializarem seus excedentes produtivos, necessitando utilizarem tração animal. Em alguns casos os fatos relatados aproximam-se muito de situações que na atualidade pareceriam cômicas.

Moradores de uma idade mais avançada ressaltam a construção de pontes, melhorias na estrada que é responsável pela ligação com a sede do município (IBRA) como fatos importantes. Já entrevistados mais jovens ressaltam a chegada da energia elétrica como fato mais relevante, pois vivenciaram estes acontecimentos, que foram responsáveis por mudanças bastante significativas e importantes no Passo dos Oliveiras.

As constantes inovações inseridas pela dinâmica vida moderna foram fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, pois permitiram que as famílias pudessem ter mais conforto em seus lares. Um dos aspectos que merece menção foi a chegada da rede de energia elétrica, elemento essencial ao possibilitar a aquisição de eletroeletrônicos já comuns no meio urbano. Essa inserção rápida na vida moderna também gerou resistências, pois muitas pessoas não se adaptaram às

novas exigências impostas e criadas pelas novas tecnologias, as quais consideram um impedimento ao seu modo de vida.

Os meios de comunicação modernos, como televisor, telefone celular, estão presentes em quase todas as residências, pois com a colocação de energia elétrica em todas as propriedades houve a facilidade de acesso a esses bens. É importante ressaltar que muitos dos aparelhos de TV utilizados estão conectados a antenas parabólicas, permitindo uma maior diversidade de canais e, por consequência, mais opções de selecionar a programação. Como pode ser observado na foto 6, as inovações tecnológicas passam a preponderar no campo, com a incorporação, por exemplo, de antenas parabólicas.



Fotografia 6 – Residência com antena parabólica.
Fonte: Autor, 2009.

Como já mencionamos, por termos trabalhado com um roteiro de entrevistas semiestruturadas, foi possível a obtenção de informações sobre uma variedade de situações. Um destes aspectos é a boa avaliação que os pequenos produtores fazem do sistema integrado de produção. Entre os aspectos positivos, destacados podemos salientar:

- Assistência técnica durante todas as fases do processo de produção, da implantação da lavoura à comercialização do produto;
- Garantias de compra da produção obtida;
- Fornecimento dos insumos básicos para pagamento na safra;
- Constantes inovações nas práticas agrícolas com a adoção de novas técnicas;

- Remuneração ao produtor, que garante a subsistência no campo, com padrões mínimos de dignidade para as famílias rurais.

Apesar da avaliação positiva do sistema integrado, alguns produtores salientam a existência de problemas como a excessiva dependência do produtor em relação à indústria, representada basicamente pelos contratos preverem a entrega da produção a um único grupo fumageiro. Também são destacados fatores como o rebaixamento das classes do fumo em momentos de cambio desfavorável.

Com a existência de problemas no sistema integrado de produção, as alternativas existentes para os pequenos produtores são insuficientes para a mudança na matriz produtiva. Além disso, é necessária uma maior interação entre o poder público municipal como gestor das políticas públicas de desenvolvimento e as instituições de pesquisas que sejam capazes de propor alternativas de produção condizentes com a realidade local. Não bastam apenas discursos fáceis que propõem o término da produção de fumo sem a oferta de garantias de rentabilidade mínima no meio rural.

Entre os projetos que não lograram êxito, é possível salientar a tentativa de implantar a cultura da mamona em algumas propriedades rurais que redundaram em uma série de problemas como falta de mercado para a produção obtida ou minoração dos preços praticados. Informações de alguns produtores dão conta que os custos de produção foram maiores que os valores obtidos com a venda do produto. Cabe destacar a pouca experiência das famílias produtoras quanto ao manejo adequado com essa cultura agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos temas mais importantes na atualidade está relacionado à agricultura familiar e sua inserção na economia globalizada. Estes desdobramentos são muito complexos e de difícil análise, ainda que, muito importantes para o desenvolvimento no campo com igualdade, geração de renda e inclusão social, visando à resolução de problemas históricos.

Em suas conseqüências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a pobreza e marginalização social para setores majoritários da população. Na medida em que o desenvolvimento econômico é desigual, percebemos a geração de problemas sociais graves, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui. Concordamos que:

A exploração do homem pelo homem implica tanto o aumento da produção das relações e riquezas, se esta for uma condição para a reprodução das relações de produção. A lógica do modo de produção capitalista obriga sem cessar a desenvolver a produtividade do trabalho social, a diminuição dos custos a “economizar”, a custo, ao mesmo tempo, de um desperdício desenfreado dos recursos naturais e da força produtiva intelectual e material dos produtores. A exploração do homem e o usufruto da natureza estão ligados e não existe crise no futuro que não seja uma crise no modo de vida do homem. (Graziano da Silva 1985 p 83)

A acumulação tem sido própria das economias que viabilizaram inovações técnicas, descobertas científicas e transformações sociais agudas que não podem ser subestimadas. No contexto desta seletividade e competitividade estão inseridos os pequenos agricultores, que ficam à margem da economia de mercado, como soberana das relações modernas de produção.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela agricultura de caráter essencialmente familiar em virtude de sua inserção na economia sob o domínio do capital, este tipo de agricultura, além de garantir sua reprodução ampliada, foi capaz de adaptar-se às novas estratégias de mercado e garantir seu espaço, enquanto geradora de empregos e de um desenvolvimento mais igualitário no campo.

Em razão da nova dinâmica inserida no campo, a agricultura familiar também sofre as conseqüências de um sistema econômico extremamente perverso que

vislumbra apenas o quesito econômico das relações de produção. As consequências sócio espaciais são muito distintas e de difícil diagnóstico, com o abandono de vastas áreas e constante incorporação de outras, visando vantagens comparativas.

As populações rurais diretamente atingidas pelos novos e complexos fenômenos, os quais dominam a agricultura moderna, possuem pouco poder de decisão em virtude dos grandes interesses econômicos que orientam as novas relações de produção. Este contexto de predomínio do capital hegemônico tende a desconsiderar as peculiaridades locais, sem levar em conta os aspectos histórico culturais de cada sociedade. As decisões mais importantes são tomadas objetivando basicamente a remuneração do capital, diminuindo a condição das comunidades locais de definirem seus próprios destinos.

O sistema capitalista na sua essência e permanência (na e para a sociedade que ele produziu) se estabelece através de milhões de fios formando uma complexa teia. Tal enredamento é responsável por sua real e palpável existência que se concretiza através da história e onde nenhuma parte pode ser trocada por suposições artificiais sem violentar sua verdadeira essência. O resultado a que chegamos se refere a um tecido, composto com o passar do tempo pelo próprio capitalismo, resultando num modo de produção que transcende uma relação econômica, nos forçando a deduzir que o estágio de tecnologia possa revelar um modo de organização social. (FRAGA MARTINS 2006 p 49 de acordo com BRAVERMAN, 1987, p 30)

Como vivemos sob o domínio do sistema capitalista, no estado do Rio Grande do Sul, percebemos claramente o processo de inserção de áreas às novas dinâmicas produtivas conferindo uma dinâmica sócio espacial diferente. No caso da agricultura, caracterizado, pela implantação e consolidação de culturas agrícolas (soja, fumo) e supressão ou diminuição da importância de outras (milho, feijão, trigo) que possuem desdobramentos em amplo espectro refletindo diretamente na configuração sócio espacial.

O município de Canguçu caracterizou-se, historicamente, pelo predomínio da agricultura de caráter familiar uma vez que foi a partir desse modelo produtivo que houve de fato o povoamento de vastas áreas circundantes à cidade. Inicialmente, houve a produção basicamente de subsistência, que aos poucos foi perdendo suas características estruturais ao passar para um modo de produção alicerçado na comercialização de produtos (figo, laranja, tomate, milho verde) com as várias indústrias instaladas na região de Pelotas.

A cadeia conserveira teve expressão significativa durante muitos anos, possibilitando certo dinamismo à economia regional, propiciando a geração de muitos empregos nos diferentes elos produtivos. Todavia, em decorrência de uma série de fatores, representados pela abertura econômica levada a efeito pelos governos que adotaram a macro política estrutural baseada nos preceitos do neoliberalismo, este importante ramo produtivo sofreu forte retração, com o consequente desestímulo ao cultivo de culturas diversificadas.

Com a retirada dos incentivos fiscais, a cadeia conserveira do Sul gaúcho foi perdendo espaço no mercado nacional e internacional, restando apenas algumas indústrias com forte automação. Os problemas ocorridos nos anos 90 ainda continuam tendo seus desdobramentos no plano regional, corporificados pela redução na mão - de- obra empregada, mas, essencialmente, na diminuição dos volumes de produtos adquiridos nas pequenas propriedades.

O Passo dos Oliveiras e seus arredores possuíam uma tradição antiga nas lides com a fumicultura, ainda que, em uma modesta escala de produção. Ao perceberem o vácuo deixado por outras culturas agrícolas, os agentes do sistema rapidamente aí buscam exercer o seu domínio e consolidar sua presença. Com a abertura total das fronteiras brasileiras ao comércio mundial, as indústrias regionais são forçadas a reduzir seu ritmo produtivo, diminuindo a demanda por produtos típicos das pequenas propriedades rurais gerando, assim, um enorme desestímulo ao longo da cadeia de produção.

Percebendo o vazio deixado pelas indústrias conserveiras, as grandes fumageiras utilizam-se do capital cultural já existente para darem vazão às suas incessantes necessidades de lucro, uma vez que a dinâmica do sistema impele seus agentes diretos à busca pela remuneração do capital. Nestes parâmetros, o produtor por falta de opções capazes de garantir o sustento de sua família se vê na contingência de aderir ao plantio do fumo, como alternativa momentânea que garanta a sobrevivência no campo.

Uma das razões da inserção ou sobrevivência da agricultura familiar para suportar os ciclos do capitalismo é a minoração ou inexistência do conflito capital x trabalho. No entanto, não podemos desconsiderar que estamos sob a égide de uma economia globalizada, na qual a especialização produtiva é uma das matizes sob as quais este processo engendra suas relações.

A especialização produtiva, aliada à geração de formas baratas de comunicação e transportes como conseqüências da globalização, facilita a colocação do fumo brasileiro em mercados distantes geograficamente. Entretanto essa relação visa em primeiro plano à remuneração do capital investido.

Desta forma, o fumo que é produzido em Canguçu, por exemplo, possui um fácil acesso aos mercados de consumo, em especial a China. Em suma, os grandes grupos econômicos fazem uso de toda a rede de transportes global para maximizarem o capital investido. Mesmo sendo a China o maior mercado consumidor atual, torna-se mais barato produzir a matéria prima no sul do Brasil e posteriormente exportá-la.

Dentro dessa lógica, as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores são muito amplas e complexas. As oscilações de mercado são um dos principais fatores a os preocupar, em razão de estarem ligados a uma fonte de renda única, não possuindo alternativas que garantam sua sobrevivência com dignidade no campo.

A insustentabilidade da fumicultura é um fator que merece destaque. Com as campanhas antitabagismo dos diferentes governos tem reduzido drasticamente o número de fumantes no Brasil e no mundo. Por conseqüência, com a diminuição na demanda, em médio espaço de tempo esse cultivo deixará de ser um atrativo, ao não remunerar adequadamente a cadeia produtiva.

As flutuações da moeda de referência para as transações internacionais (dólar) é outro fator bastante complexo. Sempre que existem instabilidades no mercado internacional, com a elevação da cotação ou queda, o produtor é prejudicado. Com a elevação da moeda americana, os insumos que na sua composição necessitam de produtos importados (adubos, agrotóxicos) têm seus preços majorados, diminuindo a rentabilidade do produtor. Ao contrário, quando o dólar é cotado por um valor menor, ocorre a desclassificação do produto fornecido com a alegação de que o mercado internacional não está remunerando adequadamente as indústrias e por conseqüência os atingidos são os indivíduos que se encontram na ponta da cadeia.

Diante da complexidade do mercado internacional, a agricultura familiar em sua nova inserção enfrentará muitos problemas por estar atrelada a variáveis as quais não domina. Sempre que houver turbulência internacional, sem as

contramedidas de parte, do governo federal, haverá desestímulo no campo com o agravamento de problemas econômicos, que repercutirão socialmente.

Neste contexto, os efeitos da monocultura do fumo são muito complexos em estruturas de minifúndios, tendo em vista a supressão da diversidade produtiva, colocando famílias inteiras na dependência de uma exclusiva fonte de renda. Somente a partir da retomada da diversidade produtiva, que não significa compulsoriamente o término da cultura do tabaco, será possível falarmos em inserção social de fato.

Sem a diversificação produtiva, que garanta remuneração capaz de possibilitar o sustento da família, torna-se difícil falarmos em permanência do homem no campo. Não bastam apenas programas clientelistas de auxílio imediato aos mais pobres, que cumprem a tarefa de sanar dificuldades eventuais.

São necessárias políticas efetivas dos governos, especialmente, do governo federal, que concentra boa parte da arrecadação nacional, no sentido de incentivar o homem a permanecer no campo. No entanto, isto passa objetivamente pela criação de políticas diferenciadas para agricultura familiar que a insiram em uma nova dimensão, contemplando aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

Os diferentes governos, ao não creditarem a devida importância que a agricultura familiar possui, estão desconsiderando um fator primordial para a redução das desigualdades sociais, representado nas potencialidades que este tipo de agricultura possui na geração de postos de trabalho, dinamização de economias locais, consubstanciado com a redução do êxodo rural.

Assim, torna-se necessária uma nova relação entre a agricultura familiar que busque a inserção diferenciada da produção oriunda das pequenas propriedades, com crédito subsidiado, mecanismos garantidores de padrões de renda mínima e que sejam capazes de reduzir as assimetrias do mercado via políticas públicas que possibilitem a qualificação da vida do homem do campo e de sua família. Esta nova dimensão pretendida para a permanência do homem no campo obrigatoriamente deve contar com a guarida do estado, ao propiciar a este cidadão, bem como a seus filhos, educação de qualidade, saúde, infra-estrutura mínima e acesso dentro do possível aos bens públicos existentes no meio urbano.

O Passo dos Oliveiras, embora possua características únicas que a tornam distinta das demais localidades do município de Canguçu, está submetida às variáveis caracterizadas pelo avanço do sistema capitalista sob as relações

estabelecidas a partir da agricultura familiar. Com a grande expressão que a fumicultura adquiriu nos últimos anos, as modificações estruturais são irreversíveis, uma vez que houve a substituição das variáveis agrícolas cultivadas, mudando a relação do pequeno produtor com o mercado em razão da importância que o sistema integrado de produção adquiriu.

Com a implantação da fumicultura como alternativa imediata, à geração de renda que possibilite a permanência das famílias no campo, a cultura do fumo revela-se extremamente complexa, uma vez que está atrelada a variáveis de ordem macroeconômica. No plano ambiental, em decorrência da intensa utilização de agroquímicos, caracteriza-se por estar em contradição com as premissas de ordem socioambiental.

Mesmo com as perspectivas desfavoráveis ao cultivo responsável pela principal fonte de renda das famílias pesquisadas, por sua grande diversidade cultural, o Passo dos Oliveiras tem enorme potencial de crescimento por suas vantagens comparativas, como a relativa proximidade do meio urbano. Além disso, está havendo a elevação do nível de escolaridade dos filhos dos pequenos produtores que passam a ter uma nova relação com a propriedade. Com a melhorias do nível de escolaridade da população jovem residente na localidade, as possibilidades de estruturação de novos projetos que contemplem a retomada da diversidade de produção torna-se uma realidade potencial, que não esteja relacionada apenas aos preceitos de racionalidade econômico produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2º ed., Campinas: Hucitec, 1992.

ALVES, Adilson Francelino; Flávio Luiz Carlos; ROSELI, Alves dos Santos. (Orgs) **Espaço e Território: Interpretações e Perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

ALVES, Francisco das Neves. (Org.) **Cidade do Rio Grande: Ensaio históricos**. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre De (org); BECKER, Bertha; BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto M; CASTILLO, Ricardo; DIAS, Leila Cristina; FILHO, Luiz Lopes Diniz; SILVEIRA, Maria Laura da; SOUZA, Marcelo Lopes de; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; VIANA, PEDRO. **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

ARROYO, Monica; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; SOUZA, Maria Adélia de. **Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica**. 3º Ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos**. Florianópolis: Palloti, 1997.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.); ALMEIDA, Jalcione; GÓMEZ, Héctor William; MULLER, Geraldo; PHILOMENA, Antônio Libório; REIGOTA, Marcos; VARGAS, Paulo Rogério. **Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e ou Possibilidade?** 2º ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BENTO, C. M. **Canguçu: Um Exemplo de reconstituição da memória comunitária**. Porto Alegre: IEL, 1983.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio Pádua Danesi. 2º ed., São Paulo: HUCITEC, 1999.

BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2º ed., São Paulo: Cortez, 1995.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. SÃO PAULO: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 2006.

DAVID, Cezar de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS** [Tese de Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2005.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Ícone, 1985.

DEMO, Pedro. **Introdução á Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 1983.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. 2º ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; Resende, Paulo Edgar A. **Desafios da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição e Resistência: Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo**. Santa Cruz do Sul: Editora da FISC, 1991.

EXÉRCITO BRASILEIRO; **Cartas Topográficas: Folhas SH, 224 CMIII- 3010-3 e 3010-4- 1: 50000**

FAGUNDES, Maria Helena (org.) **Políticas agrícolas e o comércio mundial**. Brasília: IPEA, 1994.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FERNANDEZ, Dominga M. **Los Sistemas Agrários**. Madrid: Editorial Sinteses, 1992.

FILHO, Luiz Fernando Fritz; FRITZ, Karem Beltrame. **Agricultura familiar e sistemas agrários: Notas introdutórias**. UPF, 2009.

FRAGA MARTINS, Solismar. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J F. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

GUANZIROLI, CARLOS. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 1º ed. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio: Geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: EDURGS, 2000.

HOFMEISTER, Wilhelm (org.). **Política social internacional: Conseqüências sociais da globalização.** Tradução: Jutta Gruetzmacher et. al. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2005.

LAMARCHE, Hugues (coord.) **A Agricultura Familiar: comparação internacional.** Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **Historie des agricultores Du monde.** Paris: Points, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas. Amostragens e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados.** 4º ed., São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade (1873- 1990).** Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Marcia da. (Orgs) **Espaço e Tempo: Complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico.** Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de ANTONINA (ADEMADAN), 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social.** 4º ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Tradução: Maria D Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 12º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização da agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1980.

NEVES, Ilka. **Canguçu/RS: Primitivos moradores; primeiros batismos.** Pelotas: EDUFPEL, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 4º ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REY, V. **Besoin de terre des agriculteurs**. Paris: Economica, 1982.

RIBEIRO, Darci. **O processo civilizatório**. São Paulo: Companhia das Letras; Publi folha, 2000.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publi Folha, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**: Porto Alegre: Edurgs, 1999.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 3^o ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA SANTOS, Maria Ângela. **Eucalipto: Fonte de renda e desigualdade social “efeitos do cultivo do cultivo para o meio ambiente e para a sociedade de Natividade da Serra”**. In: Encontro Humboldt, 2009.

SIMCH, T. L. **Produção familiar na agricultura: um exemplo de tipologia no município de Canguçu/RS**. [Tese de Doutorado] Pelotas: EDUFPEL, 2002.

SODRÉ, A B. **Taperas: O êxodo rural transforma a paisagem do município de Canguçu**. TCC de geografia, 2003.

TEDESCO, João Carlos. **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 3^o ed., Passo Fundo: EDUPF, 2001.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luiz Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Rio Grande do Sul: Paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Edurgs, 2004.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; Rangel, Susana Regina Salum. **Rio Grande do Sul: Geografia física e Vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

Outras fontes:

<http://www.afubra.com.br/> varios acessos

<http://www.aointl.com/> varios acessos

<http://www.bat.com/> varios acessos

<http://www.inca.gov.br/> varios acessos

<http://www.souzacruz.com.br/> varios acessos

<http://www.universalcop.com/> varios acessos

APÊNDICE

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

1. Quantos anos faz que resides no Passo dos Oliveiras?
2. Que mudanças recordas ter acontecido no Passo dos Oliveiras?
3. Qual o tamanho da sua propriedade, as terras são próprias, arrendadas ou comodato?
4. Quais foram e quais são os seus meios de trabalho (máquinas, aparelhos...)?
5. Qual a sua principal fonte de renda?
6. Quais cultivos existiam, o que existe na atualidade, quanto produz?
7. Se plantas fumo, a tua vida melhorou após trabalhar no “sistema integrado de produção”?
8. Pretendes continuar residindo no Passo dos Oliveiras, porque?
9. Quais meios de comunicação utilizas, desde quando?
10. O Passo dos Oliveiras é um bom local para viver, porque?